



AVEIRO
Câmara Municipal

pdm

revisão
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Aveiro



ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

SISTEMA URBANO

Relatório | 3

novembro 2019

Imagem da capa:

© AdRA 2010
todos os direitos reservados

Estudos de Caracterização

Sistema Urbano

Relatório | 3

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	8
3. FATORES ESTRUTURANTES	11
3.1 EQUIPAMENTOS	11
3.1.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO AO CIDADÃO	11
3.1.2 COMÉRCIO E SERVIÇOS	14
3.1.3 SAÚDE	16
3.1.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	19
3.1.5 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	24
3.1.6 DESPORTO E LAZER	33
3.1.7 CULTURA	42
3.2. INFRAESTRUTURAS	46
3.2.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA	48
3.2.2 SANEAMENTO	53
3.2.3 ENERGIAS	57
3.2.4 RESÍDUOS	63
3.3 VALORES PATRIMONIAIS	69
3.3.1 PATRIMÓNIO NATURAL	69
3.3.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO	82
3.3.3 ARQUEOLOGIA	95
4. A OCUPAÇÃO	99
4.1 A HISTÓRIA	99
4.2 O CONCELHO	106
4.3 A CIDADE	109
4.4 A CIDADE ALARGADA	121
4.5 TERRITÓRIOS EXCÊNTRICOS	123
5. CONCLUSÃO	131

ÍNDICE DAS IMAGENS

Figura 1 - Distribuição territorial dos equipamentos de administração e de apoio ao cidadão.....	13
Figura 2 - Distribuição territorial das superfícies comerciais, mercados e feiras	14
Figura 3 - Distribuição territorial dos equipamentos de saúde	16
Figura 4 - Distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino.....	19
Figura 5 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais e habitação social.....	24
Figura 6 - Distribuição territorial dos equipamentos desportivos.....	35
Figura 7 - Distribuição territorial dos equipamentos culturais.....	45
Figura 8 – Sistema de abastecimento de água	50
Figura 9 - SIMRia (Fonte: Relatório e Contas 2014).....	53
Figura 10 - AdCL –Águas residuais (Fonte: Relatório e Contas, 2015).....	54
Figura 11– ETAR de Cacia (Fonte: AdCL)	54
Figura 12– Rede municipal de saneamento	56
Figura 13– Distribuição territorial da rede de gás.....	60
Figura 14 – Localização da UTMB e antigo aterro sanitário	64
Figura 15 – Elementos de referência do Património natural	71
Figura 16- Vista aérea do Baixo Vouga (Fonte: http://www.bioria.com/)	75
Figura 17 – Vista aérea do Salgado de Aveiro (Fonte: http://www.bing.com/maps/)	76
Figura 18 – Ilha dos Puxadoiros (Fonte: http://www.ilha.ilhadospuxadoiros.pt	77
Figura 19 – Salicórnia	77
Figura 20- Vista aérea da Quinta da Sr ^a das Dores.....	82
Figura 21 – Quinta de Vilarinho (Fonte : https://www.google.pt/maps/@).....	82
Figura 22 - Distribuição territorial dos imóveis classificados e dos imóveis da Rota Arte Nova.....	83
Figura 23- Identificação das muralhas	96
Figura 24 – Formas de açúcar	96
Figura 25 - Distribuição territorial dos sítios arqueológicos e zonas de sensibilidade arqueológica	98
Figura 26 - Fábrica Jerónimo Pereira Campos.....	99
Figura 27- Antiga Fábrica Aleluia.....	99
Figura 28 – Conjunto de zonas - Indústria e artesanato.....	99
Figura 29 – Navegabilidade do Rio Vouga (Fonte: Viver e morrer no antigo território de Eixo , F.Ferreira, 2005).....	99
Figura 30- Casas sobradadas (Fonte: João G. Gaspar, Eixo na História).....	100
Figura 31 – Traçado das muralhas (planta da Vila de Aveiro, fins séc. XVIII)	103
Figura 32 – Planta da cidade – 1781	103
Figura 33 – Planta da cidade (1904)	105
Figura 34 – Desenvolvimento da cidade – expansões sucessivas - séc.XVIII e séc.XIX (Fonte: Plano Diretor da Cidade,1963)	105
Figura 35 – Antepiano de Urbanização da Cidade	105
Figura 36 – Plano Diretor da Cidade - zonamento	106
Figura 37 - Modelo radio-concêntrico -Relatório PDM 95	107

Figura 38 - Povoamento nucleado, Cartografia AMRia - 2000, sem escala.....	107
Figura 39 - Povoamentos linear, Cartografia AMRia - 2000, sem escala.....	107
Figura 40 - Estrutura urbana - Relatório PDM 95.....	108
Figura 41 - Situação dos planos territoriais (Cartografia AMRia - 2000).....	109
Figura 42 – Plano de Urbanização do Programa Polis-Aveiro	110
Figura 43 - As Três cidades – PUCA	111
Figura 44 - A cidade dos vazios / os vazios da cidade	112
Figura 45 – Bairro do Liceu.....	113
Figura 46 – Bairro de Santiago (PIAS).....	113
Figura 47 – Universidade de Aveiro - Campus.....	114
Figura 48 – Planta de Implantação – PP do Parque.....	115
Figura 49 – Planta de Implantação – PP Baixa de Stº António	115
Figura 50 – Vista aérea da área central-Parque de Feiras.....	116
Figura 51 – Planta de Implantação – PP Centro	116
Figura 52 – Av. Dr. Lourenço Peixinho	117
Figura 53 - Sá Barrocas - Proposta de estruturação - 2007	118
Figura 54 – Área do PMOT da Forca Vouga.....	118
Figura 55 – Bairro da Forca Vouga	119
Figura 56 – Proposta de estruturação da área a nascente da Estação - 2009.....	119
Figura 57 – Estudo urbanístico da área da ex-EN 109	120
Figura 58 – Agrad do Norte – Proposta de estruturação - 2009.....	121
Figura 59 – Proposta de traçado e estruturação da área envolvente à Avenida	122
Figura 60 – Estruturação da área central de S. Bernardo.....	122
Figura 61 – Plano de Pormenor das Glicínias – não eficaz	123
Figura 62 – Bairro da Capela Nova de Aradas	123
Figura 63 – Estudo Urbanístico da área envolvente à nova capela da Qtª Picado	123
Figura 64 – Área ocupada por zona industrial e equipamentos.....	124
Figura 65 – Áreas consolidadas – zonas de identidade cultural	125
Figura 66 – Vista aérea da Quinta da Condessa	126
Figura 67 – Plano de Urbanização do Parque desportivo de Aveiro	126
Figura 68– Estruturação do Centro de Eixo.....	127
Figura 69– Estruturação do Centro de Oliveirinha.....	128
Figura 70 – Plano de Pormenor do Picoto – revogado.....	128
Figura 71 – Estudo Urbanístico da Igreja das Quintãs	128
Figura 72 – Estaleiros de S.Jacinto (Fonte: www.lugaresesquecidos.com e www.youtube.com).....	129
Figura 73 – Estruturação de S. Jacinto	129

ÍNDICE DOS GRAFÍCOS

Gráfico 1 - edidas prioritárias pelos objetivos estratégicos consoante estado das realizações.....	9
Gráfico 2 - Evolução dos volumes de água produzidos e adquiridos	48
Gráfico 3 - Quilómetros de rede AA cadastrados entre 2012 e 2014	49

Gráfico 4 - Número de ramais AA cadastrados entre 2012 e 2014	49
Gráfico 5 - Caudal total acumulado 2013-2014 e mensal 2014	55
Gráfico 6 – Evolução do caudal da Portucel acumulado 2013-2014 e mensal 2014.....	55
Gráfico 7 - Consumo total de energia elétrica (MWh/ano).....	57
Gráfico 8 - Consumo de Energia por Vetor Energético em 2010, 2020 e 2030 [%].....	58
Gráfico 9 - Consumo de energia por habitante (MWh/hab/ano).....	58
Gráfico 10 - Consumo total de energia elétrica em iluminação pública (MWh/hab/ano)	59
Gráfico 11 - Consumo total de gás natural (MWh/hab/ano)	61
Gráfico 12 – Desenvolvimento e Investimento na rede	61
Gráfico 13 - Produção de m ³ de biogás.....	62
Gráfico 14 - Recolha de RU indiferenciados em 2015.	65
Gráfico 15 - Resíduos Urbanos indiferenciados (toneladas), recolhidos de 1996 a 2015.	66
Gráfico 16- Recolha de Óleos Alimentares Usados (litros). Dados de 2014 e 2015.	68
Gráfico 17 - Recolha de roupa e calçado usado de 2012 a 2015.....	68

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 – Composição do CH do Baixo Vouga, EPE.....	17
Quadro 2 - Unidades de saúde familiar.....	18
Quadro 3 - Unidades de cuidados de saúde personalizados.....	18
Quadro 4 Unidade de cuidados na comunidade	18
Quadro 5 – Agrupamentos de escolas – constituição e número de alunos	20
Quadro 6 – Estabelecimentos de ensino particular - constituição.....	21
Quadro 7 Creches - Rede Privada sem Fins Lucrativos.....	25
Quadro 8 -Pré-escolar - Rede Privada sem Fins Lucrativos	26
Quadro 9 CATL - Rede Privada sem Fins Lucrativos	26
Quadro 10 - ERPI - Rede Privada sem Fins Lucrativos	27
Quadro 11 - Centro de Dia - Rede Privada sem Fins Lucrativos	28
Quadro 12 - SAD - Rede Privada sem Fins Lucrativos.....	28
Quadro 13 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (2008/2009 – 2011/2012)	31
Quadro 7 - Distribuição territorial das Instalações Desportivas por Freguesia no Concelho de Aveiro	36
Quadro 8 - Distribuição por tipologia de Instalações Desportivas nas Freguesias.....	36
Quadro 9 - Área Desportiva Útil por Habitante (ADU) por Freguesia	37
Quadro 10 - Modelo de avaliação da ADU/Hab adaptado da Carta das Instalações Desportivas Artificiais (IDP, 1997)	38
Quadro 11 - ADU/Hab segundo tipologia por freguesia	39
Quadro 12 - Instalações Desportivas segundo tipologia e propriedade no Concelho de Aveiro	40
Quadro 13 - Número de Instalações Desportivas segundo a qualidade e estado de conservação por tipologia.....	40
Quadro 14 - Tipo de piso por tipologia de instalações desportivas	41
Quadro 22 - Equipamentos Públicos / Cultura por freguesia.....	46
Quadro 23 - AdCL- Indicadores de atividade (Fonte: Relatório e Contas 2015).....	48
Quadro 24 - Clientes/contratos de água por município (2012-2014) – AdRA.....	51
Quadro 25 - Água faturada por município (2012-2014) – AdRA	51
Quadro 26 - AdRa - Indicadores de atividade.....	51
Quadro 27 - AdRa – Intervenções programadas	52
Quadro 28 – Sistema da Ria de Aveiro – ETAR(Fonte: AdCL,Relatório e Contas, 2015)	54

Quadro 29 - Saneamento recolhido e tratado por município (2012-2014) - AdRA.....	55
Quadro 30 - AdRa – Intervenções programadas	57
Quadro 31 Indicadores de energia por município.....	58
Quadro 32 - Produção renovável de energia elétrica em 2010.....	62
Quadro 33 - Contentores de recolha indiferenciada por freguesia	66
Quadro 34 - Contentores particulares por freguesia	66
Quadro 35 - Recolha de monos e verdes de 2011 a 2015.....	67
Quadro 36 - Distribuição de ecopontos por freguesia	67
Quadro 37 - Recolha seletiva por ecopontos de 2007 a 2014 (toneladas).....	67
Quadro 38 - Sítios Arqueológicos.....	97

1. INTRODUÇÃO

É objetivo deste documento fazer uma breve abordagem às questões da caracterização do atual modelo territorial/sistema urbano e poder perspetivar configurações futuras.

No capítulo inicial - **Enquadramento legal** - referencia-se, para além da Lei de bases gerais da política pública solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o Programa nacional da política de ordenamento do território (PNPOT) e o Plano regional de ordenamento do território (PROT)¹, agora Programa regional², como instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, com precedência em relação ao PDM.

Do PNPOT apresentam-se as opções estratégicas territoriais e realçam-se as opções para o desenvolvimento do território correspondente à Região Centro.

Do PROT (não eficaz) também se identificam as principais orientações para a elaboração deste PDM, as diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de inter-relação de políticas sectoriais, visando um modelo de desenvolvimento territorial sustentado.

Para essa caracterização concorrem dois grupos de fatores: os condicionantes e os estruturantes. Os fatores condicionantes decorrem das características físicas do território, onde a Ria tem uma importância suprema, não só pela sua dimensão territorial mas também pela sua grandeza quanto à dimensão ambiental e ecológica e onde todo o sistema hidrológico é determinante na esquematização da rede viária e, conseqüentemente, dos níveis de acessibilidade e das formas de ocupação.

Optou-se, então, por destacar, como segundo capítulo, os domínios considerados como **fatores estruturantes** do modelo, porque também são polarizadores das formas e das dinâmicas urbanas, caracterizando:

- os **equipamentos** relativos aos sectores de comércio e serviços, saúde, educação e formação, apoio social, desporto e lazer e cultura e turismo;
- as **infraestruturas básicas**, que englobam o abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos (comuns e industriais) e fornecimento de energia;
- os **valores patrimoniais**, enquanto elementos de formação de uma identidade territorial, que englobam o património natural, no qual se inscrevem os elementos naturais e as paisagens humanizadas, o edificado classificado ou de relevância, as zonas consolidadas e de identidade cultural e as áreas e os sítios de sensibilidade arqueológica.

No capítulo seguinte, a análise da **ocupação no concelho** reporta-se ao PDM-95, aos planos para a **cidade** e estudos urbanísticos mais direcionados para as **periferias** que, ao longo do tempo de vigência do PDM, foram sendo elaborados. Muitos deles, mesmo não tendo eficácia, têm como objetivo fornecer bases para uma estruturação equilibrada do território, fundamentalmente, aquando da intervenção dos particulares. Em simultâneo, há ainda operações urbanísticas de grande dimensão que importará também ponderar. Da análise destas intervenções, propõe-se extrapolar referências de malhas urbanas e uma identificação de processos de crescimento.

A **conclusão** é o capítulo final, apontando a essência das formas de povoamento e ocupação do território, a partir da qual deverão surgir propostas de novas estruturações do tecido urbano, numa perspetiva de densificação dos núcleos dos aglomerados, contenção dos perímetros urbanos e valorização do existente, sempre na direção do reforço da identidade municipal.

¹No âmbito do Decreto-Lei n.º380/99 de 22 de setembro, na redação final dada pelo Decreto-Lei n.º46/2009 de 20 de fevereiro

²No âmbito do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A **Lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo**, (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) estabelece, entre outros, os seguintes fins:

- *reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, assegurando a igualdade de oportunidade dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos e serviços e funções urbanas, em especial aos equipamentos que promovam o apoio à família, à terceira idade e à inclusão social;*
- *racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;*
- *promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico.*

A política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo é desenvolvida através dos dois tipos de instrumentos de gestão territorial - os Programas e os Planos. Cabe aos primeiros estabelecerem o *quadro estratégico de desenvolvimento territorial e as suas diretrizes programáticas ou definem a incidência espacial de políticas nacionais a considerar em cada nível de planeamento.*

Neste contexto, o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas [Declarações de Retificação n.º 80-A/2007](#), de 7 de Setembro e [n.º 103-A/2007](#), de 23 de Novembro, apresenta-se como “o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial “ e é constituído por um [Relatório](#), que apresenta o modelo territorial de referência para o horizonte 2025, e por um [Programa de Ação](#) para o período 2007-2013, sendo as suas orientações destinadas a ser prosseguidas pelos restantes instrumentos de gestão territorial (IGT).

Dentro do capítulo “Organização, tendências e desempenho do território” do Relatório salienta-se que:

- *O processo de urbanização conduziu à configuração de um sistema urbano caracterizado por uma extensa mancha litoral de urbanização difusa onde emergem alguns sistemas urbanos polinucleados e se destacam diversos centros urbanos de maior dimensão e dinamismo, no caso de Aveiro com o tamanho demográfico de cidade média de acordo com os padrões europeus.*
- *Os serviços ligados à administração e de natureza social, embora tenham evoluído no sentido de uma menor diferenciação do território, têm uma distribuição marcada pelo efeito administrativo(...)*
- *Os indicadores de recolha e tratamento de águas residuais urbanas refletem uma evolução significativa do número de habitantes ligados às redes públicas de drenagem*
- *Na década de 90, procedeu-se ao encerramento das 300 lixeiras no continente e, em seu lugar foi instalada uma rede coerente de infraestruturas para a gestão adequada de resíduos sólidos urbanos(...)*
- *A rede existente de equipamentos de ensino é muito alargada, diversificada e, nalguns níveis de ensino, muito dispersa (...)*
- *Os equipamentos e atividades culturais registaram um desenvolvimento intenso nas últimas quatro décadas, quer ao nível da oferta quer da procura.*
- *Na generalidade dos concelhos do País estão satisfeitas as necessidades infraestruturais desportivas, tendo-se por isso entrado num ciclo de crescente diversificação e qualificação da oferta*
- *A paisagem tem um valor de identidade, (...) é fundamental para a sustentabilidade do território (...) é também um recurso, com valor intrínseco e de usufruto para todos aqueles que habitam ou visitam os territórios.*
- *Um crescimento muito acelerado do número de bens classificados (...) não obstante, a atenção pelo património cultural centra-se ainda demasiado na conservação do monumento isolado ou em conjuntos singulares de especial valor histórico-arquitetónico, não tendo os elementos da designada arquitetura menor merecido até à data a atenção necessária*

- *A arquitetura é hoje reconhecida como uma atividade de interesse público e um recurso para o desenvolvimento (...) pelo que a compreensão da arquitetura e do urbanismo reforça o sentido cívico e deverá constituir um elemento imprescindível da cultura territorial (...)*

O Programa de Ação 2007-2013 dá continuidade às orientações e opções de estratégia que constam do Relatório, sob a forma de seis objetivos estratégicos, dos quais se destacam os seguintes três:

- **Objetivo Estratégico 1** - *Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural (...),*
- **Objetivo Estratégico 3** - *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais,*
- **Objetivo Estratégico 4** - *Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.*

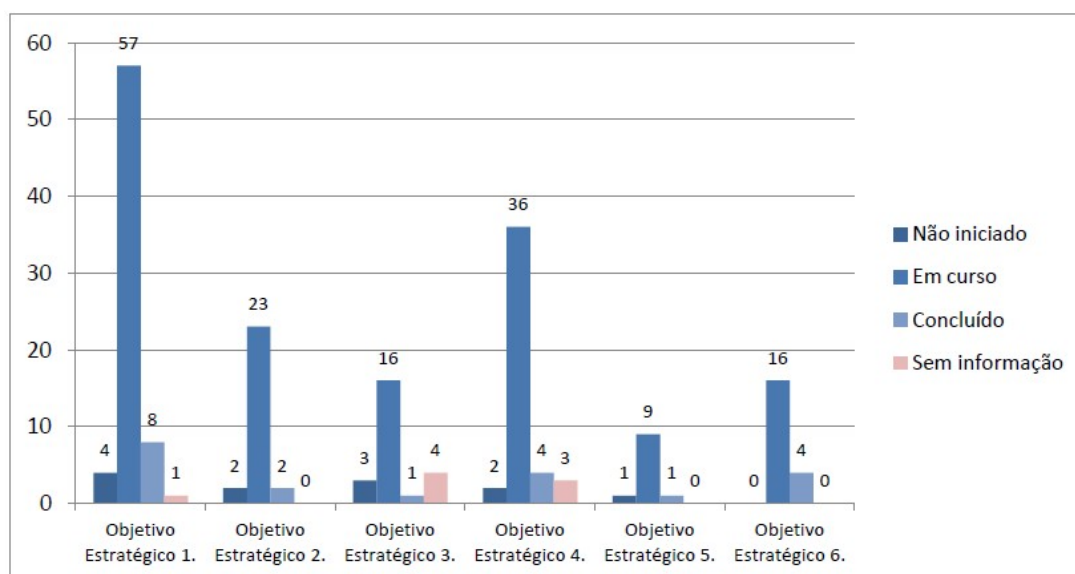


Gráfico 1 - Distribuição das medidas prioritárias pelos objetivos estratégicos consoante estado das realizações
Fonte: Programa ação PNPT

Da análise do Gráfico 1 dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) aprovados no período 2007-2013, constata-se a adoção de disposições no sentido apontado pelo PNPT: a consolidação urbana como uma prioridade, a contenção da edificação dispersa em solo rural, a afirmação do caráter excecional da reclassificação do solo rural em urbano e a definição das condições para a concretização das Estruturas Regionais de Proteção e Valorização Ambiental.

O PNPT identificou a **expansão urbana desordenada** como um dos seis domínios de problemas de ordenamento do território, com os correspondentes efeitos na **fragmentação** e **desqualificação** do tecido urbano e dos espaços envolventes, a par da incipiente articulação intermunicipal na programação dos equipamentos e serviços de interesse geral, decorrente da fraca afirmação do **sistema urbano** nacional.

Porém, são sublinhados os investimentos realizados, entre os quais se destacam a modernização e requalificação da rede escolar e o aumento significativo do conhecimento e informação sobre o património natural, o ambiente e os recursos naturais e uma crescente sensibilização para a defesa da biodiversidade.

Ao identificar como opções para o desenvolvimento do território para a região Centro Litoral a promoção da estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando a constelação urbana de Aveiro, o desenvolvimento do eixo de ensino, ciência e inovação tecnológica de Aveiro – Coimbra -Leiria como elemento fundamental para sustentar dinâmicas de competitividade e inovação territorial e a

compatibilização do modelo de urbanização difusa com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos estabelece a charneira com o PROT, enquanto quadro de referência e diretriz de carácter genérico sobre o modo de uso do território para as intervenções da administração, aos níveis Central e Local, e para o planeamento municipal, em particular para a alteração e revisão dos PDM.

A RCM n.º 31/2006, de 23 de março, determinou a elaboração do **PROT³ Centro**. A proposta elaborada não chegou ainda a ser aprovada. Contudo, a Região Centro tende a afirmar-se como um sistema urbano competitivo e coeso, com um posicionamento estratégico no contexto nacional e na ligação às redes europeias que, face ao seu carácter policêntrico, vem consolidar e equilibrar os sistemas urbanos estruturantes do território e promover relações entre os espaços urbanos e os rurais.

Constata-se uma concentração de relações de dependência em torno das capitais de distrito sendo reduzidos os relacionamentos interurbanos. As articulações funcionais não têm o efeito de rede, em grande parte, face às carências ao nível das acessibilidades e mobilidade.

Por outro lado, não se verifica uma qualificação dos sistemas urbanos em **funções e ofertas urbanas especializadas** no sentido de potenciar e valorizar os recursos existentes.

O nível de infraestruturas de equipamentos e serviços existentes garantem níveis de equidade territorial genericamente positivos. Contudo, importa ainda identificar, valorizar e dinamizar redes visando a melhoria das condições de vida. As redes de equipamentos, de comércio e de serviços constituem um dos principais elementos estruturadores do território, sendo que, o modelo territorial final depende e vem determinar propostas específicas para cada uma das redes sectoriais.

Neste pressuposto, as **opções estratégicas territoriais** para esta região assentam num conjunto múltiplo de grandes vetores, dos quais se salientam:

- Promover a coesão e o carácter policêntrico do sistema urbano, estimular complementaridades entre centros urbanos e promover redes urbanas de proximidade,
- Aproveitar o potencial turístico, dando projeção ao património natural, cultural e paisagístico;
- Valorizar os grandes empreendimentos hidro- agrícolas da região;
- Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água;
- Explorar o potencial para a produção de energias renováveis;
- Proteger e valorizar o litoral e ordenar as dinâmicas urbanas nestas áreas;
- Ordenar os territórios urbanos e, em particular, qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos.

Realçam-se ainda, para a região Centro Litoral, as opções fundamentais do PROT para o desenvolvimento do território, enquanto instrumento /programa que define diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território e dá orientações para a elaboração dos PMOT:

- Promover a estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando a constelação urbana de Aveiro;
- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusa com a preservação com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- Favorecer o reordenamento industrial que contribua para o reforço da estrutura policêntrica do sistema urbano
- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral, gerir a pressão urbano/turística de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos.

³ No âmbito do Decreto-Lei n.º380/99 de 22 de setembro, na redação final dada pelo Decreto-Lei n.º46/2009 de 20 de fevereiro

3. FATORES ESTRUTURANTES

3.1 EQUIPAMENTOS

A oferta de equipamentos no concelho garante níveis de equidade territorial satisfatórios, pela diversidade funcional e pela razoável cobertura, nomeadamente os de apoio social, ensino e cultura.

A sua localização e distribuição no território permite também avaliar as malhas urbanas em termos de estruturação e desenvolvimento territorial e estabelecer a hierarquia do sistema urbano.

Num questionário dirigido às Câmaras Municipais, então no âmbito da elaboração do PROT, o equipamento com melhor cobertura são as Bibliotecas, os espaços multimédia, as salas de espetáculos e os museus.

Nesse mesmo questionário, constatou-se uma boa oferta de equipamentos desportivos básicos, como os pavilhões gimnodesportivos e os polidesportivos.

Os estádios e os campos de ténis registam uma cobertura intermédia e as pistas de atletismo integram o grupo dos equipamentos desportivos com pior oferta.

Propõe-se uma abordagem aos equipamentos existentes nos seguintes âmbitos:

- Administração e serviços de apoio ao cidadão
- Comércio e serviços
- Saúde
- Educação e formação
- Serviços e equipamentos sociais
- Desporto e lazer
- Cultura

3.1.1 ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO AO CIDADÃO

Os serviços da **Autarquia** estão distribuídos por vários edifícios na cidade - os Paços do Concelho, e o edifício Fernando Távora, na Praça da República e a Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Dispõe ainda das instalações dos serviços urbanos na zona industrial de Taboeira. Todas as freguesias dispõem de edifício próprio para sede da **Junta de freguesia**. A **Assembleia municipal** está instalada no “edifício-da-capitania” junto ao canal do Cojo, um antigo moinho de marés, que ao longo do tempo foi tendo intervenções e utilizações diversas e está classificado como imóvel de interesse público.

As forças de segurança no concelho são a **Polícia de Segurança Pública (PSP)** e a **Guarda Nacional Republicana (GNR)**. O comando distrital da **PSP** está na cidade, no edifício do ex-Governo Civil, na Praça Marques de Pombal, onde também funciona uma esquadra. No edifício na Quinta do Griné, em Santa Joana, está a Divisão Policial, a esquadra de trânsito, a de investigação criminal e a de intervenção e fiscalização policial. O Comando Territorial de Aveiro da **GNR** integra o Destacamento de Trânsito. Em Cacia está localizado um Posto Territorial. Adjacente à estrutura, de referir também a **Brigada Fiscal** – o sub-destacamento fiscal de Aveiro, que em S. Jacinto faz o controlo costeiro dispondo de um posto de observação Yuval.

No concelho existem duas corporações de Bombeiros: a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro - Bombeiros Velhos** e o **Corpo de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes - Bombeiros Novos de Aveiro**.

Os Bombeiros Velhos foram criados em Janeiro de 1882 (Companhia de Bombeiros de Aveiro), na sequência de vários incêndios de dimensões relevantes em edifícios emblemáticos da cidade. Dispõem de 12 ambulâncias, 10 viaturas de apoio e 9 viaturas de combate a fogo (<http://www.bombeirosaveiro-velhos.com/>).

Os Bombeiros Novos foram fundados em 1908. No quartel sede de Aveiro estão: uma Secção de Socorros a Náufragos, um Destacamento de Mergulhadores e três Secções de Bombeiros. Para as suas missões contam com 2 viaturas de comando, 16 viaturas de combate a incêndios e de apoio a combate, 11 viaturas do serviço de saúde, 3 viaturas auxiliares e 4 embarcações. Em S. Jacinto, está um destacamento/secção, desde 1977, face à atribuição de responsabilidade operacional na zona lagunar da ria de Aveiro, abrangendo todos os canais até à povoação e até ao Muranzel. Dispõe de 4 embarcações semirrígidas, 3 viaturas auxiliares, 18 viaturas de combate a incêndios, 1 viatura de comando e 14 viaturas de serviço de saúde (ambulâncias). (<http://www.bombeirosnovos.pt/missao>).

A Fábrica de Cacia do Grupo PORTUCEL SOPORCEL, dada a especificidade das matérias e riscos envolvidos, dispõe também de um **Corpo Privativo de Bombeiros** com 2 ambulâncias e três viaturas pronto-socorro. (<http://clientes.netvisao.pt/ceduardo/CPBV/CPBVindex.htm>).

Como **agentes de Proteção Civil** indicam-se ainda as seguintes entidades/organismos: o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Aveiro da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Polícia Municipal, a Autoridade Marítima Local – Capitania do Porto de Aveiro, a Autoridade Aeronáutica – INAC, I.P. (Autoridade Aeronáutica Nacional de Aviação Civil), o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Aveiro e ainda as Forças Armadas – Regimento de Infantaria nº 10 (RI10), em S. Jacinto.

O **Estabelecimento Prisional Regional** (EPR) de Aveiro, com classificação alta em termos de segurança, está configurado para receber uma lotação máxima de 88 reclusos. Contudo, de acordo com o relatório de atividades disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/> estão afetos 133. O efetivo do Corpo da Guarda Prisional é de 56 elementos e os civis são 15.

Os serviços de segurança englobam ainda a **Polícia Judiciária** – departamento de investigação de Aveiro cuja área de intervenção é o da Comarca do Baixo Vouga e o **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** – Delegação Regional de Aveiro, que tem representação na Loja do Cidadão.

A **Loja do Cidadão** disponibiliza ainda o Balcão multisserviços e os das seguintes entidades: Agência para a modernização administrativa-IP, Autoridade Tributária e Aduaneira, EDP-Energias de Portugal, GALP Energia, Instituto da Construção e do Imobiliário, Instituto da Segurança Social, Instituto dos Registos e Notariado-IP, Portugal Telecom, Via Verde Portugal.

Na cidade estão implantados serviços de Cartórios Notariais, Conservatórias do Registo Civil e Predial e existem duas **Repartições de Finanças** – a 1ª Repartição abrange as freguesias mais urbanas (*Aradas, S. Bernardo, Santa Joana, União das freguesias de Glória e Vera Cruz e ainda S. Jacinto*) e a 2ª Repartição as restantes.

Quanto aos **tribunais**, é de salientar que, com a entrada em vigor da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, a nova organização judiciária das comarcas designa o Tribunal da Comarca do Baixo Vouga, com competência nas áreas cível, criminal, família e menores, trabalho e comércio, e abrange territorialmente os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

Neste âmbito, visando novos modelos de gestão e competências especializadas (trabalho, família e menores, comércio, instrução criminal e execução) e tendo como objetivo a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos, o Ministério da Justiça havia firmado com a autarquia de Aveiro o compromisso de criação até 2013 do **Campus da Justiça**, junto à Praça Marquês de Pombal, que ainda não foi concretizado.

No Convento das Carmelitas está instalada a Sede de **Tribunal Administrativo e Fiscal** de Aveiro que abrange os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

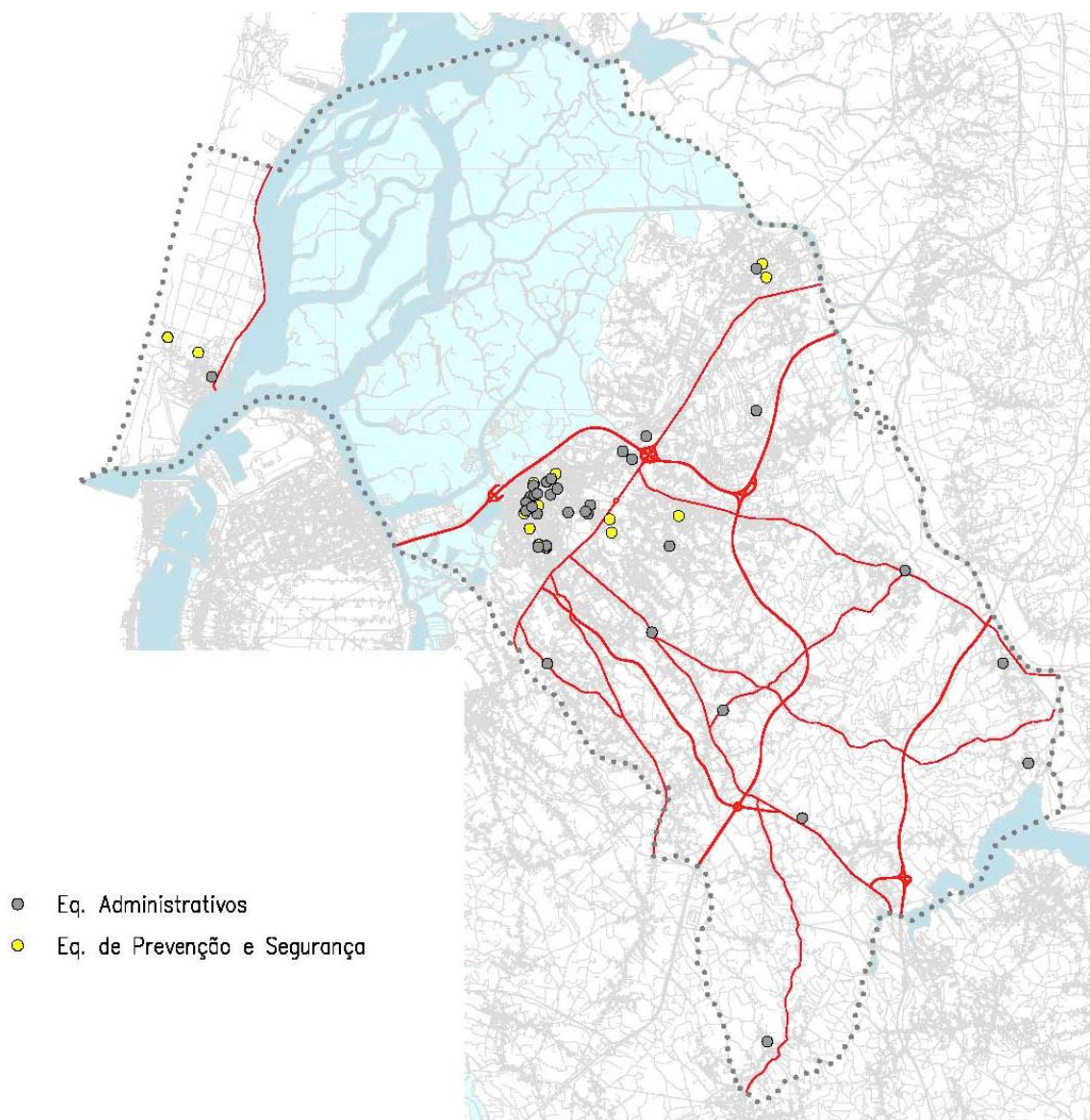


Figura 1 - Distribuição territorial dos equipamentos de administração e de apoio ao cidadão

Complementarmente, e reportando-nos aos dados apresentados no *Anuário Estatístico da Região Centro 2013*, existem no concelho 9 **estações de correio** e 5 postos, sendo que, para o índice de estações de correio / 100 000 habitantes, o concelho de Aveiro apresentava valores de, respetivamente, 6,46 e 11,62. Os mesmos valores para a Região do Baixo Vouga eram, respetivamente, 6,46 e 18,08. O indicador relativo aos **postos de telefone público** por 1 000 habitantes é de 2,25, sendo o valor da Região do Baixo Vouga de 1,87.

3.1.2 COMÉRCIO E SERVIÇOS

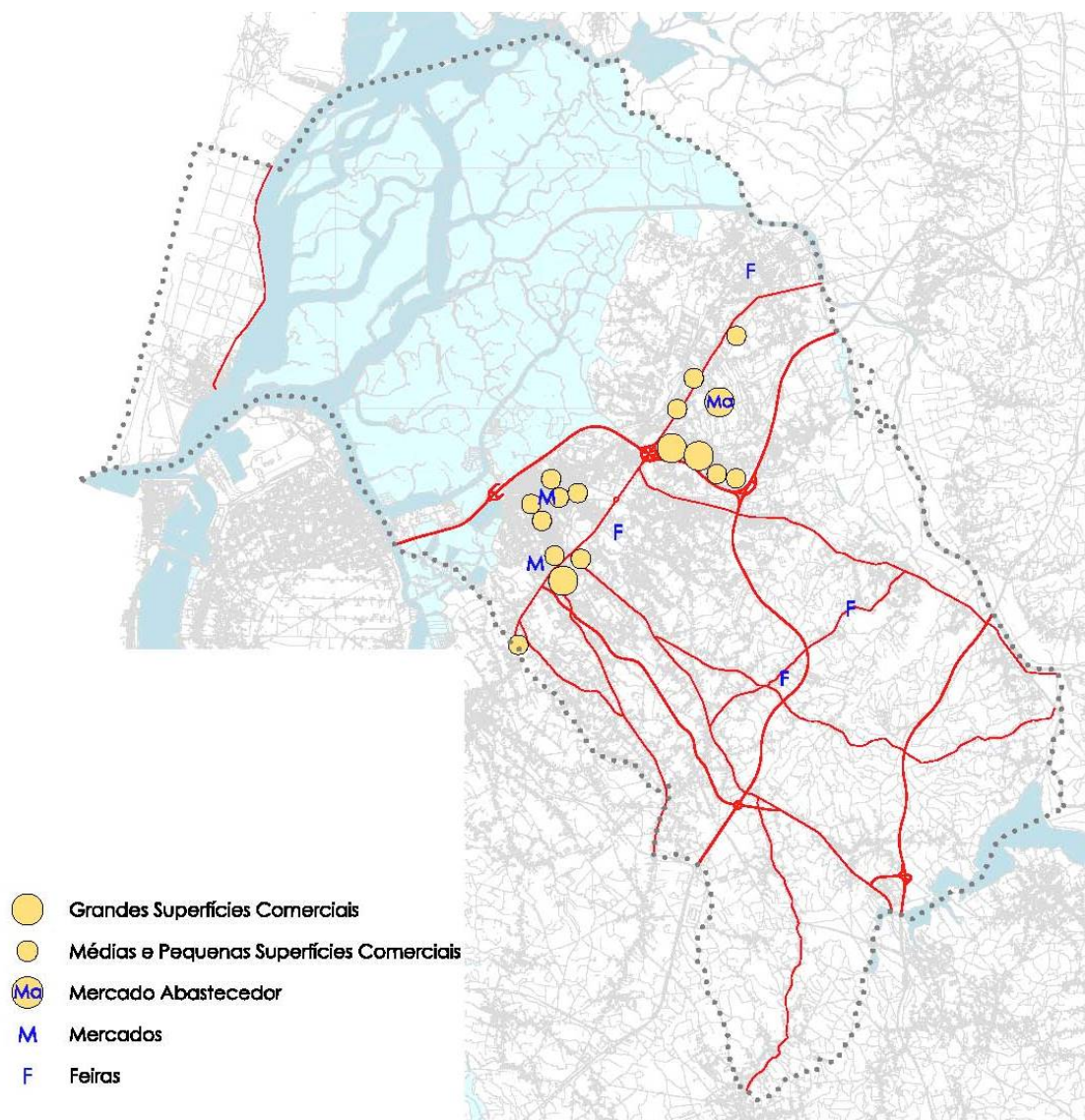


Figura 2 - Distribuição territorial das superfícies comerciais, mercados e feiras

Nas últimas décadas do século XX ocorreram grandes transformações nos conceitos associados à atividade comercial e, conseqüentemente, nos formatos dos estabelecimentos, nas formas de venda, no perfil dos comerciantes, nas estratégias de gestão das empresas, nos padrões de localização e no significado dos espaços comerciais.

Até então, o comércio diário estava disperso pela cidade e o comércio ocasional e excecional localizava-se, essencialmente, ao longo da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e ao longo das vias mais antigas, entre as quais a Rua Direita.

Pela década de 80 foram surgindo os **centros comerciais**, designados como de 1ª geração, nas áreas mais centrais da cidade, nos tecidos consolidados. Ao conjunto das pequenas lojas era quase sempre associada uma sala de cinema.

Estes “novos” espaços vieram criar dinamismos que começaram a ser ultrapassados pelos hipermercados, grandes superfícies especializadas, lojas de desconto, etc.. que, reunindo um número de funções diversificado, se transformam rapidamente em polos especializados alternativos às áreas comerciais preexistentes, isto é, acabam por definir novas “centralidades” e contribuem para que os centros das cidades se descaracterizem e passem a perder dinâmica e identidade.

Atualmente, a *desertificação* dos centros comerciais mais antigos, dos quais se salientam o *Oita*, o *Riaplano* e o do Bairro do Liceu, coloca questões fundamentais sobre as dinâmicas económicas e territoriais, sobre a sua revitalização no contexto urbano e social.

Estas novas “centralidades” dadas pelas grandes superfícies comerciais vão-se consolidando, baseadas na questão das acessibilidades, na forma rápida de se chegar e estacionar, na oportunidade de consumir aproveitando os trajetos casa-trabalho, tudo isto inerente aos custos dos terrenos nas “periferias” que serão fator determinante quer para as ocupações habitacionais quer para a localização dos estabelecimentos.

A alteração deste paradigma deu-se com o centro comercial Fórum - Aveiro, inaugurado em 1998 e que contava então com 86 lojas, praça de alimentação, cinema, supermercado e parque de estacionamento, podendo ser referenciada como uma intervenção de integração e colmatação do tecido urbano, promovendo uma rua comercial “aberta”, um percurso paralelo ao canal que se valoriza com a ligação ao Lago da Fonte Nova.

A pedonalização da Rua Direita, no final da década de 90, foi também uma aposta para a revitalização do comércio tradicional. Contudo, face a vários fatores sociais e económicos, tem havido algumas dificuldades na fixação do comércio e serviços e na manutenção de atividades mobilizadoras e dinamizadoras da população

Na análise geral do tecido comercial, refira-se ainda a existência de feiras e mercados que, enquadrando-se no âmbito do comércio tradicional, estão integrados em contexto urbano, promovendo relações estreitas entre comerciante e consumidor, privilegiando funções de compra/abastecimento e noções de proximidade, conveniência, etc.

O **Mercado de Santiago** integra-se num bairro residencial que, pela sua localização, facilidade de acesso e estacionamento, pode apoiar uma área urbana mais vasta e periférica.

Dispõe de 105 bancas de frutas e legumes ocupadas, 5 lojistas no r/c e 41 lojas disponíveis no 1º piso, das quais 20 estão ocupadas, maioritariamente, com associações de carácter social.

O **Mercado Manuel Firmino**, desde 1918 localizado no centro da cidade, junto ao canal do Cojo, foi objeto de obras de reconstrução em 2006 visando uma adequação a novos usos e funcionalidades.

Engloba no seu interior, para além das 56 bancas de frutas e legumes, 2 bancas para floristas, 21 quiosques, 1 bar e um restaurante e ainda 24 lojas que conformam o perímetro do edifício, voltadas para o exterior e que permitem utilizações em horários diferenciados.

O **Mercado de José Estevão**, normalmente designado por Mercado do Peixe, teve como todos os mercados, importância fundamental no abastecimento e na dinamização urbana. Constitui um marco na cidade, não só pela sua localização geográfica no bairro da Beira Mar, mas também pela referência na arquitetura do ferro dos inícios do séc. XX (1904). No seu centenário sofreu obras de requalificação e, recentemente, obras de reabilitação que visaram a melhoria das condições de higiene e conservação do peixe e um novo arranjo do espaço envolvente.

É destinado apenas ao comércio de peixe e produtos piscatórios, estruturado com 6 bancas centrais e 14 no restante espaço, incorporando ainda sanitários públicos e um restaurante.

As **feiras** são ainda uma prática social bastante enraizada, estando associadas a conceitos ancestrais de espaços de trocas/permutas e, por tudo isso, ocupam territórios centrais determinantes na estruturação das malhas urbanas. Duas vezes por semana, registam-se as feiras de Cacia e Oliveirinha e, mensalmente, a de Eixo.

Na cidade ocorre mensalmente a Feira das Velharias e das Artes e Ofícios e ainda a chamada Feira dos 28, nos terrenos adjacentes ao Parque de feiras.

Neste espaço acontece também, anualmente, a **Feira de Março** – um evento que, historicamente remonta ao século XV, no reinado de D. Duarte, que concedeu à vila o privilégio de realizar uma feira

franca anual, a qual ocupou já vários espaços da cidade, sendo de referência a época em que se realizou no Rossio.

Atualmente, para além de parque de diversões, o evento constitui uma montra do dinamismo económico da região.

3.1.3 SAÚDE

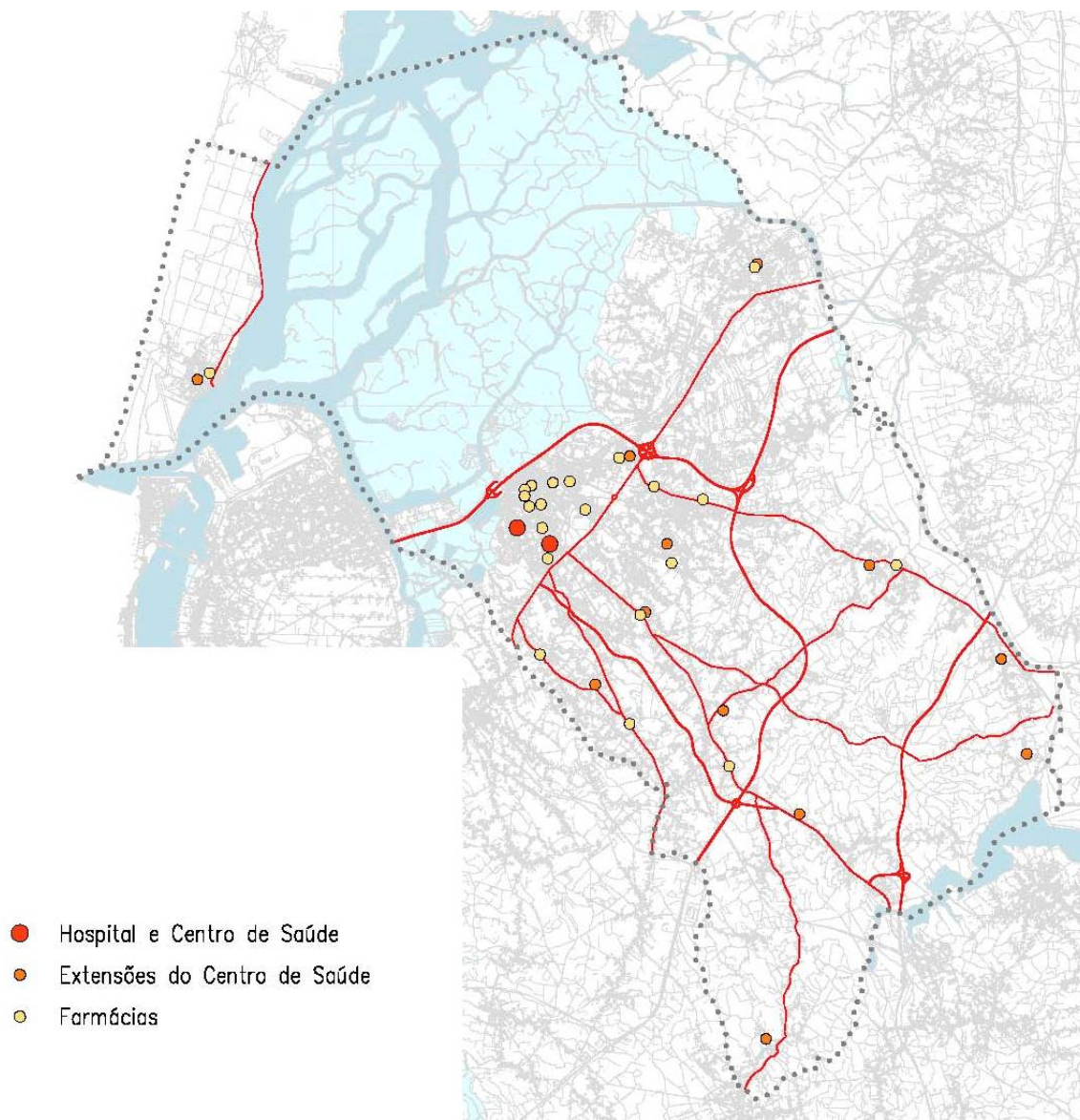


Figura 3 - Distribuição territorial dos equipamentos de saúde

No concelho de Aveiro, os cuidados de saúde hospitalares são assegurados, subsidiariamente aos cuidados de saúde primários, pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE e que assume como Missão “prestar, em tempo útil e com um elevado nível de qualidade, efetividade, eficiência e custos socialmente comportáveis, cuidados de saúde diferenciados, articulando-se com outros Serviços de Saúde e Sociais da Comunidade que serve, bem como com a Rede de Cuidados de Saúde Primários e com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, apostando na motivação e satisfação dos seus Profissionais e Colaboradores”. <http://www.hip.min-saude.pt/Paginas/MissaoeVisao.aspx>

Estão integrados no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE os seguintes estabelecimentos hospitalares:

Instituições Hospitalares EPE	Hospitais integrados
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	<ul style="list-style-type: none"> ● Hospital Distrital de Águeda ● Hospital Infante D. Pedro, EPE ● Hospital Visconde Salreu de Estarreja

Quadro 1 – Composição do CH do Baixo Vouga, EPE

O **Hospital Infante D. Pedro, EPE Aveiro**, tem a sua área de influência nos concelhos de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Murtoza, Vagos, Estarreja e Sever do Vouga, articulando-se com os Hospitais de Estarreja e de Águeda.

Presta assistência nas áreas de Medicina Geral e Familiar, Intensiva, Interna, Legal, Tropical, Física e de Reabilitação e do Trabalho, Anatomia Patológica, Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Doenças infecciosas, Endocrinologia e Nutrição, Estomatologia, Gastrenterologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Neonatologia, Nefrologia, Neurologia e Psiquiatria, Oftalmologia, Oncologia Médica, Ortopedia e Reumatologia, entre outras.

Em termos históricos, refira-se que o Hospital da Misericórdia de Aveiro foi criado em 1845 por D. Manuel I. Data de 1901 o edifício do designado antigo hospital que, sendo de autoria do arquiteto Silva Rocha, tem algumas referências Arte Nova. Em 1957 dá-se o primeiro alargamento das instalações do hospital. Face às necessidades de melhoria contínua de capacidade e conforto nas respostas aos utentes, tem vindo a ser alvo de sucessivas remodelações e obras de ampliação, a custo da diminuição da área livre envolvente.

Este equipamento localiza-se numa área central da cidade, entre o Parque D. Pedro e a área da Universidade, com algumas problemáticas face às acessibilidades viárias e com contingências de espaço face às necessidades de melhoria contínua de capacidade e conforto nas respostas aos utentes, pelo que o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA), em 2009, apontava uma nova localização - *Campus da Saúde*, tirando partido da rede viária existente - a A1, a A17 e o futuro eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Contudo, não chegou a concretizar-se e, atualmente, irá ser feita uma nova ampliação nos terrenos próprios.

No sector privado, regista-se, desde 1997, a atividade da **CLIRIA**, que em 2003 muda o seu nome para "**CliRia - Hospital Privado de Aveiro, SA**". Dispõe de atendimento médico permanente, um bloco de partos e um bloco operatório que inclui duas salas de grande cirurgia, uma sala de pequena cirurgia, destinada a cirurgia de ambulatório e uma unidade de recobro, sendo que o internamento de apoio contempla 36 camas, distribuídas entre quartos individuais e duplos.

Presta serviços nas especialidades médicas e cirúrgicas mais relevantes, meios complementares de diagnóstico, nomeadamente, endoscopia, radiologia convencional, ecografia geral e diferenciada, análises clínicas, exames de neurofisiologia e cardiovasculares. <http://www.essaude.pt/pt/unidades-ess/cliria-hospital-privado/>

Aveiro dispõe de um **Centro de Saúde**, cuja *missão reside na promoção e melhoria dos níveis da saúde da população, na prevenção da doença, na sensibilização e educação para a saúde alimentar, desportiva, escolar; saúde alimentar; saúde escolar; nos comportamentos de risco, na colaboração com profissionais de medicina geral e familiar; articulando-se com diversas entidades no sentido de prevenir doenças e promover a saúde.* <http://www.portaldasauade.pt/portal/servicos/prestadoresV2/?providerid=345>

Os serviços prestados abrangem as consultas médicas (clínica geral, planeamento familiar, saúde materna, saúde infantil, hipertensão, diabetes), rastreio oncológico, enfermagem, serviço social e serviço de vacinação e áreas respeitantes à saúde pública.

As **extensões de saúde** que lhe estão associadas distribuem-se por todas as freguesias e integram Unidades de Saúde Familiar (USF) e Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados. Por necessidade de melhoria dos espaços e do seu funcionamento, face ao número de utentes servidos estão previstas novas edificações para albergar as Extensões de Saúde de Cacia, Esgueira e S. Bernardo.

A **Unidade Funcional** do Centro de Saúde de Aveiro - ACeS Baixo Vouga, contempla as **Unidades de Saúde Familiar, Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e Unidade de Cuidados Continuados:**

Unidades de Saúde Familiar	Nº Inscritos ¹	Freguesia
USF Flor de Sal	13 645	União das Freguesias da Glória e Vera Cruz
USF Moliceiro	15 005	União das Freguesias da Glória e Vera Cruz
USF Santa Joana	11 608	Freguesia de Santa Joana
USF Salinas	6 964	Freguesia de Cacia

Quadro 2 - Unidades de saúde familiar

Fonte: ARSC, Cartas de Compromisso 2015 1 Dados disponíveis à data de 31.dez.2014

Ucs Personalizados	Nº Inscritos ²	Freguesia	
UCSP I	Extensão de Saúde de São Bernardo	13 859	São Bernardo
	Extensão de São Jacinto		São Jacinto
	Extensão de Saúde de Aradas		Aradas
USCP II	Extensão de Saúde de Esgueira	12 764	Esgueira
	Extensão de Saúde de Oliveirinha		Oliveirinha
	Extensão de Saúde de Eixo		U.F. Eixo e Eirol
	Extensão de Saúde de Requeixo		U.F. RequeixoNSFátimaNariz
	Extensão de Saúde NS Fátima		U.F. RequeixoNSFátimaNariz
	Extensão de Saúde de Nariz		U.F. RequeixoNSFátimaNariz

Quadro 3 - Unidades de cuidados de saúde personalizados

Fonte: ARSC, Cartas de Compromisso 2015 2 Dados disponíveis à data de 31.dez.2014

Unidade de Cuidados na Comunidade	Freguesia	Missão
A intervenção da UCC de Aveiro tem abrangência municipal, integrando dessa forma as 10 divisões administrativas concelhias e respetivos municípios.	Glória e Vera Cruz	<ul style="list-style-type: none"> Cuidados de saúde e apoio psicológico e social domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requiera acompanhamento próximo; Ações de educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção; Formação dos diversos grupos profissionais nas suas diferentes fases: pré-graduada, pós-graduada e contínua.
	Santa Joana	
	Cacia	
	Esgueira	
	São Bernardo	
	São Jacinto	
	Aradas	
	Oliveirinha	
	Requeixo, NSFátima e Nariz	
Eixo e Eirol		

Quadro 4 Unidade de cuidados na comunidade

Fonte: ARSC, Cartas de Compromisso 2015 à data de 24.fev.2015

Segundo os dados do Anuário Estatístico da Região Centro referentes a 2012, os indicadores de saúde para o concelho apontam para um rácio de 4,9 médicos / 1000 habitantes e o número de enfermeiros é de 8,1 por cada 1000 habitantes, valores acima dos considerados para a região Baixo Vouga que são, respetivamente, 2,7 e 4,3.

De referir ainda que das 22 **farmácias** existentes no concelho, 11 são na área da cidade e há um posto de medicamentos em S. Jacinto, o que determina, segundo o Anuário Estatístico de 2012, um rácio de 0,3 farmácias / 1000 habitantes.

3.1.4 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

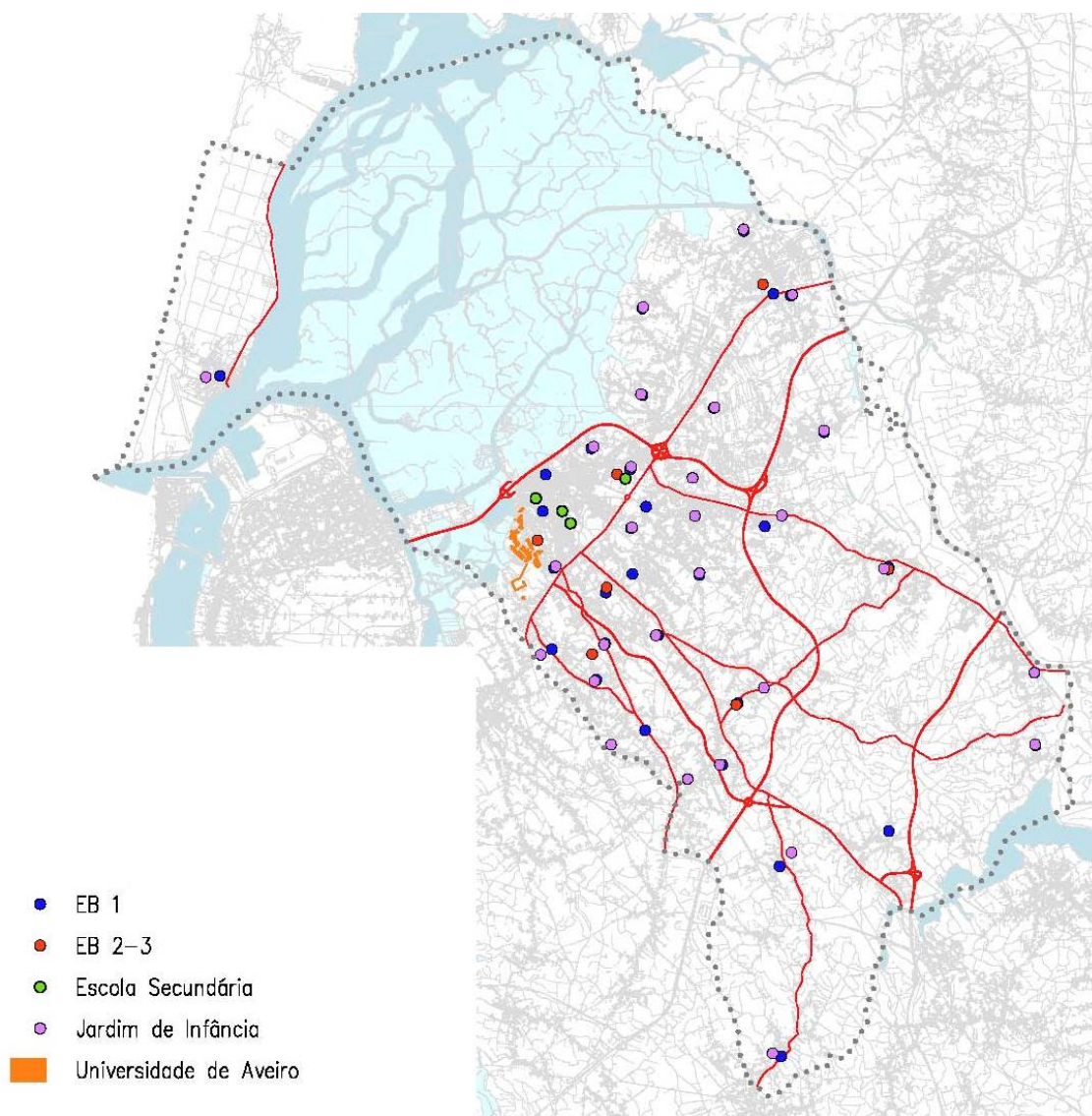


Figura 4 - Distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino
Fonte: Divisão de Educação e Desporto

A rede escolar integra setenta e cinco **estabelecimentos de educação e ensino**, desde a Educação Pré-Escolar (EPE) ao Ensino Secundário, incluindo o Ensino Profissional e Artístico.

O processo de constituição de Agrupamentos de Escolas (AE) iniciou-se em 1998 (Despacho nº 57-I/ME/98) com a constituição do Agrupamento Vertical de Escolas de Cacia e com os Agrupamentos Horizontais em escolas com mais de 300 alunos (Esgueira e Vera Cruz). Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02.07, segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22.04, que aprova

o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, os AE existentes assumem, para o ano letivo de 2015/2016, a constituição constante no quadro seguinte.

AGRUPAMENTOS	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	NÍVEL DE ENSINO					
		Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional
Aveiro	EB das Barrocas	90	205				
	EB de Santiago	95	144				
	EB da Vera Cruz		294				
	EB da Glória		208				
	EB de São Jacinto	8	28				
	EB2,3 João Afonso de Aveiro			520	277		
	Escola Secundária Homem Cristo					534	
Dr. Mário Sacramento	EB do Bonsucesso	27	60				
	EB das Leirinhas	8	42				
	EB de Verdemilho	43	129				
	JI da Quinta do Picado	7					
	EB Quinta do Picado		21				
	EB2,3 de Aradas		42	132	212		
	ES com 3.º CEB Dr. Mário Sacramento				342	697	
Esgueira	EB de Esgueira	45	304				
	EB da Quinta do Simão	8	28				
	JI e EB da Alumieira	25	50				
	JI de Cabo Luís	15					
	EB e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima			269	414	560	36
Eixo	JI de Azurva	19					
	JI de Eixo	36					
	EB de Eixo		127				
	EB de Requeixo	13	30				
	EB de Azurva		64				
	EB Integrada de Eixo			90	121		40
José Estêvão	EB da Presa	18	45				
	EB dos Areais	14	61				
	EB do Solposto	42	109				
	EB de São Bernardo	49	191				
	EB n.º 2 São Bernardo		169				
	EB de Areias de Vilar		50				
	EB2,3 de São Bernardo		150	215			
	Escola Secundária 3.º CEB José Estêvão				384	954	
Oliveirinha	EB da Costa do Valado	19	40				
	JI da Póvoa do Valado	11					
	EB da Póvoa do Valado		21				
	JI das Quintãs	19					
	JI de Nariz	6					
	EB de Nariz		23				
	JI de Oliveirinha	46					
	EB de Oliveirinha		245				
	EB de Mamodeiro		25				
EB2,3 Castro Matoso			117	191			
Rio Novo Príncipe	EB da Póvoa do Paço	34	59				
	EB de Sarrazola	27	58				
	EB da Quintã do Loureiro	31	94				
	EB de Taboeira	13	44				
	EB de Cacia		42				
	EB2,3 Rio Novo do Príncipe, Cacia			120	163		21

Quadro 5 – Agrupamentos de escolas – constituição e número de alunos
Fonte: Divisão de Educação e Desporto

MODALIDADE DE ENSINO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	NÍVEL DE ENSINO					
		Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional
ENSINO PROFISSIONAL	Escola Profissional de Aveiro						1117 *
	EFTA – Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro						270
ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO	Colégio D. José I	41	128	179	221		121
	Estabelecimento de Ensino de Santa Joana		60	56	62		
	Colégio Português	40	85	39	15		
ENSINO ARTÍSTICO	Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian	articulado		99	111	28	
		supletivo	186	67	73	91	

Quadro 6 – Estabelecimentos de ensino particular - constituição

* 616 alunos da Unidade do Terciário-Aveiro e 501 alunos da Unidade das Tecnologias-Sever do Vouga

Assim, no universo total dos sete **Agrupamentos de Escolas (AE)** existem: 27 Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (EEPE), 31 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), 7 Escolas Básicas do 2 e 3.º ciclos e 4 Escolas Secundárias (três das quais têm, também, oferta ao nível do 3.º ciclo do Ensino Básico), dois estabelecimentos de **Ensino Profissional** – a Escola Profissional de Aveiro (EPA) e Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro (EFTA), e, por fim, um estabelecimento de **Ensino Artístico** – Conservatório de Música de Aveiro Calouste Gulbenkian.

A par destes existem ainda dois estabelecimentos de **ensino particular** e cooperativo – o Colégio D. José I (em regime de autonomia pedagógica) e o Estabelecimento de Ensino de Santa Joana (em regime de paralelismo pedagógico) e um estabelecimento de ensino particular – o Colégio Português.

Desde o ano letivo de 2005/2006, foram desativados 14 estabelecimentos de ensino do 1.º CEB, sendo que doze foram encerrados por despacho do Ministério de Educação e Ciência (pelo reduzido número de alunos) e os restantes por mudança de instalações.

O Município é responsável pela gestão direta de trinta e sete cantinas, sediadas nos estabelecimentos de ensino. Não se verificando as condições mínimas necessárias à disponibilização do serviço no próprio estabelecimento de ensino, tem-se procedido à celebração de protocolos de colaboração com entidades externas, para o fornecimento de refeições ou unicamente para a cedência de espaço.

*“A **Carta Educativa** assume-se como um instrumento municipal de planeamento prospetivo e ordenamento do território educativo, ao nível dos edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico previsto. Para além dos edifícios e equipamentos, a Carta Educativa pressupõe ainda um outro nível de atuação, tendo por objeto a identificação prospetiva das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básicos e secundário, incluindo as suas modalidades especiais, e da educação extraescolar.*

A Carta Educativa do Município de Aveiro deve ser entendida como um instrumento crucial para o desenvolvimento das políticas locais e de apoio à decisão em matéria de política educativa assumindo-se como um documento orientador, dinâmico e inserido num contexto mais abrangente de ordenamento territorial, procurando responder às necessidades de redimensionamento resultantes da evolução das Políticas Educativas e das oscilações da relação procura/oferta da educação, sempre numa lógica de rentabilização de infraestruturas e equipamentos preconizados na Carta Educativa.

A reformulação da Carta Educativa é, neste momento, uma prioridade pelo que, neste âmbito, já foram efetuadas reuniões com Juntas de Freguesia e Agrupamentos de Escolas, no sentido de

analisar a proposta da Carta Educativa concluída em 2006 e homologada pelo Ministério de Educação em 2008, com o intuito desta proposta ser analisada tendo em conta a realidade atual e avançar-se com a (re)definição da localização dos equipamentos educativos do Município. Importa referir que a proposta homologada previa a construção de 13 novos centros educativos e a requalificação de outros 13 estabelecimentos de ensino.

Das várias propostas inscritas na Carta Educativa de 2008 apenas foram concretizadas as obras de Verdemilho, São Bernardo, Glória e Santiago. Atualmente encontra-se, também, concluída a execução da requalificação da EB da Vera Cruz". (PAEMA-Programa de Ação Educativa Município de Aveiro, 2015)

A **Escola Profissional de Aveiro (EPA)** funciona em edifício próprio em Sá-Barrocas desde 2005, com uma extensão formativa (Espaço Eng^o Victor Matos), junto à escola da Vera Cruz, com mais 6 salas de aulas e diversas outras valências de suporte à formação e ainda com um polo deslocado - Unidade de Sever do Vouga, vocacionado mais para as tecnologias, enquanto que a Unidade de Aveiro se foca mais na área dos serviços.

O número de alunos jovens e adultos é cerca de 750 e leciona com 60 professores diversos cursos e com equivalência ao 12^o. ano de escolaridade, nomeadamente: Cursos de Educação e Formação de nível II (Eletricidade de Instalações, Ação Educativa, Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, Instalação e Reparação de Computadores, Apoio Familiar e à Comunidade, Logística e Armazenagem e Práticas Técnico-Comerciais).e ainda Cursos de Especialização Tecnológica (CET), nas áreas de Informática de Gestão, Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente, Animador Sociocultural, Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Apoio à Infância, Organização de Eventos e Eletrónica, Automação e Comando.

<http://ecoescolas.abae.pt/plataforma/?p=schoolpage&id=2798>

Escola de Formação Profissional de Turismo de Aveiro (EFTA) – Está constituída desde 2006, maioritariamente com capitais privados e os públicos são subscritos pela Região de Turismo do Centro.

Tem por objeto social a prestação de Serviços de Formação Profissional, Ensino e Consultoria na área do Turismo, Hotelaria e da Restauração e dispõe de 3 cursos : Técnico de turismo, Técnico de receção e Técnico de restauração (variante cozinha-pastelaria), frequentados por cerca de uma centena de alunos, para um universo de 21 docentes. <http://www.efta.edu.pt/>

Destaca-se ainda o **Centro de Formação Profissional de Aveiro**, dependente da Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, instalado no edifício da antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos e que entrou em funcionamento em 1995.

Apostando claramente em novas tecnologias e profissões, está vocacionado para desenvolver formação inicial e contínua nas áreas de cerâmica, construção civil, eletricidade e eletrónica, frio e climatização, qualidade, restauração e hotelaria, serviços pessoais e serviços administrativos e financeiros, bem como conferir certificação profissional na vertente de formação de formadores e de gestores e quadros. <http://www.iefp.pt>

O **Conservatório de música de Aveiro de Calouste Gulbenkian** foi fundado em 1960 destinado ao ensino da música, dança e artes plásticas. Teve o seu início no então Liceu Nacional (hoje Escola Secundária José Estevão) e atualmente dispõe de edifício próprio, uma referência no panorama da arquitetura moderna da autoria dos arquitetos José Carlos Loureiro, L. Pádua Ramos e Maria Noémia Coutinho.

É uma escola de ensino artístico especializado, centrada no ensino da música e na sua organização apresenta cinco departamentos curriculares – Instrumentos de corda, Instrumentos de sopro e percussão, Ciências musicais e Canto e música de conjunto.Com cerca de 570 alunos, 60 professores e 16 funcionários, leciona três níveis de ensino: Iniciação, Curso Básico, e Curso Secundário, sendo estes dois últimos em regimes articulado e supletivo. <http://www.cmacg.pt/>

No âmbito do **ensino superior**, a referência é a **Universidade de Aveiro (UA)**. Foi criada em 1973 e é considerada hoje como uma das mais dinâmicas e inovadoras universidades do país, cuja excelência é

reconhecida internacionalmente. Tem prosseguindo uma missão de intervenção e de formação graduada e pós-graduada, valorizando a investigação e a cooperação com a sociedade, parceira privilegiada de empresas ou entidades nacionais e internacionais, apoiando e desenvolvendo produtos e soluções inovadoras que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia, privilegiando as áreas de ambiente, eletrónica e telecomunicações e materiais.

Na cidade, o *Campus* ocupa uma área aproximada de 9 hectares, nos quais se localizam 42 edifícios, referências importantes no panorama da arquitetura contemporânea, correspondentes aos diversos departamentos, laboratórios, biblioteca, residências, etc. A sua estrutura compõe-se em 16 departamentos (Ambiente e ordenamento, Biologia, Comunicação e arte, Economia, Gestão e engenharia Industrial, Educação, Electrónica, telecomunicações e informática, Engenharia cerâmica e do vidro, Engenharia civil, Engenharia mecânica, Física, Geociências, Línguas e culturas, Matemática e Química), 2 secções autónomas (Ciências da saúde e Ciências sociais, jurídicas e políticas) e 18 centros de investigação. Atualmente, a sua *população* ronda os 15 000 alunos, 118 investigadores, 294 pós-docs (bolsas) e 903 docentes. Dispõe de 57 cursos de graduação e 127 de pós-graduação, todos adequados ao modelo de Bolonha. <https://www.ua.pt/PageText.aspx?id=151>

Além da formação universitária, a UA oferece cursos de carácter profissionalizante nas quatro escolas politécnicas existentes no distrito: Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologia de Produção Aveiro Norte (ESAN), Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (ESSUA), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA), Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA).

A **Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro** (ESSUA) entrou em funcionamento em 2001 e ministra licenciaturas em Enfermagem, Fisioterapia, Radiologia, Terapia da Fala e Gerontologia, com um universo de cerca de 650 alunos. <http://www.essua.ua.pt/>

O **Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro** (ISCA-UA), embora a sua origem se associe à criação da Escola Média de Comércio de Aveiro no ano letivo 1965/66, só em 1976 passa a ensino superior com a designação atual e em 2000 integra como unidade orgânica a Universidade de Aveiro. <http://www.isca.ua.pt/>

Completam este universo do ensino superior o Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) e o Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro (ISCRA).

O **ISCIA** foi criado em 1989 e é considerado um estabelecimento de ensino superior do subsistema politécnico e do subsistema privado, não integrado. Em 2006 é institucionalizado o primeiro polo do ISCIA fora do Distrito de Aveiro, o ISCIA BAIÃO através de protocolo com a Câmara Municipal de Baião. A sua oferta formativa engloba cursos técnicos superiores profissionais, licenciaturas, mestrados e pós-graduações, formação contínua e especializada. As licenciaturas que dispõe são nas áreas de Comunicação, Gestão Internacional, Segurança comunitária, Gestão das atividades marítimas e portuárias, Proteção civil e Psicopedagogia.

Ligados ao ISCIA como centros I&D, referenciam-se o CPG - Centro Português de Geopolítica, o OCRI - Observatório de Comércio e de Relações Internacionais e o OSM – Observatório de Segurança Marítima. <http://www.iscia.edu.pt>.

O **ISCRA** foi criado por Decreto do Bispo de Aveiro, em 29 de Junho de 1989, como instituição sem fins lucrativos, funcionando sob a sua imediata jurisdição e responsabilidade. Tem por missão o estudo das ciências religiosas e a capacitação dos agentes de pastoral, leigos/leigas e religiosas/religiosos. Divide-se em quatro departamentos com cursos ministrados por 27 docentes: formação contínua, ciências religiosas (Curso Básico Ciências Religiosas, Lic. Ciências Religiosas), formação especializada (História das religiões, Ciências da Família) e estudos pastorais (Formação sistemática, Formação sistematizada, Candidatos ao Diaconado, Formação cristã básica). <http://www.iscra.pt/funcionamento.asp>

Importa fazer aqui referência ao **Instituto Português de Administração e Marketing (IPAM)**, que em 1989 abriu em Aveiro e em 1993 foi reconhecido pelo Ministério da Educação o Curso de Gestão de Marketing. Desde 2001 dispunha de um edifício próprio onde eram ministrados cursos superiores e especializados nas áreas do marketing e gestão. Em 2015 não foi dado início ao ano letivo, dado que, face às estratégias de investimento da entidade gestora, a sua atividade foi transferida para o Porto.

3.1.5 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS⁴

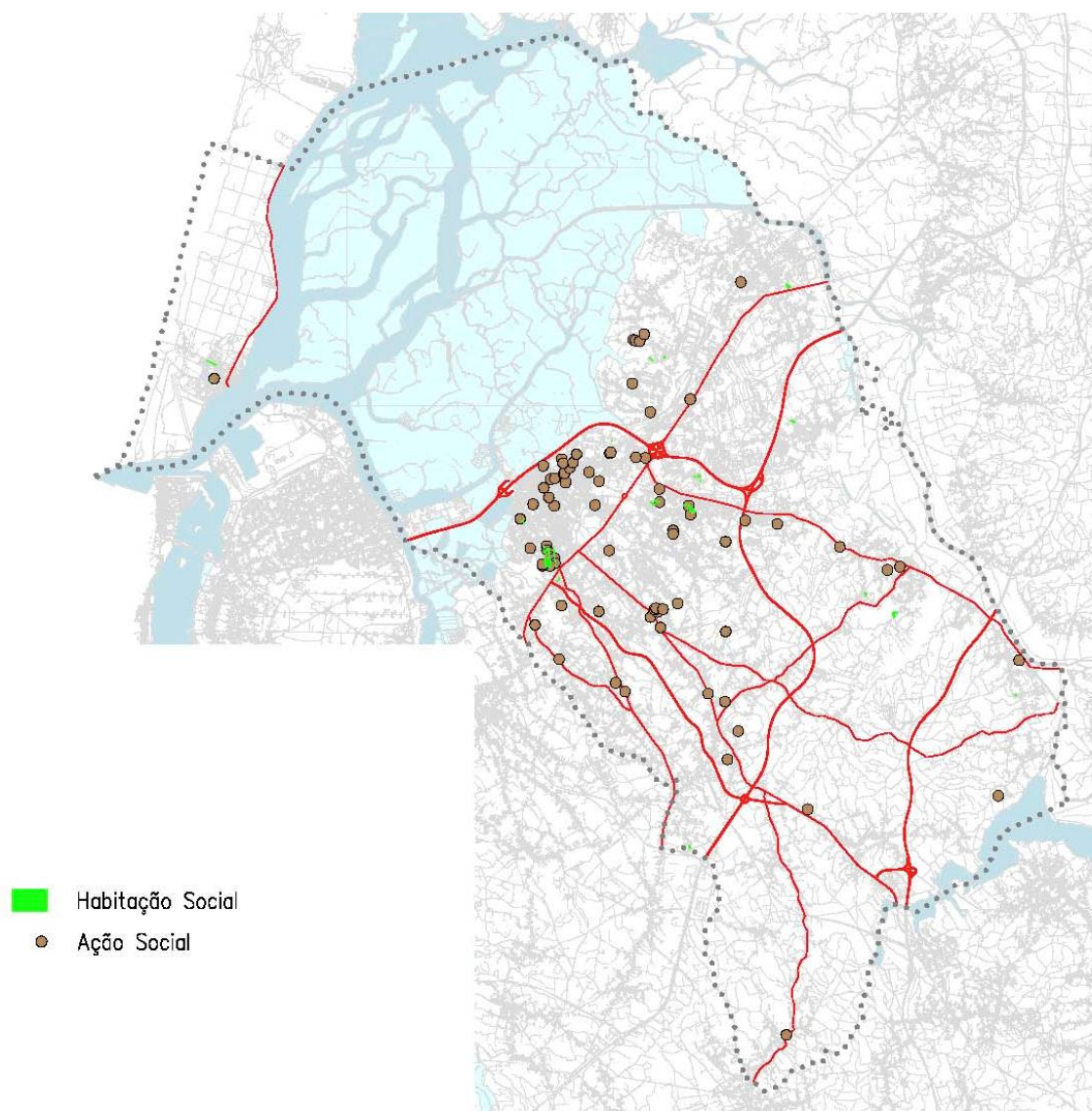


Figura 5 - Distribuição territorial dos equipamentos sociais e habitação social
Fonte: Divisão de Ação Social e Saúde

A **Rede Social** surgiu em 1997, no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo, para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal.

⁴ Fonte: Divisão de Ação Social e Saúde

Em termos de enquadramento legal, foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e Declaração de Rectificação n.º 10-O/98; posteriormente foi publicado o Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro e o Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, que veio consagrar os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

No contexto da Rede Social, o **Diagnóstico Social de Aveiro** (maio 2015) apresenta-se como o instrumento de planeamento estratégico, que traduz um conjunto de saberes, práticas institucionais e retratos sociodemográficos, orientado para objetivos e resultados suportados na identificação dos principais problemas que comprometem o pleno exercício de direitos e de cidadania da população em geral e, dos grupos vulneráveis, em especial e constitui um retrato da realidade concelhia em 6 áreas de intervenção: Infância e Juventude, Idosos, Deficiência, Migração e Minorias Étnicas, Sem-Abrigo, e Educação, Formação e Emprego.

Os quadros anexos apresentam valores autónomos para Glória e Vera Cruz por se entender serem territórios bastante distintos nestas matérias, pelo que a aglutinação de dados em função da atual freguesia tenderia à distorção da realidade.

Ao nível da **Infância e Juventude**, e em matéria de equipamentos/ respostas sociais e educativas, existem 30 equipamentos que enquadram a resposta social de **creche** (dirigida a crianças até aos 3 anos). Da rede solidária (privada sem fins lucrativos) fazem parte 25 creches, contando a rede privada com fins lucrativos com 5 equipamentos para crianças dos 0 aos 3 anos.

A capacidade instalada no concelho na resposta social de **creche** é de 1.496 lugares, encontrando-se a frequentar a mesma 1.327 crianças.

A maioria das instituições da rede solidária (17) apresenta um número de crianças igual ou superior ao número de lugares disponíveis, sendo de referir, no entanto, que 9 creches apresentam um total de 54 vagas à data da recolha destes dados, algumas das quais explicadas pela existência de vagas em salas de creche menos procuradas, tendo em conta a idade das crianças.

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura
Aradas	133	118	39%
Cacia	30	31	11%
Eixo	77	72	38%
Esgueira	306	236	53%
Glória	291	281	105%
Nariz	41	30	85%
NSFátima	30	30	39%
Oliveirinha	42	42	23%
Santa Joana	124	120	41%
S. Bernardo	75	75	33%
S. Jacinto	25	19	93%
Vera Cruz	191	188	53%
Total 25 Cr	1365	1242	46%

Quadro 7 Creches - Rede Privada sem Fins Lucrativos

Fonte: Gabinete Rede Social – CMA - Informação recolhida junto das instituições (novembro de 2015); cálculo taxas de cobertura com dados do INE – Censos 2011, atualizados a 20.11.2012

Ainda conforme dados disponibilizados pelas instituições, das 25 creches existentes na rede privada sem fins lucrativos, 14 apresentavam lista de espera num total de 146 crianças (dados resultantes do cruzamento das listas de espera e de utentes de todas as creches da rede privada sem fins lucrativos em novembro de 2015), sendo de referir, no entanto, que se tem vindo a assistir ao longo dos últimos anos, a um decréscimo do número de crianças em lista de espera (2010: 470; 2013: 215).

Esta situação poderá encontrar explicação, por um lado, no aumento do número de lugares disponíveis em creche, fruto do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), que veio criar entre 2009 e 2012, 5 novas creches, com um total de 239 novos lugares, e por outro, no decréscimo a que se tem vindo a assistir também no concelho, no número de nascimentos.

Tendo em conta os dados disponibilizados pelas instituições em novembro de 2015, das 21 respostas de **pré-escolar** existentes na rede privada sem fins lucrativos, 6 apresentavam listas de espera num total de 64 crianças.

Em 2013, este n.º era de 51 crianças, e em 2010 era de 125. De referir no entanto, a existência de 44 vagas distribuídas por 12 IPSS, facto que resultará da preferência dos pais por determinada instituição e/ou localização do equipamento.

As crianças a partir dos 3 e até aos 6 anos contam, no concelho, com 55 equipamentos de **pré-escolar**, 27 da rede pública, 21 da rede solidária e 7 da rede privada com fins lucrativos.

A rede solidária é aquela que integra mais crianças, num total de 1.279; na rede pública encontram-se a frequentar esta resposta social, 768 crianças e na rede privada com fins lucrativos 208, o que perfaz um total de 2.255 crianças.

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura
Aradas	110	109	41%
Cacia	44	42	18%
Eixo	88	87	60%
Esgueira	239	224	63%
Glória	372	367	192%
Nariz	20	19	47%
NSFátima	37	36	62%
Oliveirinha	50	49	40%
Santa Joana	91	80	41%
S. Bernardo	108	108	70%
S. Jacinto	20	12	91%
Vera Cruz	148	148	61%
Total 21 PE	1327	1279	62%

Quadro 8 -Pré-escolar - Rede Privada sem Fins Lucrativos

Fonte: Gabinete Rede Social – CMA /instituições (novembro de 2015); INE – Censos 2011

Ao nível da rede pública importa registar o continuado decréscimo no número de crianças desde o ano letivo de 2012/2013, de 914 passam para 768 crianças em pré-escolar, no ano letivo de 2015/2016. A taxa de cobertura desta resposta social atinge os 100%.

No que respeita à distribuição da resposta social de **CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres**, (a partir dos 6 anos de idade) funcionam no concelho 12 respostas sociais desenvolvidas pela rede solidária e mais 2 pela rede privada com fins lucrativos, que possibilitam a integração de um total de 811 crianças e jovens.

Ao nível desta resposta social refira-se que a lista de espera na rede privada sem fins lucrativos é de 53 crianças (distribuída por 3 CATL).

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura
Cacia	40	46	8%
Esgueira	100	80	10%
Glória	160	146	34%
Nariz	15	16	15%
NSFátima	15	15	10%
Oliveirinha	20	20	6%
Santa Joana	60	40	10%
S. Bernardo	165	165	47%
S. Jacinto	20	20	30%
Vera Cruz	138	98	23%
Total 12 CATL	733	646	13%

Quadro 9 CATL - Rede Privada sem Fins Lucrativos

Fonte: Gabinete Rede Social – CMA Informação recolhida junto das instituições (novembro de 2015); cálculo taxas de cobertura com dados do INE – Censos 2011, atualizados a 20.11.2012

Além dos equipamentos sociais acima identificados, em matéria de **Infância e Juventude**, identificam-se ainda os seguintes recursos de acompanhamento social geral e especializado:

- Autarquia
- Serviços de Saúde: Hospital, Centro de Saúde e Unidades de Saúde Familiar
- Rede Privada de Serviços de Saúde, IPSS, com acordos de Ação Social Comunitária e Protocolos de Acompanhamento do RSI
- CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- SNIPI – Equipa Local de Intervenção Precoce
- Comunidade educativa, e Associações e grupos informais
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- Projeto Alternativas (Centro Social e Paroquial da Vera Cruz), Projeto EntreSendas - Escolhas 5.ª Geração (Cáritas Diocesana de Aveiro)

Relativamente às respostas sociais dirigidas à população idosa, existem no concelho, **10 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)**, 14 Centros de Dia e 16 Serviços de Apoio Domiciliário.

Existem 13 equipamentos **ERPI** no concelho, 10 da rede solidária (privada sem fins lucrativos) e 3 da rede privada com fins lucrativos.

A capacidade instalada no concelho é de 518 lugares, para uma frequência de 500 idosos. A taxa de cobertura da resposta social-rede privada sem fins lucrativos é de 3%, tendo em conta o cálculo realizado com base nos dados dos Censos 2011 - população residente/freguesia com mais de 65 anos.

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura
Aradas	114	103	3%
Esgueira	45	45	
Glória	13	13	
Oliveirinha	152	151	
Santa Joana	55	55	
S. Bernardo	12	18	
Vera Cruz	43	41	
Total 10 ERPI	434	426	

Quadro 10 - ERPI - Rede Privada sem Fins Lucrativos
 Fonte: Gabinete Rede Social – CMA /instituições (novembro de 2015); INE – Censos 2011

Conforme dados disponibilizados pelas instituições, das 10 ERPI existentes na rede privada sem fins lucrativos, pelo menos 9 apresentam lista de espera (não foi possível confirmar a informação respeitante a uma IPSS, pois esta não enviou qualquer informação em relação às suas respostas sociais) num total de 405 idosos (dados resultantes do cruzamento das listas de espera e de utentes de todas as ERPI da rede privada sem fins lucrativos em novembro de 2015).

Em 2015 regista-se um aumento significativo do número de idosos em lista de espera (em 2013 eram 226). Apesar de ter havido um aumento do número de lugares disponíveis em EPRI com o PARES (4 novas EPRI com um total de 151 novos lugares), o mesmo não se revelou suficiente para dar resposta à procura existente no concelho. Em termos de idades, as pessoas em lista de espera com mais de 70 anos são aquelas que se encontram em maior número – 357 no total de 405.

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) permitiu criar entre 2009 e 2013, 5 novos centros de dia com um total de 187 novos lugares, o que veio aumentar consideravelmente a oferta existente no concelho.

No concelho existem 15 **centros de dia** disponibilizados pela rede solidária (privada sem fins lucrativos), com uma capacidade total de 420 lugares, encontrando-se a frequentar a mesma 366 utentes.

Conforme dados disponibilizados pelas instituições, dos 15 centros de dia existentes, 7 apresentam vagas num total de 29 lugares. A taxa de cobertura situa-se nos 3%, sendo que esta é uma resposta com uma lista de espera muito residual (cerca de 20 utentes), que tem expressão numa procura muito específica por determinado equipamento ou localização

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura	
Aradas	35	28		
Cacia	15	18		
Eixo	30	26		
Eirol	30	30		
Esgueira	30	25		
Glória	45	34		
Oliveirinha	70	52		
Stª Joana	75	73		
S. Bernardo	20	20		
S. Jacinto	20	20		
Vera Cruz	50	40		
Total 15	420	366		3%

Quadro 11 - Centro de Dia - Rede Privada sem Fins Lucrativos
Fonte: Gabinete Rede Social – CMA Informação recolhida junto das instituições (novembro de 2015); cálculo taxas de cobertura com dados do INE – Censos 2011, atualizados a 20.11.2012

Quanto ao **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, existem no concelho 16 SAD disponibilizados pela rede solidária (privada sem fins lucrativos), com uma capacidade total de 526 lugares, encontrando-se a frequentar a mesma 489 utentes.

A rede privada com fins lucrativos disponibiliza 5 SAD com uma capacidade de 174 lugares. Conforme dados disponibilizados pelas instituições, dos 21 SAD existentes, 8 apresentam vagas num total de 17 lugares na rede privada sem fins lucrativos e 96 na rede privada com fins lucrativos.

TERRITÓRIOS	capacidade	frequência	taxa cobertura	
Aradas	60	45		
Cacia	15	17		
Eixo	65	65		
Eirol	34	32		
Esgueira	55	49		
Glória	18	18		
Nariz	25	35		
NSFátima	18	18		
Oliveirinha	50	50		
Stª Joana	56	56		
S. Bernardo	50	50		
Vera Cruz	80	54		
Total 16 SAD	526	489		4%

Quadro 12 - SAD - Rede Privada sem Fins Lucrativos
Fonte: Gabinete Rede Social – CMA Informação recolhida junto das instituições (novembro de 2015); cálculo taxas de cobertura com dados do INE – Censos 2011, atualizados a 20.11.2012

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) permitiu criar entre 2009 e 2013, 4 novos SAD com um total de 110 novos lugares, o que veio aumentar consideravelmente a oferta existente no concelho. A taxa de cobertura situa-se nos 4%, havendo uma lista de espera muito residual (cerca de 25 utentes), que tem expressão numa procura muito específica por determinado serviço/equipamento e/ou localização

Além dos equipamentos sociais acima identificados, o Diagnóstico Social do concelho identifica a questão do **envelhecimento ativo**, sendo esta priorizada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social do concelho (2015-2017), nas áreas da saúde e da intervenção social.

Assim, de apoio a esta intervenção, surgem como recursos locais a ativar: Projeto Sorrir a Ajudar Idosos (Junta de Freguesia de Esgueira), Academia de Saberes, USIDEC – Universidade Sénior de Cacia, GNR e PSP com os seus projetos de proximidade a esta população, Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (ESSUA), Núcleo de Aveiro da Associação Portuguesa de Alzheimer (Santa Casa da Misericórdia Aveiro), Projeto Campus Cognitivo (Cruz Vermelha Portuguesa) e IPSS, com acordos de Ação Social Comunitária e Protocolos de Acompanhamento do RSI

Na área da intervenção de pessoas com **Deficiência**, à data dos Censos 2011, cerca de 32% (24 941) do total da população residente no concelho apresenta seis tipos de dificuldades e ou incapacidades: ver, ouvir, andar ou subir, memória/concentração, tomar banho/vestir-se sozinho, compreender ou fazer-se entender.

A dificuldade e ou incapacidade em andar ou subir degraus surge em primeiro lugar, com 8,12%, seguida da dificuldade em ver, com 6,95% e da dificuldade de memória/concentração com 5,62%, todas elas comparativamente inferiores às percentagens registadas para o Baixo Vouga 9,80%, 8,24% e 6,34%, respetivamente, para o Centro 11,23%, 10,09% e 7,39%, respetivamente, e para o país, 9,28%, 8,72% e 6,20%, respetivamente.

Quando comparados os dados do concelho de Aveiro com os da Região do Baixo Vouga (390 842), podemos constatar que o território municipal assume uma relevância muito significativa quanto à prevalência de indivíduos com dificuldades e/ou incapacidades. No que respeita ao total de indivíduos com dificuldades e/ou incapacidades ao nível da Região Centro (2 327 755), 22% face ao número total de habitantes em território nacional (10 562 178), constata-se que as referentes à visão e à mobilidade são as funções que se encontram mais comprometidas.

O concelho conta com 3 Lares Residenciais, com capacidade para 38 utentes, 2 Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), com capacidade para 160 utentes, e ainda com o Serviço Domiciliário de Apoio às Famílias, com capacidade para 25.

Todos estes equipamentos são respostas sociais da rede privada sem fins lucrativos, desenvolvidas pelas 2 IPSS com intervenção concelhia nesta área, a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) e a CERCIAV (Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro). Tanto a resposta de Lar Residencial como a de CAO apresentam listas de espera, de 38 e 47 utentes respetivamente.

Para além destes equipamentos sociais, surgem ainda os seguintes recursos na comunidade: Equipa de Intervenção Precoce, Agrupamentos de Escolas (Unidades de Multideficiência), Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência | SIM-PD (Câmara Municipal) e Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais (Centro Distrital Aveiro do Instituto Segurança Social)

Quanto às **Necessidades Educativas Especiais**, estima-se em 2009 um universo de 433 pessoas com NEE integradas no sistema de ensino. Os Agrupamentos de escolas registam uma média de 45 alunos, daqueles se salientando o Agrupamento de Escolas de Aveiro que regista 77 alunos, o Agrupamento de São Bernardo com 56 alunos e a Universidade de Aveiro com 55 alunos.

Neste universo salienta-se a existência de escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão (EB 2,3 João Afonso do AE de Aveiro e a ES José Estêvão), de unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita (EB 1 das Barrocas do AE de Aveiro e a EB 1 de Eixo do AE de Eixo) e de unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo (EB 1 e EB 2,3 de Esgueira do AE de Esgueira).

No eixo de intervenção das **Migrações e Minorias Étnicas** e no que diz respeito à população estrangeira a residir no concelho, segundo os dados apresentados no portal de estatística SEFSTAT do SEF, apresentava no ano de 2011 um total de 3 720 estrangeiros com títulos de residência e vistos de longa duração. Em 2012 houve uma ligeira descida para 3 645 e em 2013 para 3 484 estrangeiros.

Em 2013 e, de acordo com a análise dos dados do SEF sobre o pedido de estatuto de residente no concelho, é possível aferir o perfil dos imigrantes em matéria de nacionalidade, concluindo-se que estes pedidos são feitos por pessoas oriundas preferencialmente do Brasil (949), Ucrânia (442) e China (209).

Na intervenção com a população imigrante surgem como recursos locais de apoio: Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAI, Serviço Estrangeiros e Fronteiras – SEF, Projeto Aveiro +InterCool, GIP Univera (Centro Social e Paroquial da Vera Cruz), Associações de Imigrantes, IPSS, com acordos de Ação Social Comunitária e Protocolos de Acompanhamento do RSI e Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Quanto à intervenção com as minorias étnicas, nomeadamente com as comunidades ciganas, sublinha-se o trabalho desenvolvido pela Cáritas Diocesana de Aveiro que promove há vários anos intervenções junto desta comunidade, encontrando-se atualmente no terreno o Projeto EntreSendas com duração até dezembro de 2015 (com previsão de continuidade no âmbito da 6.ª geração de Programa Escolhas). Com o apoio deste projeto e de outras entidades com intervenção nesta comunidade, foi possível realizar um levantamento da comunidade cigana residente no concelho, estando identificadas 98 famílias, num total de 419 indivíduos, a residir em habitação social, casas arrendadas e em construções ilegais em terrenos na maioria das vezes adquiridos pelos próprios.

Na intervenção com esta população, e para além do Projeto EntreSendas da Cáritas Diocesana de Aveiro, o concelho dispõe ainda dos seguintes parceiros/recursos: Autarquia, PSP, CPCJ, IPSS, com acordos de

Ação Social Comunitária e Protocolos de Acompanhamento do RSI, Centro de Saúde, Serviço Estrangeiros e Fronteiras, Projeto Aveiro +InterCool e GIP Univera (Centro Social e Paroquial da Vera Cruz).

Relativamente à intervenção no âmbito das **Pessoas Sem Abrigo**, em abril de 2012 foi constituído o NPISAA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo de Aveiro, através de protocolo de colaboração entre 21 entidades.

O diagnóstico referente a 2013 aponta para a existência de 68 pessoas em situação de sem abrigo no concelho, maioritariamente com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, do sexo masculino (78%), portugueses (98%) e naturais da região do Baixo Vouga (50% do concelho de Aveiro, 50% de outros concelhos).

Para além da Câmara Municipal que coordena o NPISAA, as instituições que intervêm diretamente com esta população, e que são recursos a ativar no sentido de facilitar a minimização deste problema são: Segurança Social, Florinhas do Vouga: Equipa Intervenção Direta (EID), Projeto GIROS (área redução de riscos e minimização de danos), Balneário e Cozinha Social, Centros de Alojamento Temporário da Fundação CESDA e da Cáritas Diocesana de Aveiro, Projeto RIS (área da reinserção social) da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro de Respostas Integradas de Aveiro – SICAD, IPSS com Protocolos de Acompanhamento do RSI, Cantinas sociais (Fundação CESDA, Santa Casa Misericórdia e Centro Comunitário Vera Cruz), Centro Saúde (Unidade de cuidados na comunidade – UCC), Equipa Saúde Mental e Comunitária, Departamento de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Baixo Vouga e Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro - CARDA

Relativamente ao eixo de intervenção que respeita à **Educação, Formação e Emprego**, e tendo em conta que a análise da situação existente quanto ao número de estabelecimentos já foi feita anteriormente, importa aqui referir que, segundo os dados dos Censos de 2011, cerca 84% da população tem um nível de

escolaridade completo, sendo que aproximadamente ¼ da população residente no território concelhio detinha apenas o 1.º ciclo do ensino básico (CEB), seguido da população com o 3.º CEB (17,1%) e com o 2.º CEB (12,9%), nestes 2 ciclos com prevalência das mulheres. Sublinha-se, ainda, o facto de 16% da população não possuir qualquer nível de escolaridade, percentagem que decresceu se comparada com valores de 2001 (22,07%).

Importa ainda referir que 18,4% da população residente detinha o nível de ensino superior completo, valor acima do registado para Portugal, para a região Centro para a região do Baixo Vouga.

Segundo o Diagnóstico Social do concelho, a análise das diferentes taxas de escolarização da população dão uma ideia bastante concreta sobre a evolução de 2001 para 2011, traduzida num aumento da taxa de pré-escolarização e do ensino superior, contrariamente ao que acontece com a taxa respeitante ao ensino básico e secundário (mas ainda assim, ambos acima dos 100,00%). Assim, nos anos mais recentes, é possível registar uma evolução bastante significativa da estrutura populacional de Aveiro em matéria de qualificações.

Segundo a mesma fonte:

- em cada 100 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, 103,60% estão inscritas no ensino pré-escolar (ano letivo 2011/2012), o que representa um valor muito significativo quando comparado com os que foram registados para o país, para a região Centro e para o Baixo Vouga;
- a taxa de escolarização respeitante ao número de alunos matriculados no ensino básico face à população com idade entre 6 a 14 anos é de 137,70% (ano letivo 2010/2011), valor que tem vindo a descer desde 2008/2009);
- a taxa bruta de escolarização no ensino secundário tem vindo a decrescer (174,2% em 2011/2012), acompanhando a tendência nacional, ainda que Aveiro apresente valores mais elevados se comparado com Portugal, regiões Centro e Baixo Vouga;
- no ano letivo de 2012/13 a taxa referente ao ensino superior é 152,80%, valores manifestamente superiores aos verificados para o país e para as sub-regiões sob análise comparativa.

Analisando os dados referentes às situações de retenção e desistência, nomeadamente no ensino básico regular, o desempenho do concelho tende a piorar, atingindo o valor de 8,10% no ano letivo de 2011/2012, acompanhando a tendência crescente ao nível regional e nacional. Por outro lado, tem vindo a apresentar valores abaixo dos registados para a região Centro, Baixo Vouga e para Portugal.

Localização geográfica	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular			
	Período de referência dos dados			
	2011 / 2012	2010 / 2011	2009 / 2010	2008 / 2009
	%	%	%	%
Portugal	9,90	7,50	7,90	7,80
Centro	8,50	6,50	6,80	6,50
Baixo Vouga	8,60	6,60	6,60	6,70
Aveiro	8,10	6,00	5,90	6,10

Quadro 13 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (2008/2009 – 2011/2012)
Fonte: INE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, informação extraída em 07.10.2014;
última atualização de dados 28.03.2014

No ensino secundário regular o desempenho do concelho regista uma tendência de melhoria, nomeadamente, em matéria de transição/conclusão, onde o valor de 2011/12 (82,30%) traduz uma tendência de crescimento positivo. De uma forma geral, o ano letivo de 2010/2011 apresentou uma quebra, já em recuperação.

Ainda no que se refere a este ciclo de ensino, uma referência para o facto de a percentagem de alunos matriculados em cursos profissionais do ensino secundário regular face ao número de alunos

matriculados no ensino secundário regular ter vindo a aumentar, com 44,10% em 2011/12. Aliás, acompanha a tendência de crescimento constatada ao nível regional e nacional.

Na realidade, no ano letivo de 2011/2012 verificou-se uma inversão na tendência apresentando-se o concelho com a taxa mais elevada, ao contrário do que vinha sendo registado nos anos anteriores comparativamente com o Baixo Vouga, a região Centro e o país.

Estes diversos indicadores traduzem um investimento infraestrutural na área da educação / formação que se tem registado no concelho de Aveiro.

Em termos de **emprego**, área basilar para a inclusão social dos indivíduos, importa referir que em 2011, o ensino básico e secundário continuam a assumir valores predominantes na escolaridade da população empregada do concelho.

Em matéria de **desemprego** e, tendo em consideração os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para o intervalo temporal compreendido entre o 1.º trimestre de 2010 e o 2.º trimestre de 2014 salienta-se o facto de, no último trimestre em análise (2.º T / 2014) se encontrarem inscritos nos ficheiros daquele instituto 3 802 indivíduos, o que traduz uma diminuição considerável do número de desempregados.

O desemprego no concelho afeta, sobretudo, as pessoas do sexo feminino, registando-se em junho de 2014, um total de 2073 mulheres e 1729 homens inscritos.

Destaca-se o grande escalão da população ativa, entre os 35 - 54 anos, como o mais afetado pelo desemprego. Relativamente ao nível de instrução das pessoas que se encontram em situação de desemprego, verifica-se um aumento significativo dos desempregados com nível de instrução mais elevada, quer ao nível do secundário como no superior.

O concelho apresentava em 2011 um poder de compra *per capita* equivalente a 126,7. Este indicador, o qual atribui a Portugal o valor 100, revela que Aveiro apresenta um poder de compra bastante superior à média nacional e à média da região Centro e sub-região Baixo Vouga. Verifica-se, no entanto, que este indicador, se até 2009 registava aumentos, após este período começa a diminuir gradualmente até aos dias de hoje, em virtude da atual conjuntura económica.

Para fazer face à problemática do desemprego, o IEFP possui um conjunto de medidas, de referir: Apoio à contratação de jovens, de desempregados de longa duração e de públicos específicos; Apoio à contratação a termo de trabalhadores mais velhos e de públicos específicos; Emprego Jovem Ativo; Apoio à criação do próprio emprego; Apoio à criação de empresas; Micro Crédito; Estágios profissionais; Investe Jovem; Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+; Estágios de inserção; Contrato Emprego-Inserção para pessoas com deficiência e incapacidade e Incentivo à Aceitação de Ofertas.

Através destas medidas pretende-se criar condições favoráveis às entidades empregadoras e aos beneficiários e, conseqüentemente, melhorar os níveis de empregabilidade da população.

A **habitação** é um dos domínios que se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65.º, cujo conteúdo formal indica que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

A política de habitação, pelas suas características intrínsecas, tem uma forte ligação com dimensões tão variadas, como a economia, a vertente social, o ordenamento do território e o planeamento urbano, o que implica que esta não deverá ser encarada de forma isolada e que as ações, neste campo, devem ser entendidas de forma integrada.

O parque de habitação social implantado no concelho é atualmente constituído por 1.102 fogos, número que integra as habitações sociais propriedade da Câmara Municipal de Aveiro (586) e do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (516). Estes imóveis estão disseminados por 8 freguesias do concelho e integram 21 bairros, estando patentes quer habitações multifamiliares, quer unifamiliares. A maior concentração de habitações sociais observa-se na União de Freguesias Glória e Vera Cruz, onde estão implantados o Bairro Social de Santiago e a Urbanização de Santiago que integram 705 habitações sociais.

A atribuição de habitação social, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar a necessidade de uma intervenção sistemática e abrangente junto destas famílias, designadamente no que reporta às áreas de educação/formação, saúde, emprego, entre outras.

Ainda no que concerne à habitação, é de referenciar a iniciativa **Mercado Social de Arrendamento (MSA)**, que tal como as cantinas sociais, surgiu no âmbito do Programa de Emergência Social (PES), decorrente do reconhecimento da asseveração de um novo paradigma para os mercados do imobiliário assente, sobretudo, na Reabilitação Urbana e no Arrendamento Habitacional.

Neste contexto, o Governo, juntamente com entidades do setor público e privado, constituíram uma bolsa de imóveis para arrendamento, com valores de renda 20% a 30% inferiores aos valores médios praticados no mercado regular, onde são integrados imóveis disponibilizados pelos Bancos, IHRU e IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social I.P.

A Câmara Municipal de Aveiro é parceira local desta medida, tendo registado de 2 de julho 2012 a 10 de outubro de 2014 a formalização de 137 candidaturas aos imóveis disponibilizados no concelho, 36 das quais foram aprovadas.

De referenciar que, um dos requisitos para aprovação das candidaturas é a verificação de uma taxa de esforço mínima de 10% e máxima de 30%, face ao rendimento mensal do agregado familiar, pelo que esta iniciativa, apesar de direcionada a agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica, não responde às necessidades das famílias mais desfavorecidas, cujo rendimento mensal não permite a taxa de esforço exigida para acesso aos imóveis integrados no Mercado Social de Arrendamento.

3.1.6 DESPORTO E LAZER⁵

No âmbito da atualização do programa de Instalações Desportivas do Município de Aveiro, apresentamos a revisão das instalações desportivas como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de infraestruturas e atividades desportivas visando a sua melhor utilização.

Deste modo e uma vez que a quantidade e a qualidade das instalações desportivas bem como a sua distribuição espacial influenciam decisivamente a acessibilidade dos cidadãos aos locais de prática e, consequentemente, o seu grau de participação em atividades físicas e desportivas, esta revisão torna-se essencial para a definição de uma estratégia de intervenção desportiva.

Neste sentido existem vários conceitos de desporto, a Câmara Municipal de Aveiro considera o conceito expresso na Carta Europeia do Desporto como sendo o fenómeno que engloba “todas as formas de atividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.” (artigo 2º, ponto 1 da Carta Europeia do Desporto, assinada em 1992). De acordo com o n.º 1, do artigo 79.º, da Constituição da República Portuguesa, “todos têm direito à cultura física e ao desporto”, incumbindo “ao Estado, em colaboração com as escolas e as

⁵ Fonte: Divisão de Educação e Desporto

associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

A Atividade Física e Desportiva como fator potenciador da Saúde e Bem-Estar

Considerou-se fundamental a construção de uma Estratégia Nacional de Promoção da Atividade Física na área da saúde, para a redução do sedentarismo e promoção de um estilo de vida saudável devido à sua importância na prevenção das doenças crónicas não transmissíveis e os seus efeitos benéficos em muitas doenças, perspetivando o “exercício como medicamento” in Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar | 2016-2025 Direção Geral de Saúde

A atividade física, a saúde e a qualidade de vida estão intimamente relacionadas entre si. O corpo humano foi concebido para se movimentar e como tal necessita de atividade física regular com vista ao seu bom funcionamento e de forma a evitar doenças.

O desporto e a sua promoção são ferramentas indispensáveis para a criação de hábitos de vida saudáveis em crianças, jovens e adultos. Além das competências físicas e respetivos benefícios para a saúde e bem-estar dos indivíduos, a prática desportiva promove o desenvolvimento pessoal, emocional, social, bem como os níveis de autonomia, responsabilização, concentração e espírito de equipa.

Como objetivo primordial a Câmara Municipal de Aveiro elaborou um instrumento de diagnóstico do estado atual dos equipamentos / instalações desportivas do Município. Este será uma ferramenta estruturante e fundamental para a construção de estratégias e políticas de intervenção, bem como fornecer aos órgãos de decisão do município as informações necessárias para uma planificação e programação dos equipamentos desportivos, de forma contextualizada, visando as reais necessidades dos municípios e da população do Concelho.

Um Concelho ativo é aquele que se preocupa com os seus Cidadãos e os torna mais ativos no seu dia-a-dia ajudando-os e incentivando-os a terem comportamentos de vida saudável.

Torna-se, pois, necessária uma gestão eficaz dos recursos e equipamentos disponíveis, propriedade do Município ou de entidades parceiras, colocando-os ao serviço de todos:

- Através da criação de trajetos cicláveis e pedonais acessíveis e seguros, junto das Escolas, parques, espaços desportivos e de lazer;
- Disponibilizando um sistema eficaz de transportes públicos que promova a intermodalidade;
- Disponibilizando equipamentos promotores da Atividades Física para todos (circuitos de manutenção, parques infantis, polidesportivos, espaços e zonas verdes e de lazer);
- Através das Escolas que valorizam e promovem a Atividade Física ou Motora junto dos seus Alunos;
- Dinamizando os parques urbanos e zonas verdes tornando-os acessíveis e motivadores para uma utilização ativa em família e inclusiva;
- Através de parcerias com os serviços de Saúde que assumam um papel relevante no aconselhamento para a prática de Atividade Física;
- Promovendo programas e ações que elevem os níveis de Atividade Física da população, nomeadamente, em segmentos mais fragilizados;

A concretização de um plano de dinamização de atividade físico/motora requer uma política integrada de diferentes subsistemas, nomeadamente o educativo, desportivo, de saúde e o do ordenamento do território. É, por isso, necessário concertar ideias, orientações, prioridades e iniciativas em cada uma das áreas tendo em conta um objetivo comum: aumentar o prazer dos cidadãos para a prática de atividade física e diminuir o sedentarismo.

No levantamento efetuado, contabilizaram-se 164 (cento e sessenta e quatro) instalações desportivas registadas, contudo, apenas 156 estão ativas. A figura que se segue apresenta a Distribuição territorial dos equipamentos desportivos.

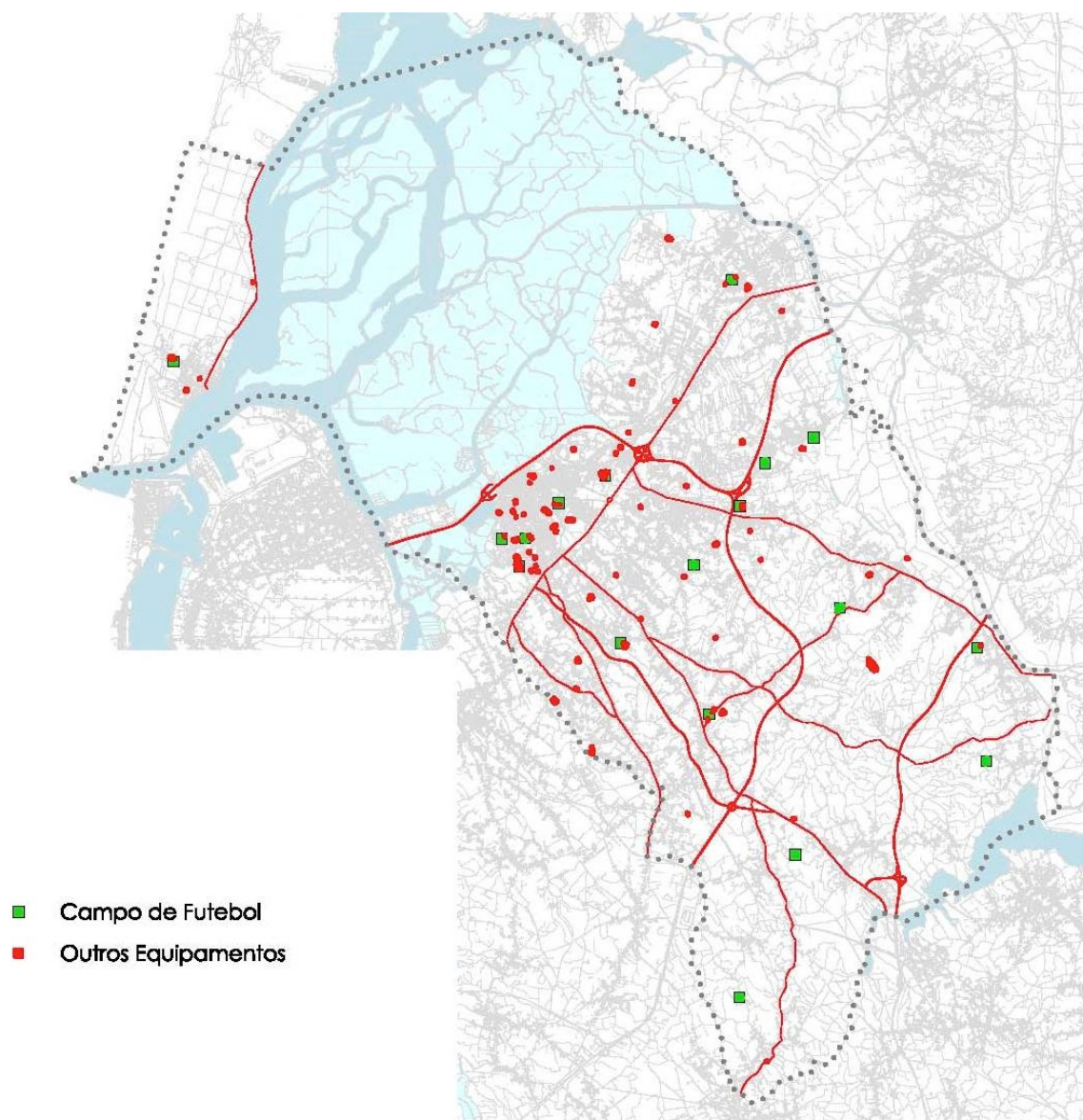


Figura 6 - Distribuição territorial dos equipamentos desportivos

Do acervo de instalações, 9 (nove) encontram-se em estado de inatividade. Pertencem a este grupo as seguintes: Campo de Futebol Azurva, Pista Automodelismo Azurva, Sala de ténis de mesa Azurva (Eixo e Eirol), Polidesportivo Quinta do Olho d'Água, 2 (dois) Campos de Futebol e um Campo de Futebol de 7 ACREMA (Esgueira), Campo Futebol "pelado" (S. Jacinto).

O quadro que se segue apresenta o número total de instalações Desportivas por Freguesia do Concelho de Aveiro.

	Aradas	Cacia	Eixo e Eirol	Esgueira	Oliveirinha	Requeixo, NSFátima, Nariz	São Bernardo	São Jacinto	Sta Joana	Glória Vera Cruz	TOTAL
Instalações registadas	8	8	13	23	11	6	16	11	5	63	164
Instalações ativas	9	8	10	18	11	6	16	10	5	63	156

Quadro 14 - Distribuição territorial das Instalações Desportivas por Freguesia no Concelho de Aveiro

Após análise do quadro anterior, salienta-se que a freguesia com maior número de instalações desportivas é a da Glória e Vera Cruz. Destaca-se das demais ao nível de instalações desportivas com 63 espaços disponíveis, seguida da freguesia de Esgueira com 23, São Bernardo com 16, Oliveirinha com 11, Eixo-Eirol e São Jacinto com 10 instalações desportivas. As restantes freguesias apresentam números inferiores a 10.

O quadro que se segue apresenta a distribuição por tipologia de Instalações Desportivas nas Freguesias do Concelho de Aveiro.

	Aradas	Cacia	Eixo e Eirol	Esgueira	Oliveirinha	Requeixo, NSFátima, Nariz	São Bernardo	São Jacinto	Sta Joana	Glória Vera Cruz	total
Pavilhão	2	2	1	3	2	-	2	1	-	4	17
Piscina	1	1	-	-	1	-	-	1	-	2	6
Pista de Atletismo	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3	5
Campo de Ténis/padel	-	-	-	-	1	-	3	2	-	15	21
Grande Campo	1	1	3	1	2	3	1	1	1	2	16
Pequeno Campo	4	3	5	11	3	3	8	4	3	24	68
Instalação Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Sala de Desporto	1	1	1	2	1	-	2	1	1	11	21
Total	9	8	10	18	11	6	16	10	5	63	156

Quadro 15 - Distribuição por tipologia de Instalações Desportivas nas Freguesias

Da análise efetuada acerca da oferta de instalações desportivas, conclui-se que todas as freguesias dispõem, no mínimo, de 1 (um) Campo de Futebol e de 1 (um) Pequeno Campo. No que se refere aos vinte e um Campos de Ténis /Padel existentes, 15 (quinze) encontram-se na freguesia da Vera Cruz e Glória, um na freguesia de Oliveirinha, dois em São Jacinto e os restantes três na freguesia de S. Bernardo.

A área das instalações desportivas utilizada na prática desportiva, acrescida das áreas de segurança, denomina-se de Área Desportiva Útil (ADU). Contabilizando a ADU das 143 instalações desportivas obtém-se o valor de 180.825,1m². As instalações consideradas inativas não foram tidas em conta na variável apresentada. As áreas de atividade desportiva, áreas terrestres e aéreas aquáticas, cujo espaço desportivo não foi construído especificamente para a prática de atividade física e de difícil mensuração, também não foram objeto de análise.

Observando o Quadro que se segue, podemos aferir que a freguesia com maior ADU é a da Glória-Vera Cruz, seguindo-se as freguesias de Requeixo, N^a Sr^a de Fátima e Nariz, Eixo-Eirol e Esgueira, com valores superiores a 20.000 m².

Freguesia	Dados referentes ao ano de 2016		
	Σ m ² (ADU)	N habitantes	ADU/Hab
Aradas	11070	9157	1,21
Cacia	11319	7354	1,54
Eixo e Eirol	22111	6324	3,50
Esgueira	21588	13431	1,61
Oliveirinha	15825,8	4817	3,29
São Bernardo	12476	4960	2,52
São Jacinto	11252	993	11,33
St ^a Joana	7482	8094	0,92
Requeixo, NSFátima e Nariz	23018	4564	5,04
Vera Cruz e Glória	46689,5	18756	2,49
TOTAL	Σ= 182831,3	Σ= 78450	2,3

Quadro 16 - Área Desportiva Útil por Habitante (ADU) por Freguesia

A avaliação das necessidades das instalações desportivas é realizada tendo por base critérios que relacionam a superfície destas com a respetiva população residente. Para isso, foi tida como referência uma população de 78.450 habitantes (Censos 2011-INE) e utilizou-se o rácio estipulado pelo Conselho da Europa e adotado pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desporto da UNESCO, em 1988, de 4m² de ADU por habitante (ADU/Hab). Para que as instalações desportivas sejam distribuídas pelo território de uma forma equitativa, é necessário ter em conta os indicadores referidos no quadro que se segue:

Limites de variação (ADU/hab)					
Instalações	Inexistente	Fraco	Razoável	Bom	Excessivo
		0]0;2[[2;4[[4;8[
Grandes Campos	0]0;1[[1;2[[2;4[≥4
Pistas de atletismo	0]0;0,6[[0,6;1,2[[1,2;2,4[≥2,4
Pequenos campos/ de ténis	0]0;0,325[[0,325;0,65[[0,65;1,3[≥1,3
Pavilhões e Salas de desporto	0]0;0,045[[0,045;0,09[[0,09;0,18[≥0,18
Piscinas cobertas	0]0;0,01[[0,01;0,02[[0,02;0,04[≥0,04
Piscinas descobertas	0]0;0,02[[0,02;0,04[[0,04;0,08[≥0,08

Quadro 17 - Modelo de avaliação da ADU/Hab adaptado da Carta das Instalações Desportivas Artificiais (IDP, 1997)

Tipologia da instalação	Área m ² das Instalações Desportivas dispostas por Freguesia											ADU/Hab
	Aradas	Cacia	Eixo e Eiro	Esgueira	Oliveirinha	Requeixo, N S Fátima	São Bernardo	São Jacinto	Santa Leopoldina	Glória	Total Área m ²	
Grande campo	6300	6930	1652	9600	11368	20214	5510	6760	5005	17500	105709	1.35
Pistas de atletismo	0	0	0	400	240	0	0	0	0	1420	2060	0.026
Pequenos campos e Campos de ténis	2240	2509	4839	9285	2433	2804	4926	2865	2400	18866	53167	0.678
Pavilhões e Salas de desporto	2158	1520	750	2303	14560	0	2040	1257	77	6525	18086	0.231
Piscina coberta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	908,5	908,5	0.012
Piscina descoberta	372	360	0	0	328,8	0	0	370	0	0	1430,8	0.018

Instalações especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1470	1470	0.02
Total	11070	11319	22111	21588	15825,8	23018	12476	11252	7482	46689,5	182831,3	2.33

Quadro 18 - ADU/Hab segundo tipologia por freguesia

Constata-se, assim, que a oferta em Aveiro se revela globalmente boa, estando dentro dos valores de referência, sendo superior a boa relativamente a pavilhões e salas de desporto (0,231m²/Hab). Revela-se razoável face ao padrão de referência, ao nível dos grandes campos (1,35m²/Hab), pequenos campos e campos de ténis (0,78m²/Hab) e piscinas ao ar livre com 0,018m²/hab. No que respeita a pistas de atletismo, os valores estão abaixo dos valores de referência (0,02m²), assim como no que concerne à tipologia de piscina coberta com 0,01m²/Hab.

Apesar das freguesias de São Jacinto, Requeixo, N^a Sr^a de Fátima e Nariz registarem um índice acima dos valores de referência, o concelho de Aveiro posiciona-se abaixo desses mesmos valores, porque apresenta um rácio de 2,3m² de ADU/Hab.

É importante referir que este rácio de ADU/Hab não pode ser considerado de forma linear num Município como Aveiro, dado o facto de termos um elevado número de pessoas que vivem a Cidade e o Município como população flutuante, Turistas, Estudantes, Trabalhadores não residentes em permanência, Praticantes de Desporto Federado residentes noutros Municípios, que exigem uma abordagem à área de Equipamentos Desportivos disponível e necessária bem superior aos rácios normais de ADU/Hab em territórios sem esta realidade.

Segundo os dados apurados, o Sistema Escolar Público é quem mais disponibiliza instalações desportivas no Concelho de Aveiro (51, representando 41% do total). A Câmara Municipal de Aveiro possui um parque desportivo constituído por 43 instalações desportivas, o que corresponde a 30% do total de instalações do Concelho. De salientar ainda o importante contributo do movimento associativo neste âmbito, disponibilizando 28 instalações desportivas (19%).

Tipologia	Administração Central	Administração Municipal	Entidade Privada	Instituição Militar	Movimento Associativo	Sistema Escolar Público	Total	%
Grande Campo	1	6	2	-	6	1	16	10,7%
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5	5	3,3%
Pequeno Campo	-	25	5	-	3	27	60	44%
Campo de ténis	1	7	1	-	11	-	15	11%
Pavilhão	1	1	-	-	6	9	17	11,3%
Sala de desporto	1	1	1	-	1	17	21	14%
Piscina Coberta	-	1	-	-	1	-	2	1,3%
Piscina descoberta	1	3	-	-	-	-	4	2,7%

Instalação especial	-	1	-	-	-	2	3	2%
Total	7	43	9	-	28	61	148*	
Percentagem (%)	4,0%	30,0%	6,0%	-	19,0%	41%		100%

Quadro 19 - Instalações Desportivas segundo tipologia e propriedade no Concelho de Aveiro

*o total de instalações desportivas perfaz 136, uma vez que está por apurar a propriedade de 7 (sete) das 143 instalações.

As instalações desportivas com mais representatividade no Concelho são os pequenos campos (Quadro anterior). Dos 60 pequenos campos, 27 pertencem ao Sistema Escolar Público e 25 pertencem à Administração Municipal. No que se refere aos pavilhões, para além dos associados às Escolas (EB2,3) existem mais 9, sendo que 6 pertencem ao movimento associativo, 1 é propriedade da Administração Central, outro da Administração Municipal e outro pertence à iniciativa privada, totalizando 17 unidades no Município.

Um Pavilhão e uma Piscina Coberta aqui cadastrados como pertencentes à Administração Central, foram entregues em março de 2019 e por 20 anos à Câmara Municipal de Aveiro para sua qualificação e gestão.

Tipologia	Qualidade			Conservação		
	Má	Razoável	Boa	Má	Razoável	Boa
Grande Campo	6	6	4	2	9	5
Pista atletismo	3	-	2	3	1	1
Pequeno campo	16	21	29	26	24	16
Campo de ténis	1	-	16	2	4	10
Pavilhão	1	2	14	1	3	13
Sala de desporto	3	1	17	-	2	19
Piscina coberta	-	-	2	-	-	2
Piscina descoberta	-	1	3	1	1	2
Instalação especial	-	1	1	1	-	2
Total	29	32	88	36	44	70

Quadro 20 - Número de Instalações Desportivas segundo a qualidade e estado de conservação por tipologia

Quanto à qualidade das instalações para a prática desportiva e respetivo estado de conservação, face aos dados apresentados, podemos classificá-las como globalmente boas, existindo muitas com necessidade de investimentos de qualificação e modernização, assim como de operação de licenciamento.

Tipologia	Tipo de piso											
	Asfalto	Betão poroso	Betuminoso	Cimento	Linóleo	Madeira flexível	Madeira rígida	Pelado	Relva	Relva artificial	Sintético	Tartan
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	-	7	7	4	-	-
Pista atletismo	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1
Pequeno campo	4	8	8	37	-	-	-	-	-	8	-	-
Campo de ténis	3	5	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	1	-	3	4	-	-	-	9	-
Sala de desporto	-	-	-	1	1	3	7	-	-	-	9	-
Instalação especial	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	8	14	8	51	1	6	11	7	1	10	18	1

Quadro 21 - Tipo de piso por tipologia de instalações desportivas

Os pequenos campos de piso em cimento totalizam 37 unidades, distribuídos pelas várias freguesias.

Relativamente ao Parque da Cidade, a Associação Desportiva Clube de Ténis de Aveiro explora dois campos de Ténis e dois campos de Padel (modalidade em expansão e complementar ao Ténis).

O Estádio Municipal de Aveiro (EMA) integra-se na área do Parque Desportivo de Aveiro, com localização privilegiada a partir da autoestrada A25/A17. Foi construído, no âmbito de Euro 2004. Realça-se como equipamento de referência do Concelho e da Região pela possibilidade de albergar eventos de grande escala face à sua capacidade acima dos 30.000 lugares. Está equipado com serviços de restauração, auditório, ginásios e espaços comerciais. Para além disso, dispõe de estacionamento para 3000 viaturas ligeiras e 70 autocarros.

Na freguesia de S. Jacinto, junto ao complexo desportivo, localiza-se o Centro de Alto Rendimento de Surf (CAR surf), projeto conjunto entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), que permite apoiar a realização de eventos nacionais, internacionais e de estágios, bem como a formação inicial e avançada de praticantes e de técnicos. O edifício dispõe de balneários, quartos, salas polivalentes, cozinha e hangar.

Dos dados anteriores verifica-se a existência de uma certa heterogeneidade na distribuição espacial dos equipamentos desportivos do Concelho, notando-se uma maior concentração nas freguesias urbanas, devido a alguns fatores, nomeadamente, a existência de melhores acessibilidades, maior densidade populacional, e faixa etária mais jovem, ou seja, maior procura que resulta numa maior oferta à população.

É de salientar, que os equipamentos desportivos do Município, como as piscinas ou as pistas de atletismo, servem parte da população concelhia e situam-se nas áreas mais urbanas do Concelho.

Constata-se que as freguesias mais distantes do centro urbano, devido à sua baixa densidade populacional, apresentam uma oferta mais limitada em termos de diversidade de tipologias desportivas.

Predominam sobretudo os campos pequenos, denominados como polidesportivos, mas que poderão vir a ser potencializados para o pluralismo de diferentes modalidades.

É preocupação fundamental da Câmara Municipal de Aveiro é a procura de soluções que respondam com qualidade à especificidade da procura e da oferta desportiva ajustada à identidade e perspetivas de desenvolvimento do território e constitui-se como objetivo principal a promoção da prática desportiva ao nível das políticas de médio e longo prazo promovendo a cooperação entre as entidades públicas clubes e associações através da celebração de parcerias/protocolos.

De acordo com os indicadores anteriormente apresentados, o Município de Aveiro está dentro dos parâmetros de dimensionamento de equipamentos desportivos adequados à população, de acordo com o sistema urbano e organização territorial.

A atividade física assume-se como uma ferramenta de prevenção primária, sendo a sua promoção/disseminação junto da população, indispensável para a criação de hábitos de vida saudáveis e para o aumento da qualidade de vida. Para isso é necessário que os equipamentos/instalações desportivas respondam às necessidades da população.

Neste âmbito desportivo são três os objetivos primordiais para o Concelho de Aveiro:

1. Otimizar o funcionamento de todos os equipamentos desportivos, também com a implementação de mecanismos de gestão em rede e em parceria;
2. Reabilitar e licenciar os equipamentos desportivos existentes no sentido de proporcionar ambientes favoráveis e com elevada qualidade, e potenciar as valências associadas à prática de atividade física;
3. Criar equipamentos desportivos novos, complementares aos existentes, que contribuam para o aumento da capacidade e da disponibilidade da oferta desportiva, com prioridade para um Pavilhão Desportivo Municipal de grande dimensão e uma Piscina Municipal.

3.1.7 CULTURA

Os **equipamentos culturais** constituem vetores dinamizadores do bem-estar da sociedade, afirmam-se como reforço da identidade e história coletiva, através da divulgação do património arquitetónico, documental, etnográfico, antropológico e cultural.

A sua valorização, individual ou em rede, quer sob o ponto de vista físico/arquitetónico quer social, é determinante na organização e consolidação do espaço urbano e na produção de sociabilidades culturais e vivências urbanas.

Nestas grandes estruturas de serviço público salientam-se estes espaços/edifícios com valor arquitetónico significativo que, para além da divulgação de todo o seu espólio, são ainda palco de atividades culturais:

O **Teatro Aveirense**, em 1881, teve a sua inauguração, foi classificado como imóvel de interesse público desde 2002 e no ano seguinte reabriu após grandes obras de recuperação e remodelação. É um equipamento com condições técnicas de excelência que o caracterizam como um espaço de recreio e entretenimento, de fruição estética, de formação e pedagogia, a par com a sua função de difusor e promotor de identidade e de cultura. Com uma programação variada e regular dispõe de uma sala principal com capacidade para 659 pessoas, a sala estúdio para 60 e ainda um salão nobre multifuncional.

O **Museu de Aveiro** está instalado no antigo Convento de Jesus e dispõe de um acervo de cerâmica, vidros, metais, arqueologia, pintura, escultura, ourivesaria, joalheria e têxteis, essencialmente de índole religiosa e provenientes dos extintos conventos de Aveiro.

O **Museu da Cidade de Aveiro** assenta num conceito de museu polinucleado que se distingue pela concertação da gestão de vários espaços com motes diversos, mas que se interligam e complementam na temática Cidade de Aveiro:

- O Eco-Museu **Marinha da Troncalhada** – onde se podem observar a fauna e flora características destes espaços e os métodos tradicionais de salicultura, atividade conhecida nesta região já no ano 959, como comprova o testamento da Condessa Mumadona Dias.
- O **Museu Arte Nova de Aveiro** – Casa Major Pessoa, mais do que repor o ambiente ornamental de uma habitação Arte Nova recuperada onde foi reposto o ambiente ornamental e se dão a conhecer os pressupostos do movimento estético. Faz parte do circuito Arte Nova do qual fazem parte 10 edifícios espalhados pela cidade.
- O **Museu Etnográfico de Requeixo**, um repositório da história e tradições locais, que recria diversos espaços familiares retratando as atividades quotidianas da comunidade rural dos séculos XIX-XX.

Associada ao museu funciona a **Imagoteca Municipal** que visa a salvaguarda e divulgação do património fotográfico, filmes, diapositivos e postais que revelam a história de Aveiro numa perspetiva urbanística, social, económica e cultural.

O **Centro Cultural e de Congressos** é um espaço privilegiado para a realização de grandes eventos, nomeadamente, congressos nacionais e internacionais, reuniões de trabalho e incentivo, debates, exposições, concertos e peças de teatro. Funciona desde 1995 após a sua reabilitação na antiga Fábrica Jerónimo Pereira de Campos, construída entre 1915 e 1917, segundo projeto do Arqtº José Olímpio, um edifício representativo da arqueologia industrial em Aveiro.

A **Fábrica da Ciência Viva** resulta de uma parceria entre a Universidade de Aveiro e a Agência Ciência Viva e visa a promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica junto das escolas e do público em geral. Está instalada na antiga Companhia Aveirense de Moagens que recentemente foi objeto de intervenção para poder albergar mais valências e áreas expositivas, destacando-se a requalificação das máquinas originais do processo de moagem, integrando, assim, uma componente museológica de arqueologia industrial. <https://www.ua.pt/fabrica/PageText.aspx?id=15013>

A **Biblioteca Municipal** possui 4500 documentos, sendo 3000 doados pelo Dr. Carlos Magalhães e Alfredo Magalhães e funciona em regime de livre acesso, o que permite a todos os utilizadores consultarem livremente os documentos existentes nas salas de leitura. Foi a primeira Biblioteca da Rede de Leitura Pública na net em Portugal. Visando uma política de descentralização foram criados polos de leitura em Esgueira, Santiago e Eixo.

O **Arquivo Histórico Municipal de Aveiro**, constituído por documentos de carácter administrativo e contabilístico, assim como projetos de obras municipais e particulares cujo período cronológico se situa entre o séc. XIV e o séc. XX. Esta instituição, além de albergar documentação produzida pela Câmara Municipal de Aveiro no decorrer das suas funções, conserva igualmente documentação pertencente à Administração do Concelho - entidade que exerceu funções entre 1835 e 1927 - e aos concelhos extintos em 1836 (Esgueira e Eixo).

O **Arquivo Distrital**, organismo público de âmbito nacional, exerce funções de Arquivo Histórico e é detentor de um acervo documental com cerca de 150.000 documentos datados desde o século XII até aos nossos dias e que, por exemplo e a título de curiosidade, ocupam 4.500 metros lineares de prateleira.

Paralelamente, refiram-se as diversas **associações** e/ou **grupos culturais** existentes no concelho que têm sido agentes dinamizadores e determinantes de toda a atividade cultural, promovendo cada vez mais vivências coletivas:

- ASSOCIAÇÕES CULTURAIS: ACAD - Associação Cultural de Aradas, Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, BARRICA - Associação de Artesãos da Região de Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, MERCADO NEGRO - Associação Cultural.

- ARTES PERFORMATIVAS: Teatro Aveirense, CETA - Círculo Experimental de Teatro de Aveiro, EFÉMERO - Companhia de Teatro de Aveiro, Teatro Vallade, GRETUA - Grupo Experimental de Teatro da Universidade de Aveiro, Companhia de Dança de Aveiro, Escola de Dança Sociedade Recreio Artístico de Aveiro, PERFORMAS - Estúdio de Artes Performativas Contemporâneas, Cineclub de Aveiro, Academia de Bailado Clássico.
- ESCOLAS DE MÚSICA: Orquestra Filarmonia das Beiras, Coral Polifónico de Aveiro, BANDA AMIZADE - Banda Sinfónica de Aveiro, Sociedade Musical Santa Cecília, Conservatório de Música de Aveiro, Orquestra Ligeira de Aveiro, Oficina de Música de Aveiro, RIFF - Escola de Música, ADÁGIO - Escola de Música.
- PRODUTORES CULTURAIS: Produções Lado B, Tempos e Ventos, 1000 EVENTOS, 100 ILUSÕES - Produções Culturais, TEATRUS, Arte Riso, Sons em Trânsito - Espetáculos Culturais.
- EXPOSIÇÃO DE ARTE: Circulo Experimental dos Artistas Plásticos de Aveiro, Galeria Municipal, MÁ ARTE (pintura, fotografia e vídeo), Galerias Nuno Sacramento, BOBOGI, VERARTE, Pedro Andrade, KOMPASS, Galeria Vera Cruz, Bar Galitos, Bar Causa Nostra (Vila Jovem), PIZZART.

De salientar neste campo, o protocolo assinado em 2006 entre o Instituto das Artes, a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade de Aveiro visando a criação da **Avenida da Arte Contemporânea**, na sequência da cedência de 262 obras de arte contemporânea, maioritariamente produzidas entre 1960 e 2000 por artistas como Júlio Resende, Carlos Calvet, João Charters de Almeida, Julião Sarmento, António Sena, Almada Negreiros, Carlos Botelho, Vieira da Silva e Bernardo Marques, entre outros.

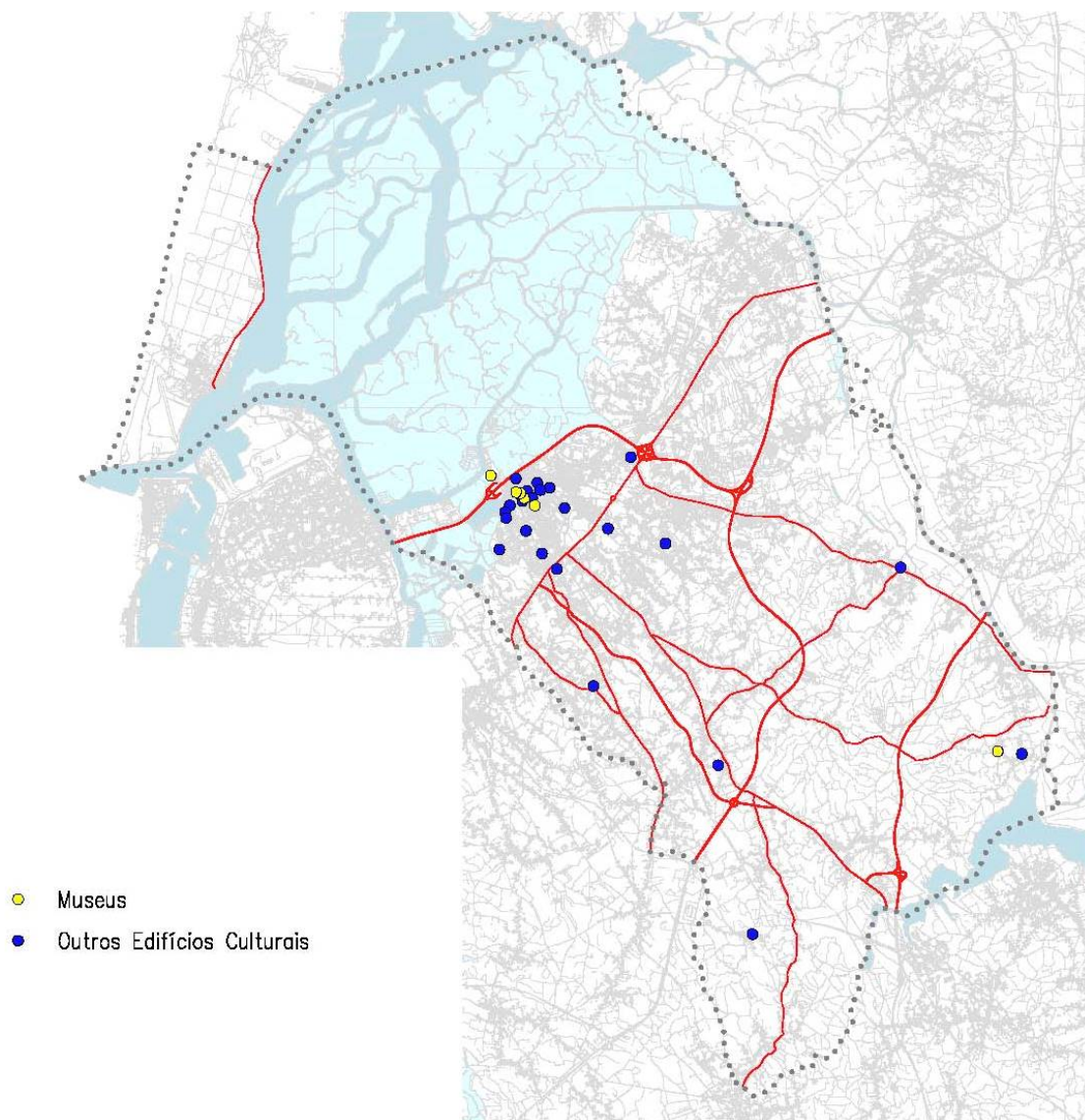


Figura 7 - Distribuição territorial dos equipamentos culturais

Em todas as freguesias existem **equipamentos** que, sob várias formas, apoiam atividades de cariz sócio – cultural, dos quais se salientam:

ARADAS	Centro Cívico e Cultural de Aradas
	Centro Social e Cultural de Aradas
	Junta de Freguesia de Aradas
	Arquivo Distrital de Aveiro
	Escola da Banda da Quinta do Picado
CACIA	Junta de Freguesia de Cacia

	Casa do Povo de Cacia
EIXO/EIROL	Centro Cultural de Eixo
	Centro Social e Cultural de Horta
	Junta de Freguesia de Eixo
	Centro Social da Freguesia de Eirol
ESGUEIRA	Centro Cultural de Esgueira
	Centro Social de Taboeira
GLÓRIA/VERA CRUZ	Museu de Aveiro
	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
	Associação Comercial de Aveiro
	ISCIA
	Casa da Sustentabilidade
	Universidade de Aveiro
	Teatro Aveirense
	Fundação Eng ^o António Pascoal
	Florinhas do Vouga
OLIVEIRINHA	Junta de Freguesia de Oliveirinha
	Casa do Povo de Oliveirinha
REQUEIXO/NSFÁTIMA/NARIZ	Centro Social de Requeixo
	Centro Social e Recreativo do Carregal
	Centro Cultural e Social de Verba
St^a JOANA	Parque de Feiras e Exposições de Aveiro
	Junta de Freguesia de St ^a Joana
SÃO BERNARDO	Sociedade Musical St ^a Cecília
	Centro Paroquial de S. Bernardo
	Junta de Freguesia de S. Bernardo
	Associação Musical e Cultural de S. Bernardo
S.JACINTO	Junta de Freguesia de S. Jacinto

Quadro 22 - Equipamentos Públicos / Cultura por freguesia

3.2. INFRAESTRUTURAS

“O acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene, constitui um elemento fundamental para o bem-estar das comunidades e na saúde pública, tendo um impacto decisivo no nível de nutrição das mesmas. (...) Dada a importância desta matéria, o Conselho Consultivo da ONU para a Água e Saneamento recomendou uma revisão completa da maneira como a comunidade internacional lida com dois problemas socioeconómicos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: a escassez da água e a insuficiência de saneamento”. (AdRA_R&C2015)

Na Europa, o excesso de exploração de água doce renovável e acessível de massas de água naturais, incluindo águas superficiais e água subterrânea continua a ser uma ameaça para os recursos. Por outro lado, os cenários das alterações climáticas apontam para grandes modificações na precipitação anual e sazonal, nos regimes hidrológicos, nos riscos de inundações, erosão costeira e qualidade da água.

Em 2013 foi aprovado o *Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis* tendo como principal aposta melhorar o estado químico das águas superficiais e subterrâneas, bem como melhorar a eficiência no uso da água.

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental para o período 2014-2020 com a designação *PENSAAR 2020*.

Os resultados do diagnóstico da situação atual conduziram ao novo paradigma que norteou as fases do *PENSAAR 2020*, baseando-se “numa estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para aumento da cobertura e focalizando-se mais na gestão dos ativos, seu funcionamento e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente”.

A organização do plano é feita em 5 eixos (1- Proteção do ambiente, melhoria da qualidade das massas de água; 2- Melhoria da qualidade dos serviços prestados; 3- Otimização e gestão eficiente dos recursos; 4- Sustentabilidade económico-financeira e social; 5- Condições básicas e transversais) e 19 objetivos operacionais, entre os quais, genericamente, se apontam os seguintes:

- Definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes – técnica, ambiental, económica, financeira e social
- Contribuir para um setor de excelência com desempenho elevado num contexto que exige também solidariedade e equidade, permitindo conciliar forças potencialmente divergentes intrínsecas a um setor que produz um bem económico e social.

O plano baseia-se também num conjunto de medidas e ações que irão concretizar os objetivos operacionais, que se centram na gestão eficiente dos recursos, na estratégia de crescimento verde e na prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

A estratégia traçada pelo plano apontava para uma gestão integrada, implicando a reestruturação do setor. Assim, é também em 2015 que surge a Águas do Centro Litoral (AdCL), uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos, resultante da agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta tendo como objetivos uma gestão mais eficiente e o aumento da coesão social, através de uma regulação económica e da harmonização tarifária. Relativamente às águas em baixa e entidade atua no concelho em parceria com a AdRA (Águas da Região de Aveiro), tendo as suas atividades reguladas e sujeitas à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Quanto ao saneamento, a SIMRia (*Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A.*) foi integrada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral de Portugal e, conseqüentemente, deu-se a sua extinção.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores de atividade da AdCL em 2015 e os indicadores de 2014 agregados relativos às empresas extintas (Simria, Águas do Mondego e Simlis).

	Unidade	2015	2014
Atividade			
Volume de Água Faturada	Mihares m ³	23 359	26 503
Volume de Água Fornecida	Mihares m ³	23 359	22 362
Volume Efuate Faturado	Mihares m ³	73 269	68 179
Volume Efuate Tratado	Mihares m ³	56 069	73 491
Municípios Abrangidos Abastecimento	Und	13	13
Municípios Servidos Abastecimento	Und	10	10
Municípios Abrangidos Saneamento	Und	30	29
Municípios Servidos Saneamento	Und	30	29
População Abrangida Abastecimento	Und	376 528	463 854
População Abrangida Saneamento	Und	933 733	1 036 411
População Servida Abastecimento	Und	246 046	299 073
População Servida Saneamento	Und	733 860	967 556

Quadro 23 - AdCL- Indicadores de atividade (Fonte: Relatório e Contas 2015)

3.2.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

“De um modo genérico, o fornecimento de água aos municípios baseia-se num número relativamente reduzido de captações a que se segue o tratamento físico e químico realizado nas ETA (Estações de Tratamento de Água) correspondentes, e a cloragem efetuada quer nas próprias captações quer em grandes reservatórios.

A adução da água tratada é feita com recurso a tubagens de médio/grande calibre recorrendo-se muitas vezes à bombagem em Estações Elevatórias, tipicamente de grande dimensão, com destino aos pontos de entrega onde a água segue para a distribuição em baixa pelos municípios clientes. De um modo geral, atendendo à longa história tecnológica destes sistemas, poder-se-á dizer que se trata, na generalidade dos casos, de sistemas convencionais bastante fiáveis, embora a empresa utilize as melhores tecnologias disponíveis”. (AdCL, Relatório e Contas, 2015)

Tendo por referência ainda o Relatório de Gestão e Contas dos SMA, em 2009, o volume de água aduzida aos sistemas de reserva foi de 5.891.294 m³. Por captação própria foram produzidos 1.711.159 m³ e 4.180.135 m³ fornecidos pelo Sistema Regional do Carveiro, os quais atingem cerca de 71% do consumo global.

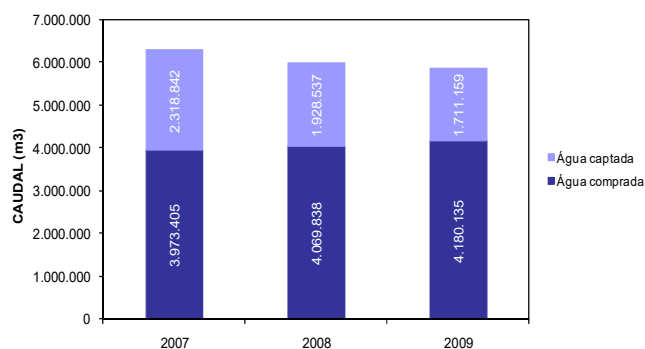


Gráfico 2 - Evolução dos volumes de água produzidos e adquiridos
Fonte : SMA Relatório de gestão e contas 2009

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. foi criada pelo Decreto-Lei n.º90/2009 e é a entidade que gere e explora, em regime de parceria pública, os serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas da Região de Aveiro (SARA).

A partir de 2011 passou a gerir 10 municípios (Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos) abrangendo um território de 1.500 Km² com cerca de 335 mil habitantes.

Do seu *Relatório e Contas de 2014* tiraram-se os seguintes valores, referentes ao concelho de Aveiro:

Os quilómetros da rede aumentaram de 644 para 653. Comparativamente com os restantes concelhos abrangidos pelo sistema, os dados relativos a Aveiro são os mais expressivos, justificando-se pela forma dispersa de ocupação do território, tal como é patente na Figura 8.

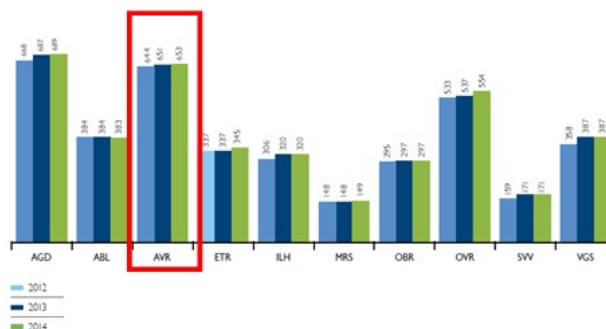
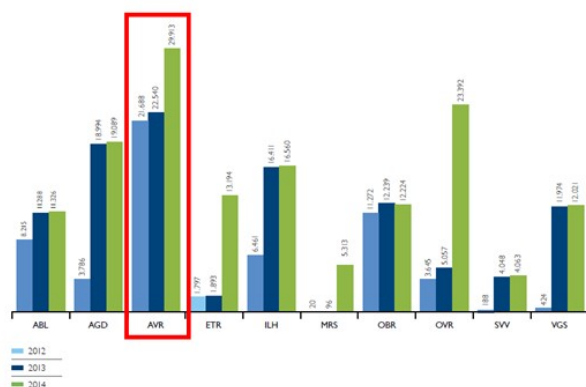


Gráfico 3 - Quilómetros de rede AA cadastrados entre 2012 e 2014
 Fonte: <http://www.adra.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=1807&t=Relatorio-e-Contas>



Entre 2012 e 2014 o número de ramais de abastecimento de água cresceu de 21.688 para 29.913.

Gráfico 4 - Número de ramais AA cadastrados entre 2012 e 2014
 Fonte: <http://www.adra.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=1807&t=Relatorio-e-Contas>

O sistema de abastecimento de água no concelho, está expresso territorialmente na Figura 8, sendo que será desenvolvida nos demais elementos que acompanham o PDM uma carta específica à escala do plano. Traduzido em números, o sistema é constituído por 14 captações, das quais 13 são furos de captação de água subterrânea (ativos) e uma galeria drenante (Vale das Maias, concelho de Vagos), 9 estações de tratamento (8 pontos de cloragem e uma estação de tratamento para correção do pH), 6 estações elevatórias, 613km de condutas de distribuição e aproximadamente 36km de condutas adutoras/adutoras distribuidoras.

Todos os aglomerados estão cobertos pela disponibilidade de rede e as estações elevatórias localizam-se em S. Jacinto, Cacia, Oliveirinha, Mamodeiro e Nariz e ainda na Av. Dr. Mário Sacramento, na cidade.

As captações de água subterrânea distribuem-se pelas freguesias de S. Jacinto, Cacia, Esgueira, Santa Joana, S. Bernardo, Aradas, Oliveirinha, Requeixo/N.S.Fátima/Nariz e Glória/Vera Cruz. A capacidade de reserva total do sistema é de 16 950m² distribuída atualmente por cinco subsistemas (S. Jacinto, Cidade, Cacia, Nariz e Silval), destacando-se este último pela maior capacidade de reserva total – cerca de 11.000 m².

Para além destas origens, o abastecimento de água é ainda, e sobretudo, garantido pelo **Sistema Regional do Carvoeiro/Águas do Vouga**. S. jacinto é servido pelo setor norte e o concelho é atravessado por uma autora principal, pertencente ao setor sul que abastece os municípios de Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos, recentemente objeto de intervenção.

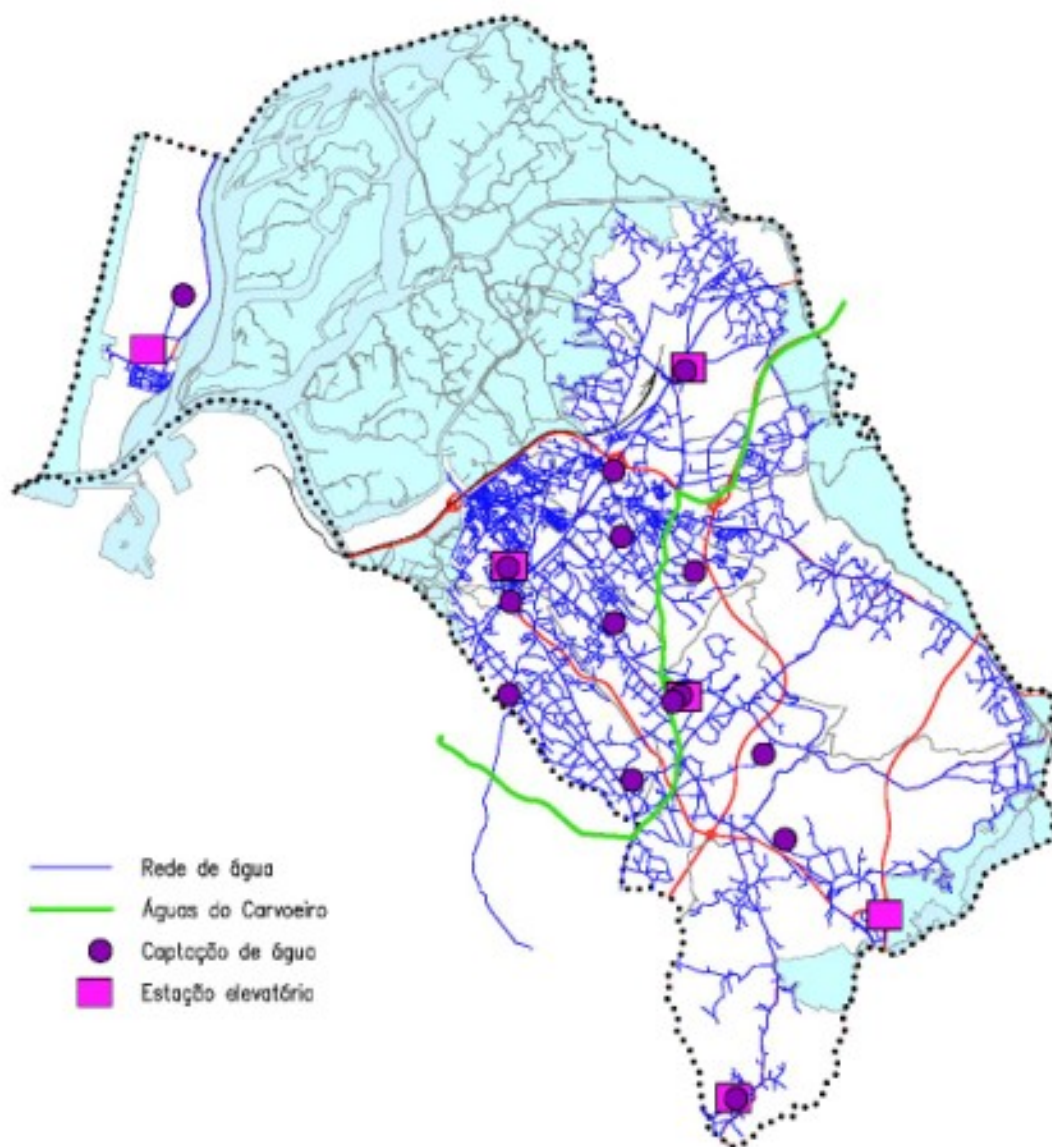


Figura 8 – Sistema de abastecimento de água

A AdRA reporta, no seu universo total, um aumento do número global de clientes face a 2012. No município de Aveiro, os clientes domésticos aumentaram 429 mas reduziram 90 no campo dos não domésticos. Consequentemente, a água faturada reduziu de 3.995.470 m³ para 3.915.641 m³ mantendo-se *“uma clara tendência de diminuição dos consumos de água, provavelmente associados a um esforço de poupança por parte dos utilizadores e à redução da atividade económica”*.

2014	AGD	ABL	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS
Domésticos	15.561	9.807	35.174	7.374	19.514	5.130	6.947	23.330	2.660	9.665
Não domésticos	2.052	1.165	4.181	851	1.513	337	1.061	2.504	293	817
ISFL	169	94	239	43	91	27	73	85	24	58
Autarquias locais	166	129	282	77	299	104	96	173	47	213
Total	17.948	11.195	39.876	8.345	21.417	5.598	8.177	26.092	3.024	10.753

Quadro 24 - Clientes/contratos de água por município (2012-2014) – AdRA

	AGD	ABL	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS
2014	1.463.654	824.065	3.915.641	850.388	1.939.961	454.880	652.746	2.135.218	178.414	841.248
2013	1.532.842	851.822	3.976.410	885.451	1.996.918	455.098	662.577	2.216.783	183.440	840.302
2012	1.528.194	844.458	3.995.470	871.857	2.068.717	494.529	661.663	2.199.897	190.128	829.097

Quadro 25 - Água faturada por município (2012-2014) – AdRA

Em 2015, os indicadores de atividade mais significativos patentes no Relatório e Contas são os seguintes:

	2013	2014	2015
Nº clientes abastecimento	151.819	152.425	153.396
Nº clientes saneamento	113.782	114.978	124.097
Nº clientes AdRA	153.269	153.826	154.653
Volume de água - captações próprias (milhares m ³ /ano)	9.344	9.448	6.961
Associação de Municípios do Carvoeiro (milhares m ³ /ano)	9.597	8.691	11.188
Volume de água fornecida (milhares m ³ /ano)	22.371	21.207	21.425
Volume de fluente tratado nas ETAR próprias (milhares m ³ /ano)	865	1.467	754
Volume de efluente entregue à SIMRIA/AdCL (milhares m ³ /ano)	20.935	26.149	18.977

Quadro 26 - AdRa - Indicadores de atividade

Constata-se que entre 2014 e 2015 dobrou a percentagem de crescimento do número de clientes de abastecimento de água relativamente à verificada entre 2013 e 2014: 39% para 63%. De notar também a progressiva diminuição do volume de água captada, em contraponto com o aporte das águas do Carvoeiro.

O **nível de cobertura atual em abastecimento de água é**, para o conjunto dos municípios, bastante **elevado** – cerca de 98 % - apresentando, contudo, problemas ao nível da fiabilidade dos sistemas e da qualidade operacional do serviço.

Contudo, no que respeita à fiabilidade do serviço prestado existem indicadores que apontam para deficiências na rede de distribuição de água.

“Como aspeto negativo da exploração do sistema em 2014, refira-se a rotura ocorrida em junho, numa curva da adutora que abastece Aveiro e Ílhavo, que, ao fim de 18 anos de exploração do SRC, ocasionou falha de água para abastecer a população de Aveiro durante dois dias. A conduta com um diâmetro de 600 mm, em ferro fundido dúctil, (...) está implantada ao longo dos caminhos do Baixo-Vouga. Quer pela importância desta adutora, quer pelo facto de estar implantada em terrenos lodosos e em zona de cheia, levou a Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga, por forma a precaver e evitar problemas com interrupções de fornecimento de água, a englobar no âmbito do denominado SRC II, que estão em curso, a execução de uma conduta redundante com outro traçado, que permitirá que a água possa circular por uma ou por outra em caso de avaria numa delas”. (Águas do Vouga, SA, Relatório e Contas 2014)

Em 2015, a deteção precoce de perdas de água através de metodologias adequadas permitiu detetar pró-ativamente 526 roturas na rede de água, sendo que o número total de roturas reparadas foi de 4.438. O valor médio de reparação de avarias por cada 100 km de rede é elevado situando-se em 112 roturas/100km de rede.

As intervenções de manutenção corretiva continuam a ser as mais frequentes, representando cerca de 62% do total. Em contrapartida o número de ações de manutenção preventiva manteve-se praticamente inalterado entre 2015 (190) e 2014 (194). Para manter os parâmetros estabelecidos pela legislação em vigor, durante o ano de 2015 foram também substituídos mais de 22 mil contadores.

No que concerne à **qualidade da água para consumo humano**, a gestão do sistema obedece, de acordo com os valores paramétricos regulamentados, a um programa de monitorização, realizando colheitas de amostras de água, efetuadas de modo sistemático, nomeadamente, sobre a qualidade organolética e microbiológica da água, bem como sobre a eficácia dos tratamentos existentes (especialmente a desinfecção), por laboratórios acreditados, em pontos fixos de amostragem representativos de todas as zonas de abastecimento e em torneiras de consumidores.

Em 2014, no âmbito do Programa de Controlo da Qualidade da Água foram efetuadas 9.942 análises, sendo que foram detetados 20 incumprimentos aos valores paramétricos, podendo afirmar-se, contudo, que ao longo dos anos se tem mantido a qualidade da água para consumo humano em padrões elevados. A taxa de conformidade em 2014 rondava os 99% e em 2015 era de 99,7 %.

A médio prazo, a empresa propõe-se traçar objetivos concretos de melhoria, com vista a ter uma operação mais eficiente das redes e programar intervenções que otimizem a relação custo/benefício. As infraestruturas a manter, a remodelar e a construir encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Abastecimento	A manter	A remodelar	A construir	2009	2017
Captação (un.)	109	1	2	109	111
ETA + PC (un.)	55	0	8	55	63
EE (un.)	139	9	8	139	147
Reservatório (un.)	113	14	24	113	137
Adução (km)	284	35	45	284	334
Redes (km)	3.174	10	69	3.174	3.243

Quadro 27 - AdRa – Intervenções programadas

Importa também, neste âmbito, citar o **Plano Municipal da Água**, solicitado em 2006 pela Associação dos Municípios da Ria (AMRia) à Universidade de Aveiro (UA), desenvolvido em colaboração com o Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD) e que tinha como objetivo principal definir e justificar estratégias de intervenção com vista a uma utilização sustentável baseada numa gestão integrada do meio hídrico nos onze municípios que integravam a AMRia, contribuindo, entre outros aspetos, para a implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA), transposta pela Lei da Água.

No seu Plano de Ação eram então apontados como problemas a dependência da capacidade das origens em período de seca, a ocorrência de perdas face à idade das condutas, a insuficiência dos caudais necessários à rega e a inexistência de regulamentação específica para promover desenvolvimento de indústrias “limpas”. Foram definidas várias prioridades - construção de uma reserva de água multiusos/albufeira de fins múltiplos, garantir a sustentabilidade e aumentar a eficiência do sistema, defender o Cretácico como reserva estratégica, promover o aproveitamento das águas pluviais e criar alternativas aos sistemas de rega, cuja importância se mantém válida.

No cenário atual do concelho, grande parte dos aglomerados urbanos estão servidos com **infraestruturas de águas pluviais** que fazem a descarga direta para linhas de água existentes. Por outro lado, nas zonas rurais parte das águas pluviais infiltram-se nos terrenos agrícolas e florestais, escoando a restante água superficialmente até às linhas de água existentes.

3.2.2 SANEAMENTO

O sistema de coleta e drenagem de águas residuais domésticas do concelho foi gerido pelos Serviços Municipalizados (SMA) até 2009, data em que o Município aderiu à AdRA, enquanto Sistema de Águas da Região de Aveiro, criado pela agregação dos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas dos municípios envolvidos.

À data existiam cerca de 446km de coletores, 59,91km de condutas elevatórias e 117 estações elevatórias, correspondendo a 11 subsistemas de drenagem interligados e orientados para os pontos de entrega final à *SIMRia, SA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A.*

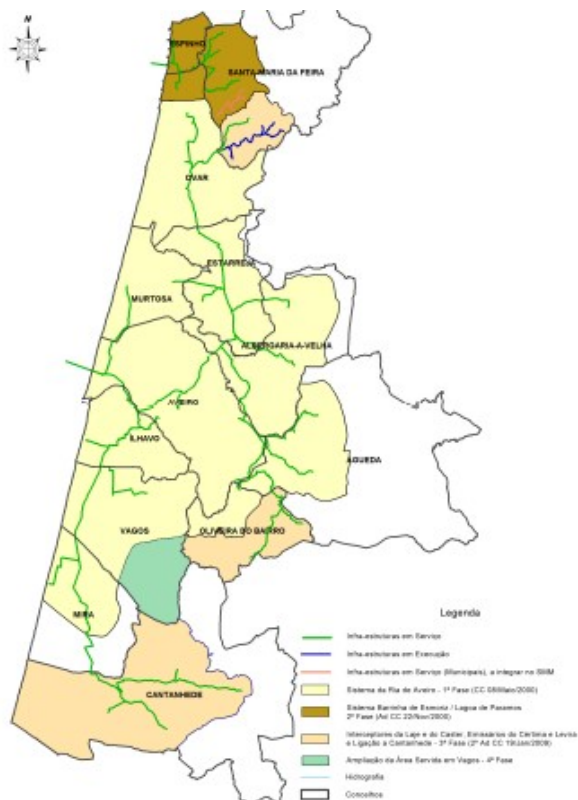


Figura 9 - SIMRia (Fonte: Relatório e Contas 2014)

Em 2015, data da sua extinção e agregação na *Águas do Centro Litoral, S.A.*, o universo de infraestruturas de saneamento da sociedade englobava 67 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 158 Estações elevatórias (EE), 849 Km de emissários e condutas elevatórias, 12 sifões, 2 exdutores submarinos, 15 captações, 5 ETA, 34 EEAA, 57 reservatórios, 254 Km de condutas adutoras, 29 pontos de cloragem.

Este sistema multimunicipal abrange, assim, a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e representa ainda uma solução integrada de recolha, tratamento nas ETAR e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, servindo, nesta região próxima, os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtoza, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos, numa área de 5.485 Km², representando 750 mil habitantes-equivalentes.

O concelho de Aveiro integra o Sistema da Ria de Aveiro funciona através de dois centros operacionais – Ria Norte/ETAR de Cacia, Ria Sul /ETAR de Ílhavo e ETAR de S.Jacinto, a partir da qual os efluentes são rejeitados no mar, a 3,3 Km da costa, através do Exutor Submarino de São Jacinto.



Figura 10 - AdCL –Águas residuais (Fonte: Relatório e Contas, 2015)

	População Abrangida (hab. eq.)	Caudal Médio Diário (m ³ /dia)
ETAR Norte (Cacia)	272.000	48.705
ETAR Sul (Ílhavo)	159.700	39.278
ETAR S. Jacinto	9.377	1.065

Quadro 28 – Sistema da Ria de Aveiro – ETAR(Fonte: AdCL,Relatório e Contas, 2015)



Figura 11– ETAR de Cacia (Fonte: AdCL)

A ETAR de Cacia (antiga ETAR Norte da SIMRIA) entrou em funcionamento em 2003, servindo então uma população de perto de 165 mil habitantes dos municípios de Aveiro (parte), Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira (parte). Em 2014 tratou “ um caudal de 17.930.189 m³ de efluentes, com produção de 4.902 toneladas de lama desidratada e 359 toneladas de resíduos de gradados, areias e gorduras. A lama foi encaminhada para compostagem e os gradados, areias e gorduras para aterro autorizado para o efeito”. (SIMRIA, Relatório e Contas 2014)

Durante o ano de 2014, a equipa do Centro Operacional II (CO II) manteve a seu cargo a operação e manutenção da ETAR de S. Jacinto. Na ETAR Sul, já no concelho de Ílhavo, o volume tratado foi acima dos 10 milhões de m³.

“O total de efluente recolhido em 2014 foi de 47,3 milhões de m³, dos quais 36,9 milhões de m³ têm origem municipal e 10,4 milhões de m³ têm origem na unidade industrial da Celcacia. O volume global de caudal recolhido em 2014, que representa um acréscimo de 16,9% face ao ano anterior, resultante de um acréscimo de 23,8 % no caudal municipal e de um decréscimo de 2,4% do caudal afluente ao Sistema enviado pelo utilizador Celcacia, e está influenciado pelo elevado nível de pluviosidade que se registou no início e final do ano”.

	AGD	ABL	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS
2014	854.850	621.619	3.519.834	2.381.505	1.179.372	243.815	483.983	1.402.095	75.280	349.256
2013	870.921	637.933	3.477.128	2.292.235	1.170.062	241.108	476.926	1.488.491	72.706	336.711
2012	842.891	604.243	3.445.078	2.337.914	1.116.444	231.917	416.769	1.536.979	74.535	268.776

Quadro 29 - Saneamento recolhido e tratado por município (2012-2014) - AdRA

A leitura do gráfico seguinte permite comparar a evolução do volume de efluente recolhido ao longo de 2013 e 2014 (...), pode ver-se a evolução do caudal mensal e do caudal acumulado da Celcacia recolhido pelo sistema em 2013 e 2014 (SIMRia, Relatório e Contas 2014).

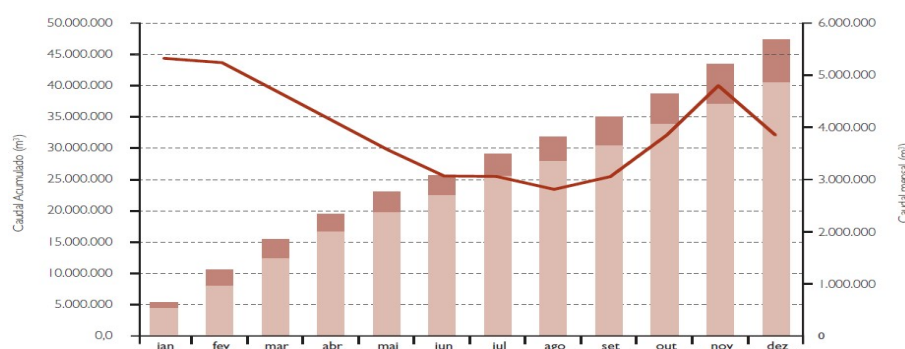


Gráfico 5 - Caudal total acumulado 2013-2014 e mensal 2014



Gráfico 6 – Evolução do caudal da Portucel acumulado 2013-2014 e mensal 2014

Contudo, refira-se que parte dos efluentes domésticos do concelho, nomeadamente os oriundos do sistema de Esgueira/Cacia, Forca/Vouga e Sá-Barrocas são ligados ao sistema através da Portucel, pelo que é difícil definir com clareza o contributo absoluto desta unidade industrial. O próprio efluente classificado como urbano contempla os efluentes produzidos em diversas unidades industriais que se encontram ligadas ao sistema.

A rede de drenagem de águas residuais do concelho permite uma cobertura quase total do território (cerca de 99%), possibilitando o acesso à maioria da população. Os efluentes do concelho são encaminhados e tratados nas ETAR Norte (69% do total), ETAR Sul (30% do total) e ETAR de S. Jacinto (1% do total).

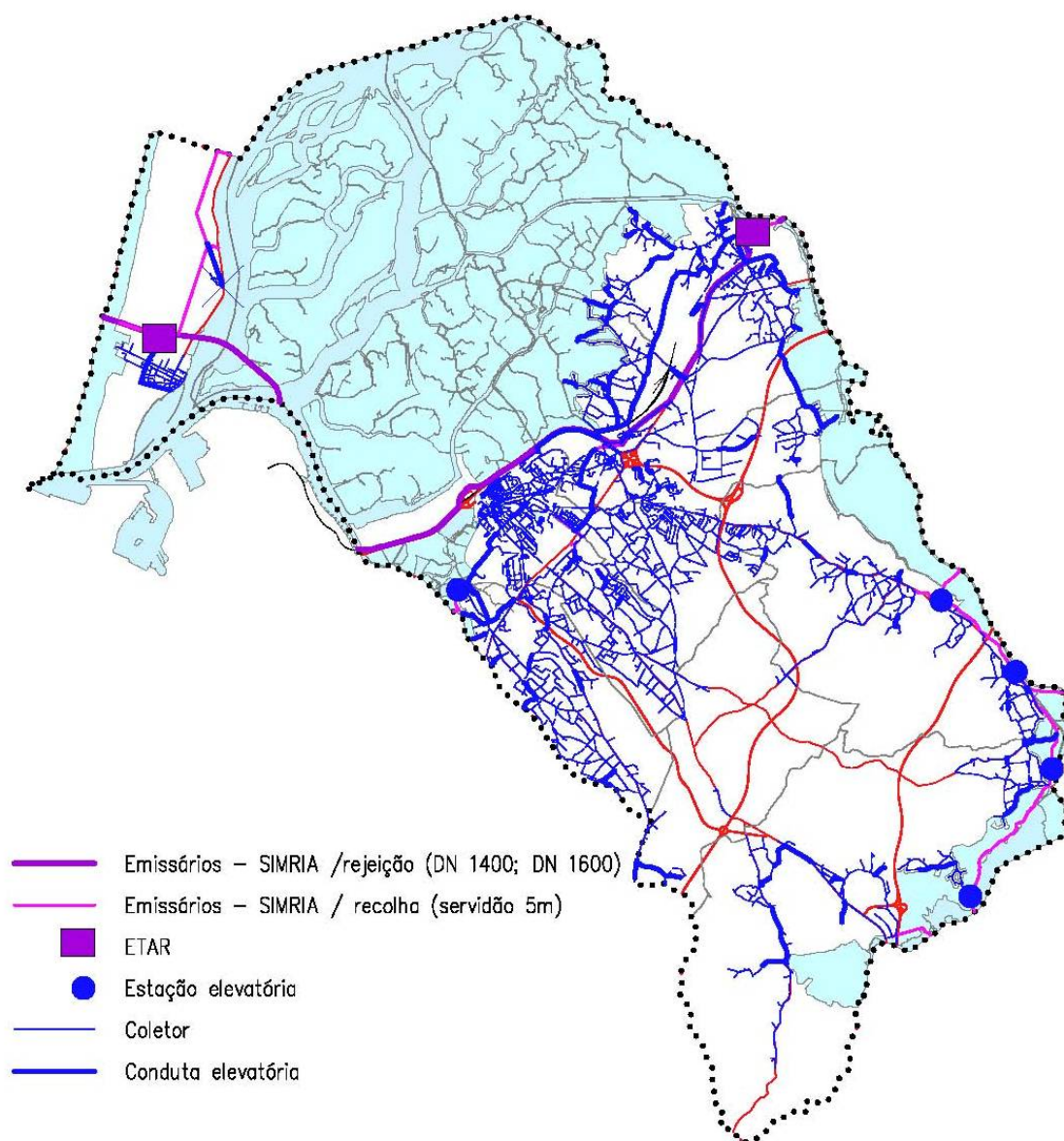


Figura 12– Rede municipal de saneamento

Em termos de **tratamento de efluente**, é feito o controlo analítico da água tratada, a fim de salvaguardar a qualidade do meio recetor, nomeadamente, a qualidade de água nas praias para fins balneares de acordo com o quadro legal vigente.

Em 2015, visando a proteção e salvaguarda dos meios recetores das águas residuais tratadas nas ETAR, a AdRA efetuou controlos analíticos, adequados à realidade de cada instalação de tratamento, as quais apresentam problemas estruturais, crónicos ou pontuais, que se manifestam no incumprimento dos valores limites de emissão estipulados por lei ou nos títulos de utilização próprios. A taxa de conformidade da qualidade da água descarregada, em 2015, foi de 77,9%.

O sistema dispõe ainda de um plano de monitorização ambiental do emissário submarino de S. Jacinto e Ria de Aveiro, o qual envolve diversas componentes, entre as quais a avaliação da qualidade da água do mar e da Ria, sedimentos, impactes sobre espécies piscícolas e simulação em modelo matemático das condições de dispersão da descarga.

Durante o ano de 2015, foram realizadas 1.163 intervenções de manutenção nas infraestruturas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais geridas pela AdRA, o que representa uma diminuição de cerca de 33%. Com a entrada em funcionamento de várias novas redes de drenagem de águas residuais, acentuou-se a tendência de redução do número de fossas vazadas (diminuição deste tipo de trabalho em cerca de 16%) .

De acordo com os relatórios disponíveis, as infraestruturas a manter, a remodelar e a construir encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Saneamento	A manter	A remodelar	A construir	2009	2017
ETAR (un.)	10	2	6	12	16
EE (un.)	356	2	171	356	527
Emissários (km)	53	1	33	53	86
Redes (km)	1.742	18	818	1.742	2.560

Quadro 30 - AdRa – Intervenções programadas

3.2.3 ENERGIAS

“Paralelamente à progressiva implementação de medidas de eficiência energética, observa-se uma tendência para um maior uso de eletricidade em detrimento de outras fontes de energia. Esta tendência é impulsionada, fundamentalmente, pela substituição do uso de combustíveis fósseis em aquecimento e arrefecimento ambiente, assim como no setor de transportes, pelo aumento da utilização de equipamentos elétricos e eletrónicos e pela tendência de automatização e mecanização de sistemas e processos.” (Plano de Ação para a Energia Sustentável – PAES, 2014)

O gráfico 6 desenvolvido no âmbito do PAES, apresenta o consumo total de energia elétrica do concelho, definido pelo somatório dos consumos setoriais de energia elétrica, e propõe cenários de evolução para um horizonte temporal até 2030. É patente uma tendência de aumento dos valores de 2000 a 2007, registando-se, posteriormente, uma tendência de diminuição.

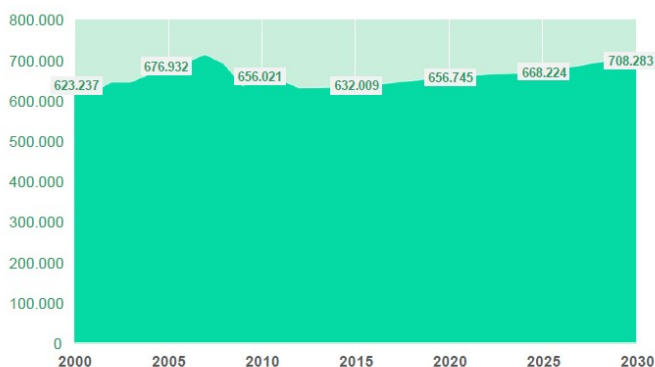


Gráfico 7 - Consumo total de energia elétrica (MWh/ano)
Fonte: PAES – Aveiro, 2014

No Gráfico 7 podem-se visualizar os consumos de energia por vetor energético: eletricidade, gás natural, butano, propano, gasolina e gás auto, gasóleo rodoviário, gasóleos coloridos (gasóleo colorido e gasóleo colorido para aquecimento) e outros combustíveis industriais (fuelóleo, petróleo e coque de petróleo) e a evolução da proporção do consumo de cada vetor energético no consumo total de energia consumida no concelho.

No ano 2010 observa-se uma utilização relativamente variada e distribuída, destacando-se os consumos, de eletricidade (36%) de gásóleo rodoviário (25%) e gás natural (19%).

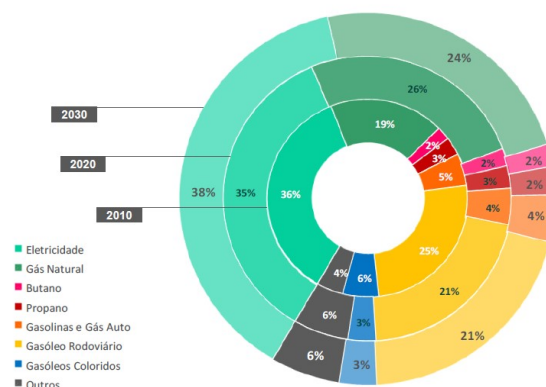


Gráfico 8 - Consumo de Energia por Vetor Energético em 2010, 2020 e 2030 [%]
Fonte: PAES –Aveiro, 2014

III.7.1	Consumo de energia elétrica por consumidor				Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante	Consumo de gás natural por 1 000 habitantes
	Total	Doméstico	Indústria	Agricultura			
	kWh						
Portugal	7 380,4	2 394,7	189 707,0	8 077,0	1 226,6	0,5	405,7
Continente	7 437,6	2 398,6	193 553,7	8 061,8	1 239,4	0,5	426,4
Centro	7 764,8	2 133,0	224 269,6	5 597,2	1 191,4	0,6	680,9
Baixo Vouga	11 308,5	2 424,3	343 470,0	4 747,9	1 178,7	0,5	761,0
Águeda	9 262,4	2 628,5	173 784,7	1 301,4	1 149,4	0,5	526,2
Albergaria-a-Velha	10 689,8	2 423,3	269 053,4	3 249,2	1 093,3	0,7	117,3
Anadia	7 894,4	2 481,6	144 408,9	1 636,0	1 186,7	0,3	1 020,2
Aveiro	13 364,4	2 513,2	516 805,4	1 847,7	1 275,4	1,1	665,1

Quadro 31 Indicadores de energia por município
Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, 2014

Tendo por base o último *Anuário Estatístico da Região Centro*, referente a 2013, os indicadores de **consumo de energia** por município, referenciados a 2012, apresentam valores de consumo por consumidor, em milhares de KWh de 13,36, sendo que para a região do Baixo Vouga esse valor é de 11,30.

No Quadro 19 está expresso o consumo de energia por habitante. Este indicador foi determinado a partir da divisão do consumo de energia final pela população residente no concelho, expressando, globalmente, uma diminuição no consumo energético *per capita* no período após 2000.

O gráfico 8 ilustra o consumo de energia por habitante (divisão do consumo de energia final pela população residente no concelho), expressando, na globalidade, uma diminuição no consumo energético *per capita* no período após 2000.

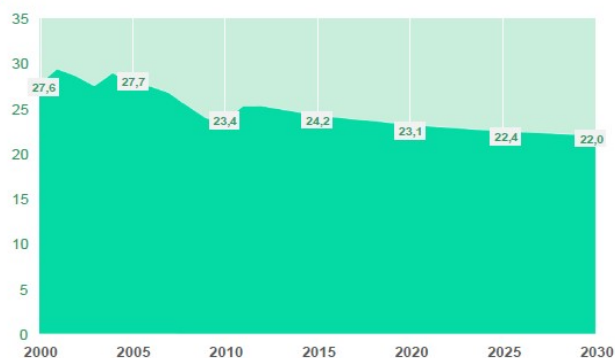


Gráfico 9 - Consumo de energia por habitante (MWh/hab/ano)
Fonte: PAES – Aveiro, 2014

Em 2014 o valor total de energia elétrica consumida distribui-se pelo sector doméstico com 2 513 KWh, no sector da agricultura com 1 847 KWh e para a indústria 516 805 KWh. Relativamente a 2008, ocorreu um decréscimo de consumo nos setores doméstico (2,69) e da agricultura (2,03) e um aumento na indústria (40,6).

Para um universo de 46 430 consumidores em 2008 (38 526 são domésticos, representando 20% dos valores do Baixo Vouga, 6 047 não domésticos, 815 são consumidores referentes ao sector agrícola, representando apenas 8% dos valores da região, e 1042 do sector industrial, representando 17% da região, verifica-se um aumento em 2013 para 47 299 consumidores (39 525 domésticos, 6 401 não domésticos, 629 na agricultura e 744 na indústria).

Há ainda alguns valores em 2014, que pela sua representatividade, importa mencionar: os inerentes à **iluminação de vias públicas** (10 215 milhares de KWh) e a **iluminação de edifícios** do Estado ou de utilidade pública (11 228 333 milhares de KWh) que reduziu face a 2013 (23 608 milhares de KWh). Esta redução de consumo pode estar associada à utilização de equipamentos mais eficientes e à alteração de procedimentos.

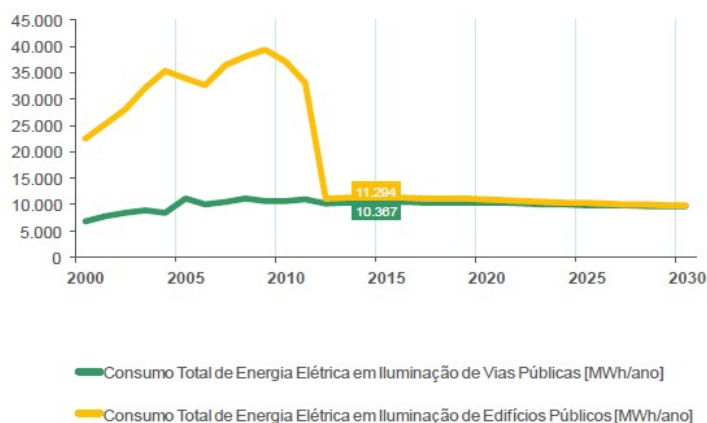


Gráfico 10 - Consumo total de energia elétrica em iluminação pública (MWh/hab/ano)
Fonte: PAES – Aveiro, 2014

No que concerne ao **gás natural**, a atividade de distribuição teve início em 1997 com os distribuidores regionais do litoral (Lisboagás, Lusitaniagás, Portgás e Setgás).

A oferta de gás natural nas redes de distribuição comporta as entregas de gás a partir da rede de transporte ou a partir de Unidades Autónomas de Gás Natural Liquefeito (UAG), às quais se associam, de uma forma genérica, os ORD que atuam em regime de concessão ou licença respetivamente.

A rede nacional de transporte de gás natural é da responsabilidade da REN Gasodutos. O concelho é atravessado a nascente, nas freguesias de Requeixo/N. Sr.ª de Fátima/Nariz e Eixo/Eirol. pelo gasoduto de alta pressão Leiria-Braga. A partir do qual deriva o ramal de Aveiro (rede primária – gasoduto de 2º escalão), que garante o transporte até à estação de redução de pressão /posto de regulação e medida (PRM), em Taboeira, que possibilita o controlo dos regimes de pressão entre as redes primárias e as redes secundárias e assegura a monitorização do sistema de distribuição. A partir deste, a rede secundária – redes de distribuição é ainda da concessionária Lusitaniagás e a rede de fornecimento aos utilizadores finais (ramais de ligação domiciliário ou industrial é da responsabilidade das empresas licenciadas).

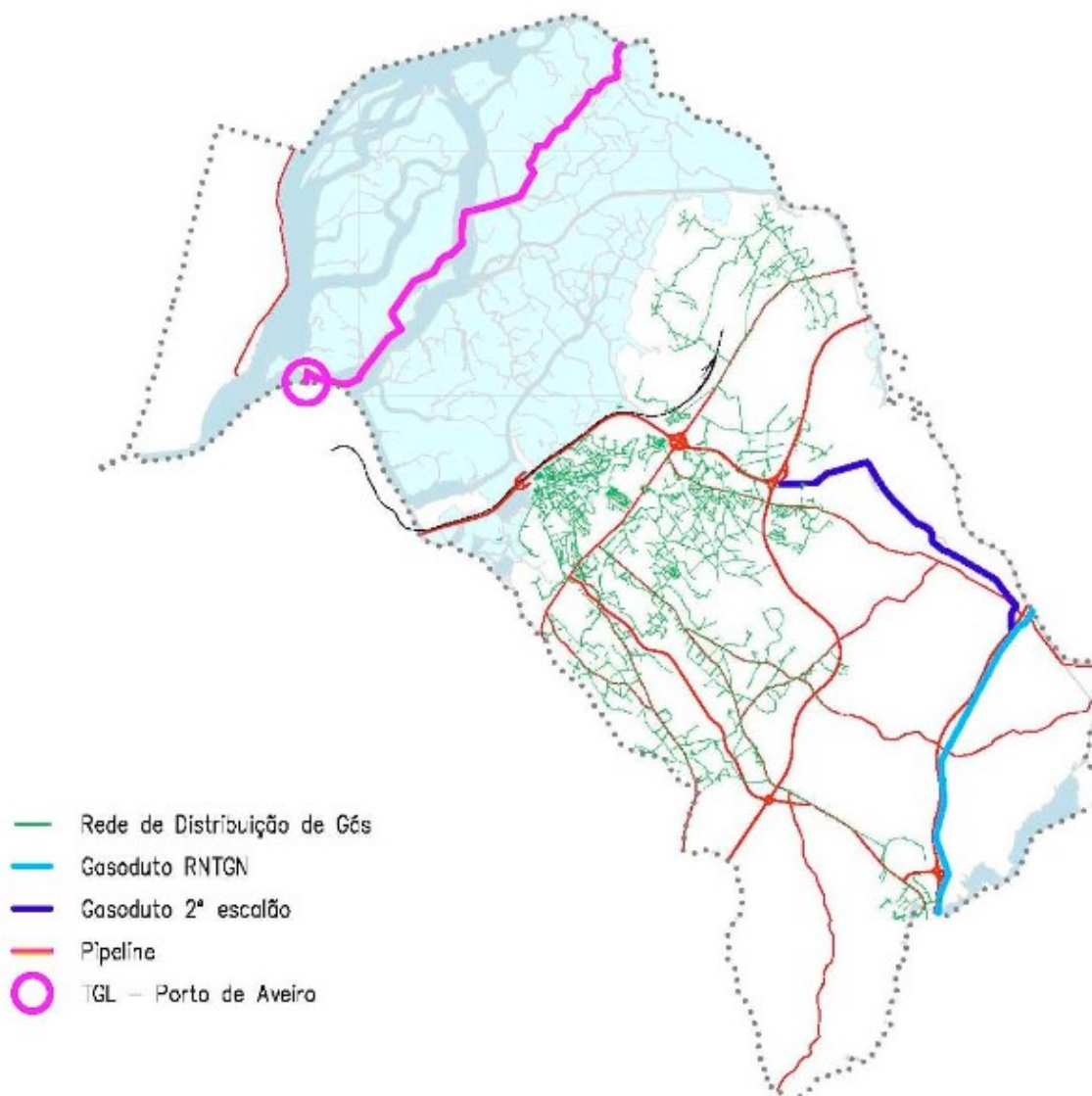


Figura 13– Distribuição territorial da rede de gás

A procura de gás é influenciada pelo facto de se tratar de um combustível mais limpo que os combustíveis petrolíferos, sendo utilizado como substituto de gás butano e propano em utilizações domésticas e de serviços e de gasóleos e fuel em utilizações térmicas e industriais (PAES- Aveiro, 2014).

Na segmentação de mercado entre clientes domésticos, terciários (ou serviços) e industriais, a evolução da procura de gás natural pode ser influenciada, adicionalmente, por novas utilizações do gás natural, como seja no setor dos transportes, com o gás natural veicular ou pela evolução dos preços relativos de outras fontes de energia que se poderão considerar substitutas, tais como o GPL, o Propano ou, ainda, a energia elétrica. (in ERSE -PDIRD GN 2015-2019)

O Gráfico 10 ilustra o consumo crescente de gás natural desde 2000 a 2007, decrescendo até 2009. Verifica-se uma tendência de aumento até 2012 e após este ano a tendência inverte-se até ao final do período em análise.

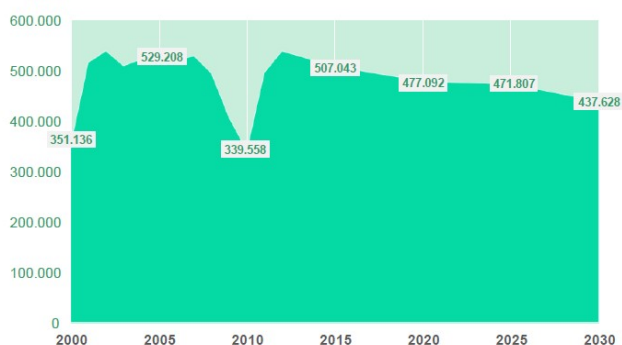


Gráfico 11 - Consumo total de gás natural (MWh/hab/ano)
Fonte: PAES – Aveiro, 2014

As previsões da evolução da procura de gás são um dos fatores que determinam a avaliação das necessidades de desenvolvimento e investimento da rede de distribuição de gás.

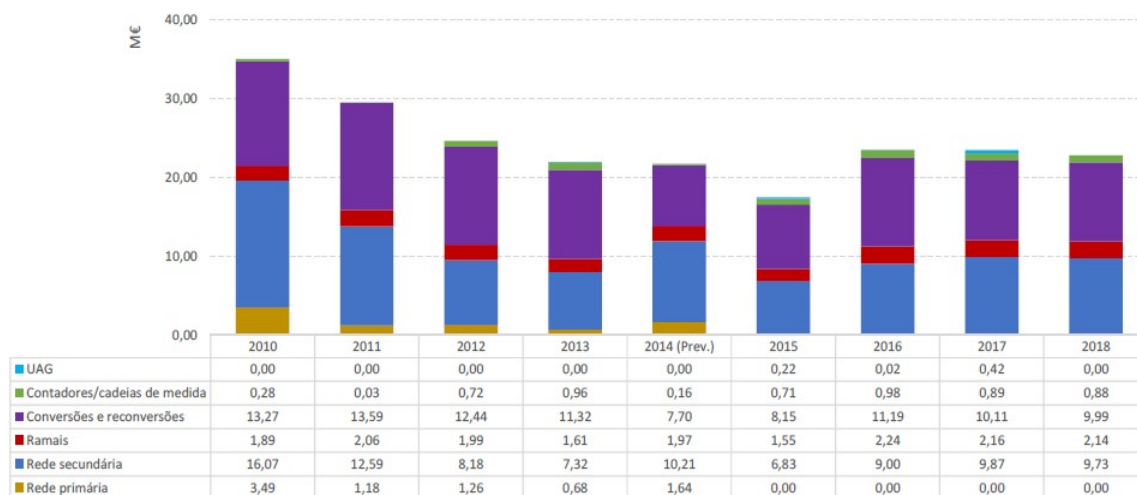


Gráfico 12 – Desenvolvimento e Investimento na rede
Fonte: PDIRD GN 2015-2019

O investimento executado registou decréscimos sucessivos, de 2010 até 2013. Porém, observa-se que a proposta constante no PDIRD GN 2015-2019, assume uma tendência de retoma do nível de investimentos próxima da verificada no ano 2012, sendo que a estratégia adotada vai no sentido de uma maior expansão da distribuição de gás natural na área concessionada.

O nível de investimentos previsto sustenta-se num crescimento do nível de procura e do número de pontos de abastecimento e concentra-se na construção de rede secundária (baixa pressão) e nas intervenções nas instalações dos consumidores (conversões e reconversões), sendo esta ultima rubrica a mais expressiva.

Complementarmente, é de apontar a atividade de produção e valorização de **biogás** no digestor do centro integrado de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos - CITVRSU de Aveiro/centro de digestão anaeróbia e pela decomposição dos resíduos depositados no antigo aterro sanitário de Aveiro, que cresceu cerca de 20% e cuja distribuição em %, se apresenta no gráfico 11.

EIROL TABOEIRA		
m ³ de biogás	2 189 426	4 604 770
MWh Injetados	4 664MWh	7 532MWh
MWh Produzidos	4 937MWh	7 865MWh
m ³ /kWh	0,44	0,59

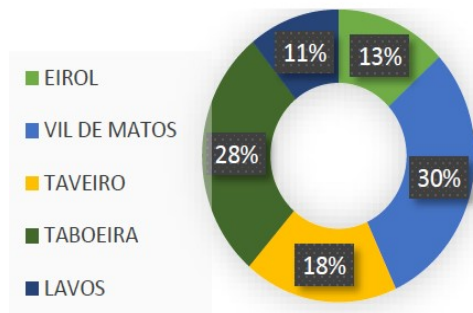


Gráfico 13 - Produção de m³ de biogás
Fonte: Relatório e Contas 2014 – ERSUC, fev 2015

Do Relatório e Contas da AdCL em 2015 se extrai “o objetivo estrutural de utilizar de forma eficiente e otimizada os seus recursos endógenos, materializando-o também numa importante fonte de receita para a empresa”, pelo que, conseqüentemente, a produção de energia através do biogás (para venda de energia elétrica à rede da EDP) apresenta na ETAR de Cacia, um valor representativo de 32,1% dos 5.371.526 kWh totais .

Em Portugal a **produção energética** com recurso às energias hídrica, eólica e da biomassa com cogeração é já uma fonte competitiva destacando-se das restantes ao nível da produção de energia anual. Segundo o referido Anuário Estatístico da Região Centro - 2014, a produção total bruta de eletricidade é de 516 479 192 KWh para a região do Baixo Vouga, tendo como origens, com maior expressão, a produção hídrica e térmica, e com menor relevo a eólica e a fotovoltaica.

Em Aveiro foram produzidos 220.011 MWh/ano de energia elétrica no ano 2010, como se observa no Quadro 30.

Energia Hídrica [MWh/ano]	0,00
Energia Eólica [MWh/ano]	0,00
Biomassa com Cogeração [MWh/ano]	131.989
Biomassa sem Cogeração [MWh/ano]	84.298
RSU [MWh/ano]	0,00
Biogás [MWh/ano]	3.724
Energia Fotovoltaica [MWh/ano]	0,00
Total [MWh/ano]	220.011

Quadro 32 - Produção renovável de energia elétrica em 2010
Fonte: PAES –Aveiro, 2014

Neste campo das energias renováveis assinala-se um projeto que a AdRA e a Universidade de Aveiro estão a desenvolver, em parceria, que visa o aproveitamento da energia térmica das águas residuais domésticas (biotermia), no sentido de reduzir o consumo de energia elétrica na climatização dos seus edifícios através da utilização de energias renováveis, melhorando a eficiência energética dessas soluções e permitindo maior sustentabilidade financeira e ambiental.

Neste caso a fonte energética complementar foi obtida através da permutação térmica num troço de um emissário de águas residuais domésticas que atravessa o campus universitário.

3.2.4 RESÍDUOS

O Plano Nacional de Gestão de Resíduos - PNGR 2014-2020 constitui-se como um instrumento de planeamento macro da política de resíduos estabelecendo as orientações estratégicas consubstanciando a prevenção e a gestão de resíduos como uma forma de dar continuidade ao ciclo de vida dos materiais, constituindo um passo essencial para devolver materiais e energia úteis à economia e preservação do meio ambiente.

“Os resíduos são originados pelas inúmeras atividades de produção e consumo que têm lugar na nossa sociedade. Estas atividades são alimentadas por recursos naturais (matérias-primas e energia) que entram no ciclo económico, desempenhando uma determinada função ou serviço. Os materiais daqui resultantes retornam ao ambiente mas já sob a forma de resíduos ou emissões que constituem desperdícios das referidas atividades. A promoção da economia circular através do fecho dos ciclos dos materiais, garantindo uma gestão de resíduos mais sustentável, direcionando as perdas (materiais e energéticas) para novas aplicações produtivas, é fundamental para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e sobre a capacidade da Natureza para regenerar os resíduos”.
(PNGR 2014-2020)

Consideram-se **resíduos urbanos** (RU) os que são provenientes de habitações, bem como outro resíduo que pela sua natureza ou composição seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações, em que a recolha e tratamento é assegurado pelo município.

Os **resíduos não urbanos** incluem todos os outros resíduos, ou seja, resíduos industriais, hospitalares, provenientes do comércio e serviços, agrícolas e outros eventualmente não incluídos nestas categorias devido à sua especificidade, ou que o resíduo produzido seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações e a sua produção por pessoa coletiva seja superior a 1 100 litros/dia. A gestão dos resíduos não urbanos é da responsabilidade do produtor do resíduo. Estes podem fazer o tratamento nas próprias instalações, que é comum nos casos da indústria extrativa ou atividades agrícolas, ou recorrendo a operadores de gestão de resíduos acreditados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que se constituem como uma rede em todo o território nacional. O Serviço Particular de Recolha, Transporte e Tratamento de Resíduos equiparados a Resíduos Urbanos é efetuado a 119 empresas para um total de 248 contentores.

Os **resíduos perigosos** são produzidos essencialmente no sector industrial, mas também no sector da saúde, na agricultura, no comércio, nos serviços e até no sector doméstico. A sua perigosidade, quer para o homem quer para o meio ambiente, exige uma correta gestão dos mesmos.

Ora, “O balanço de materiais de Portugal revela que no ano 2011 cerca de 50 % do total de resíduos produzidos (excluindo os resíduos industriais resultantes das atividades de extração), foram reempregues pelo sistema económico em aplicações úteis. Contrariando a tendência de crescimento que se verificava desde 1995, Portugal apresenta uma diminuição na produção de RU desde 2010, em linha, embora de forma mais acentuada, com o abrandamento económico, atingindo em 2011 uma capitação de 487 kg/(hab.ano), inferior à média europeia de 500 kg/(hab.ano). Portugal apresenta um aumento progressivo dos quantitativos de RU valorizados. Em 2012, 46 % dos RU foram sujeitos a valorização. O contributo da valorização energética é significativo, mas tem-se mantido constante ao longo dos anos. Pelo contrário, o contributo da valorização orgânica tem vindo a aumentar, tendência que se prevê manter no horizonte temporal 2014-2020, fruto da entrada em pleno funcionamento das novas instalações de tratamento mecânico-biológico”.
(PNGR 2014-2020)

Assim, prosseguindo o objetivo do PNGR 2014-2020 de promover a prevenção e gestão de resíduos integrados no ciclo de vida dos produtos, centrados numa economia tendencialmente circular e que garantam uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais, surge o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, criado pelo Decreto-Lei nº 166/96, de 5 de Setembro, abrangendo 36 municípios e com uma área geográfica correspondente a 6700 Km² e servindo uma população de cerca de 1 milhão de habitantes.

Em Eirol (União das freguesias Eixo-Eirol) está localizado um centro integrado de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos onde são recebidos resíduos de 14 concelhos, dotado de uma **unidade de tratamento mecânico e biológico (UTMB)** para tratamento de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, uma estação de triagem automatizada para tratamento de resíduos recicláveis provenientes da recolha seletiva, uma unidade de preparação de combustível derivado de resíduos para tratamento da fração com poder calorífico da UTMB, uma unidade de valorização energética do biogás produzido na UTMB e um aterro sanitário de apoio.

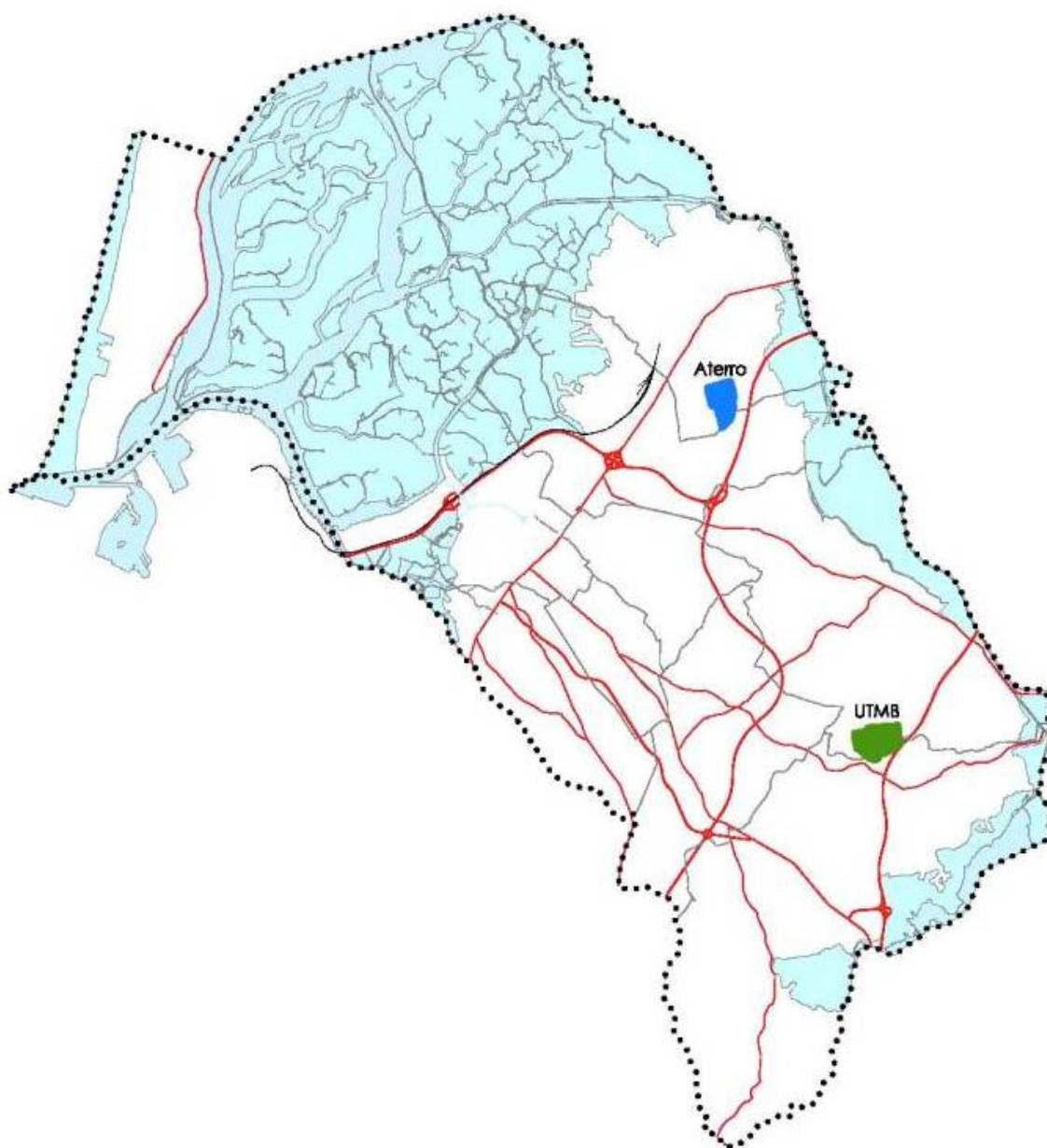


Figura 14 – Localização da UTMB e antigo aterro sanitário

As operações são totalmente automáticas, incluem a crivagem dos RSU, abertura de sacos, separação balística, separação de ferrosos, separação de alumínio, separadores óticos por infra vermelhos e a preparação de suspensão orgânica.

Os refulgos são encaminhados para o Aterro Sanitário de Apoio, os CDR para as unidades de preparação de modo a serem utilizados como fonte de energia, em alternativa aos combustíveis fósseis. Os recicláveis são encaminhados para a indústria recicladora permitindo a sua transformação em matérias-primas para a produção de novos produtos.

A matéria orgânica é transformada em suspensão aquosa, posteriormente afinada, através de equipamentos de depuração de onde são retiradas as impurezas (areias, vidro, pedras e outros). Depois de purificada esta suspensão segue para o tratamento biológico que consiste num conjunto de operações sequenciais, das quais se destacam a digestão anaeróbia e posterior valorização energética, a pré compostagem em túneis fechados, a compostagem em meseta e a afinação final, da qual se obtém um produto com propriedades adequadas ao enriquecimento do solo, o composto.

Na estação de triagem realizam-se as operações de separação dos resíduos provenientes da recolha seletiva, dos ecopontos e dos ecocentros, nomeadamente o papel e o cartão e as embalagens de plástico e de metal. Dispõe de uma capacidade de processamento de 4 toneladas por hora de embalagens plásticas e metálicas e de 8 toneladas por hora de papel e cartão.

Os resíduos sólidos urbanos entregues (diretamente e através das estações de transferência) para tratamento no CITVRSU de Aveiro, correspondendo aos totais de RSU do conjunto de municípios deste centro de tratamento de RSU, limpeza urbana, monos, ramagens e jardinagens e madeira, que não pode ser reciclada, totalizaram 180 375 toneladas em 2014.

Em matéria de resíduos equiparados a urbanos (REU), provenientes de estabelecimentos de comércio e serviços, foram tratadas 2 674 toneladas.

Em termos de capitação, o município de Aveiro apresentava em 2013 um valor de 1,207 Kg/hab.dia e em 2014 o valor aumentou para 1,240 Kg/hab.dia, correspondendo a uma variação de 2,7%, que poderá ser explicada *“por um conjunto de fatores isolados ou em conjunto, como a variação da população residente, a variação ocorrida no turismo, a maior ou menor aceitação dos planos de sensibilização efetuados, no âmbito da prevenção da produção de resíduos, o período de austeridade que atravessamos, entre outros”*. (Relatório e Contas 2014 – ERSUC, fevereiro 2015)

O biogás produzido na digestão anaeróbia da matéria orgânica, nos TMB, é encaminhado para uma linha de dessulfuração, que o prepara para o seu aproveitamento energético em motogeradores. Nestes motogeradores, o biogás é transformado em energia elétrica, sendo esta injetada na rede elétrica nacional. Desta forma, a produção de eletricidade com origem neste combustível verde, permite a substituição dos combustíveis fósseis tradicionais, diminuindo-se as emissões de gases com efeito estufa.

Paralelamente, em 2015, o **Município de Aveiro** tinha recolhido 34.543 toneladas de resíduos indiferenciados. Este valor aponta para uma média de de 2.878,55 toneladas por mês, que equivale a 1,22 kg/Hab. Dia,, para uma população equivalente de 78.450 habitantes (Censos 2011).

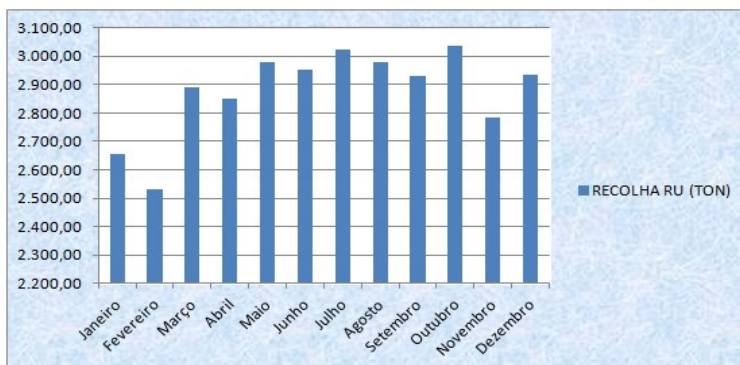


Gráfico 14 - Recolha de RU indiferenciados em 2015.

A produção de Resíduos Urbanos indiferenciados foi aumentando desde 1996 (24.856 ton) até 2008 (38747 ton), data a partir da qual foi decrescendo até 2013 (34.101 ton), havendo depois uma ligeira subida em 2014 (34.812 ton) . Em 2015 verifica-se que a produção de RU desceu muito ligeiramente face a 2014(34.543 ton).

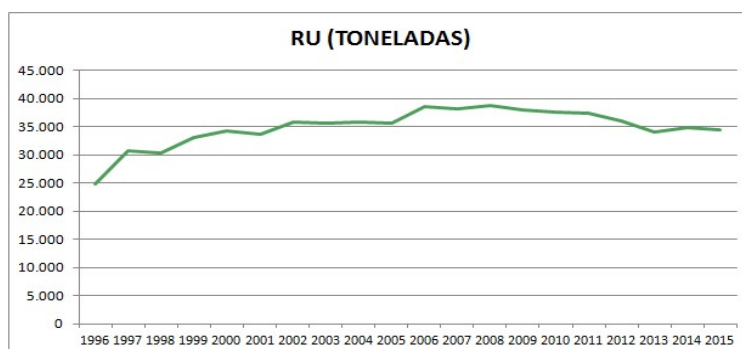


Gráfico 15 - Resíduos Urbanos indiferenciados (toneladas), recolhidos de 1996 a 2015.

Na via pública estão instalados 2.861 contentores de 800 L, 11 contentores de 240 L e 1 contentor de 120L destinados à recolha indiferenciada, assim distribuídos por freguesias:

		Aradas	Cacia	Eixo/Eirol	Esgueira	Glória/Vera Cruz	Oliveirinha	Requeixo/ NSFátima/Nariz	Stª Joana	São Bernardo	S. Jacinto
Nº Contentores indiferenciados	120 L					1					
Nº Contentores indiferenciados	240 L				2	8				1	
Nº Contentores indiferenciados	800 L	331	292	226	443	596	216	245	245	158	109

Quadro 33 - Contentores de recolha indiferenciada por freguesia

Existem ainda 248 contentores particulares, assim distribuídos por freguesias:

	Aradas	Cacia	Eixo/Eirol	Esgueira	Glória/Vera Cruz	Oliveirinha	Requeixo/ NSFátima/Nariz	Stª Joana	São Bernardo	S. Jacinto
CONTENTORES 800 L	27	28	4	44	68	16	10	12	9	5

Quadro 34 - Contentores particulares por freguesia

A recolha porta-a-porta de **resíduos verdes**, **objetos volumosos** e **resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE)** está disponível para toda a área do Município. Este serviço é gratuito e destina-se a clientes particulares, funcionando mediante solicitação presencial, telefónica ou via portal.

Como se pode verificar pelo Quadro 35, os valores têm vindo a aumentar, registando-se em 2015 cerca de 74 ton de monos e 51 ton de resíduos verdes.

ANO	VERDES (m3)	MONOS (ton)
2011	173,5	6,71
2012	145,5	6,60
2013	426	8,52
2014	323	10,73
Até Set.2015	413	51,75

Quadro 35 - Recolha de monos e verdes de 2011 a 2015.

A recolha seletiva de **papel/cartão**, de **embalagens de plástico e de metal** e de **vidro** é efetuada por deposição voluntária em 1 364 contentores de recolha seletiva (densidade média de 57 habitantes/contentor), instalados na via pública e assim distribuídos pelas freguesias:

	ECOPONTO COMPLETO	VIDRÃO	PAPELÃO	EMBALÃO
Aradas	27	70	27	27
Cacia	19	31	44	19
Eixo/Eirol	20	38	34	20
Esgueira	41	64	81	41
Glória/Vera Cruz	115	183	245	116
Requeixo/NSFátima/Nariz	20	25	22	20
Oliveirinha	13	28	27	13
Santa Joana	14	32	28	15
São Bernardo	14	23	29	15
São Jacinto	10	14	21	12
TOTAL	307	508	558	298

Quadro 36 - Distribuição de ecopontos por freguesia

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Set 2015
Papel/Cartão	1.034	999	997	983	913	734	603	601	366
Embalagens	326	367	418	461	466	447	486	634	374
Vidro	1.357	1.247	1.309	1.399	1.407	1.259	1.227	1.188	798
TOTAL	2.717	2.613	2.724	2.843	2.786	2.440	2.316	2.423	1.537

Quadro 37 - Recolha seletiva por ecopontos de 2007 a 2014 (toneladas)

Sublinhe-se a recolha seletiva de **embalagens Tetra Pack** nas escolas que em 2014 atingiu os 2.500 Kg e até setembro de 2015 já totalizam os 760 Kg.

Em 2009 foi implementado o Sistema de Recolha de **Óleos Alimentares Usados**. A recolha é efetuada pela empresa EGI Energie, que os transforma em biodiesel na sua unidade fabril em Santa Maria da Feira.

Existem em toda a área do Município 58 oleões, em espaço público junto a Ecopontos para uso dos munícipes e ainda em equipamentos escolares e cantinas, correspondendo a um rácio de 1 contentor/1 556 munícipes.

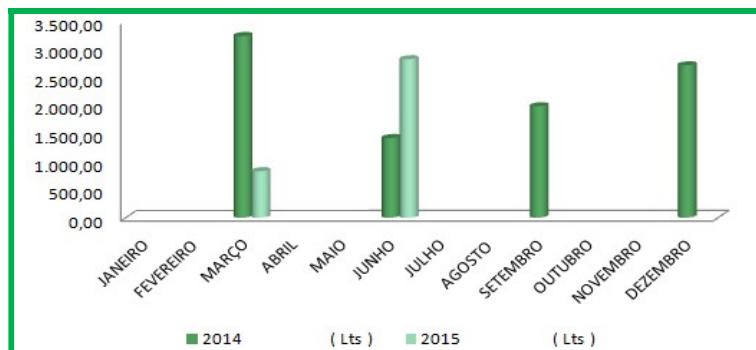


Gráfico 16- Recolha de Óleos Alimentares Usados (litros). Dados de 2014 e 2015.

Quanto ao Ciclo de **recuperação têxtil**, tem-se verificado uma boa adesão da população. A recolha seletiva de roupa, calçado e brinquedos usados é efetuada pela empresa Wippytex, Lda. nos 24 roupeiros instalados na área do Município. O resíduo têxtil que posteriormente é analisado e selecionado segundo critérios de utilização – envio para países com poder aquisitivo baixo, transformação em matéria-prima para produção de produtos de limpeza de origem têxtil e ainda recuperação de fibras e obtenção de novos materiais.

Constata-se através da análise do Gráfico 15 uma grande variação das quantidades recolhidas, salientando-se os valores dos últimos ano – em 2012 totalizaram-se 44.748 ton, em 2013 foram 50.423 ton, em 2014 foram 54.969 ton e até setembro de 2015 os valores indicavam 38.598 ton.

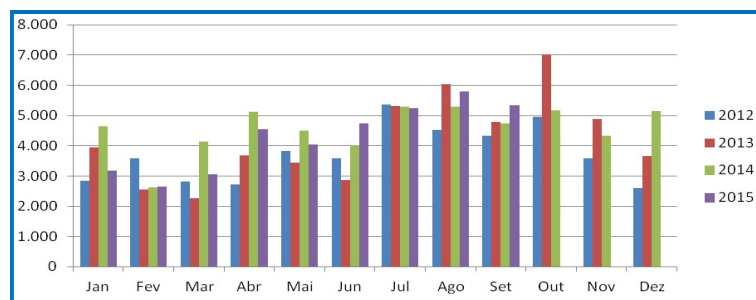


Gráfico 17 - Recolha de roupa e calçado usado de 2012 a 2015.

Quanto ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos, Aveiro dispôs desde 1998 até 2012 do **aterro sanitário** multimunicipal, com uma área de 19 ha, tendo, inicialmente, sido construídas duas células de 5,9 e 3,57 ha. com uma capacidade total de, aproximadamente, 2.000.000 m³.

Face a orientações superiores, os 3 aterros do Sistema Multimunicipal receberam, até finais de 2005 resíduos industriais banais (RIB), que tiveram bastante significado, particularmente no aterro de Aveiro, onde representaram cerca de 16 % dos RSU recebidos e que lhe reduziu o tempo de vida útil previsto inicialmente (10 anos).

O prolongamento da exploração chegou a suscitar, por parte das populações, menção a vários problemas relacionados com maus cheiros e contaminações, situação que foi ultrapassada com o encerramento do aterro. Atualmente produz biogás que é aproveitado para produção de energia elétrica que é injetada na rede elétrica nacional.

3.3 VALORES PATRIMONIAIS

No conceito lato de **Património** cabem, entre outras, definições abrangentes de bem público material, natural ou imóvel, no qual se reconhecem valores de identidade e cultura coletivas, constituindo contributos para o conhecimento da história e da evolução humana e dos lugares. Na sua vasta dimensão, o Património abrange o património arqueológico, o património arquitetónico, construído e paisagístico, formas eruditas ou populares, edifícios públicos ou privados, monumentais ou utilitários. São todos eles o reflexo da vivência humana, da intervenção e interação do homem com o território, pelo que constituem um Património Cultural, que a própria Constituição determina que incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, promover a sua salvaguarda e a valorização, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum. A consciência progressiva da sua importância e, conseqüentemente, da sua conservação e salvaguarda, tem vindo a ser objeto de particular atenção pelas tutelas, ao nível das políticas de proteção e valorização em articulação com as do ordenamento do território.

3.3.1 PATRIMÓNIO NATURAL

A Região de Aveiro é dominada pela bacia hidrográfica do rio Vouga, que conflui numa das mais extensas zonas húmidas costeiras, que é a Ria de Aveiro, influenciada pela entrada direta de águas marinhas através da barra e pela intrincada rede de afluentes que desaguam no Vouga.

A Ria de Aveiro, extensa e complexa rede de elementos naturais associados ao elemento água, constitui um elemento polarizador do concelho e da região, conferindo-lhes identidade e singularidade próprias, uma especificidade que determinou e condicionou a forma de configuração e crescimento da cidade, ditou a sua história. Assim, a estrutura lagunar da ria de Aveiro, através das suas cales, esteiros, canais, sapais, motas, salinas, dos canais urbanos e agregando ainda as linhas de água que conformaram áreas de vale – Ribeira de Esgueira, Ribeira de Vilar, Ribeira do Buragal e Ribeira de Aradas, o canal da Forca e a linha de água das Barrocas e a ribeira do Parque, à volta das quais e com base na estrutura dos principais caminhos, se fundaram aglomerados, se fixaram populações e atividades económicas, constitui uma frente ribeirinha que assume o valor de **Património Natural**.

Desta forma é fundamental, em primeira instância, conceder atenção à dimensão física do território como um *continuum naturale*, identificando-o como **paisagem natural**, sublinhando o seu protagonismo na valorização dos recursos naturais, nas suas diversas unidades geográficas geradoras de identidade, com menor ou maior expressão da componente ecológica/ ambiental. Conforme refere Caldeira Cabral, por paisagem natural entende-se o *“resultado da interação exclusiva dos fatores físicos e bióticos, anteriores à ação do Homem, (...) o principal agente transformador capaz de modificar a paisagem de forma consciente para servir os seus próprios interesses”*.

A caracterização e compreensão da paisagem natural implica, pois, o conhecimento de fatores como o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo, associadas à componente social e cultural, a todas as outras expressões da atividade humana que ao longo do tempo foram produzindo alterações do território, da sua imagem/paisagem, enquanto apropriação e leitura subjetiva, sensorial, individual ou do coletivo.

Para a observação da paisagem importa destacar os seus principais “marcos” ou “pontos de referência”, constituídos por diversas estruturas ou outros elementos que, pela sua singularidade, sobressaem no território. Território e paisagem são conceitos muito abrangentes, ambos complexos, nem sempre dissociáveis ou fáceis de distinguir. Num contexto científico ecológico moderno, o conceito de **paisagem natural** - “a configuração da biosfera e resultado da ação complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais - em equilíbrio com os fatores físicos do ambiente” (CABRAL, 2003), poderá diferenciar-se da **paisagem humanizada** - o resultado da ação “multissecular, contínua ou intermitente, do homem

sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intenção lhe foram ensinando, experiência, transmitida de geração em geração”.

A Convenção Europeia da Paisagem (assinada em Florença no ano 2000), ratificada por Portugal em 2005, determina que “paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos...”, reconhecendo-a como uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para a formação das culturas locais e para a consolidação da identidade, fundamental para a coesão social e territorial.

No preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2015, que publica a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, lê-se que “a arquitetura e a paisagem constituem expressão da identidade e da cultura coletivas”, constituindo-se como duas componentes intrínsecas e relevantes na formação do conceito lato de Património, que abrange o património arqueológico, o património arquitetónico, construído e paisagístico, formas eruditas ou populares, edifícios públicos ou privados, monumentais ou utilitários. Assim, as paisagens humanizadas ou culturais, são uma marca identitária de enorme relevância, a expressão das constantes alterações, mutações ou interações Homem – Natureza, da ação continuada de múltiplas gerações sobre os mesmos espaços, interdependentes dos inerentes processos biofísicos.

Neste enquadramento, na identificação dos elementos de referência do património natural aborda-se o valor da **Ria de Aveiro**, do **rio Vouga** e **Pateira de Requeixo**/Fermentelos, um vasto ecossistema considerado uma das mais notáveis zonas húmidas portuguesas, da **Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto**, localizada no cordão dunar litoral, do **Baixo Vouga Lagunar**, um agroecossistema recente, gerido de acordo com objetivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina e a área do **Salgado**, como apropriação humana da paisagem natural da laguna resultando numa paisagem portadora de significados ecológicos e culturais e constituindo a imagem e referência da cidade.

Em contexto urbano salienta-se a importância dos **canais** e dos elementos vegetais singulares ou de conjunto e ainda algumas **quintas**, que tendo sido importantes como suporte da génese das ocupações, permanecem na leitura geográfica do território.

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” (DGOTDU, 2004), enquadra Aveiro no grupo de unidade de paisagem Beira Litoral, que é caracterizada pela “(...) presença de situações planas, adjacentes a terras altas a nascente, e por extensos areais banhados de humidade (...). Os grandes contrastes associam-se especialmente à presença das principais zonas húmidas, da frente litoral (...)”.

Dentro deste grupo, reporta para a **Unidade de paisagem 56 - Ria de Aveiro e Baixo Vouga** - “Trata-se de uma paisagem húmida, plana e aberta. Como exceção a este carácter amplo que resulta dos escassos elementos verticais, há que mencionar significativas zonas agrícolas intensamente compartimentadas, bem como as dunas e pinhais ao longo de um extenso cordão arenoso que separa a Ria do oceano”. (...) “A Ria está quase totalmente envolvida por terrenos muito férteis que, associados à abundância de água e à amenidade climática, permitiram o desenvolvimento de sistemas agrícolas muito intensivos que se apresentavam quer em grandes campos abertos como num mosaico de pequenas parcelas fortemente compartimentadas. Este carácter está em profunda mudança, devido a múltiplas dificuldades (drenagem deficiente, poluição e aumento da salinidade da água, redução dos ativos na agricultura, estrutura fundiária), de que resulta a redução das áreas com arroz e milho, e aumento das pastagens permanentes, dos incultos (sapais, juncais e caniçais) e das matas.”

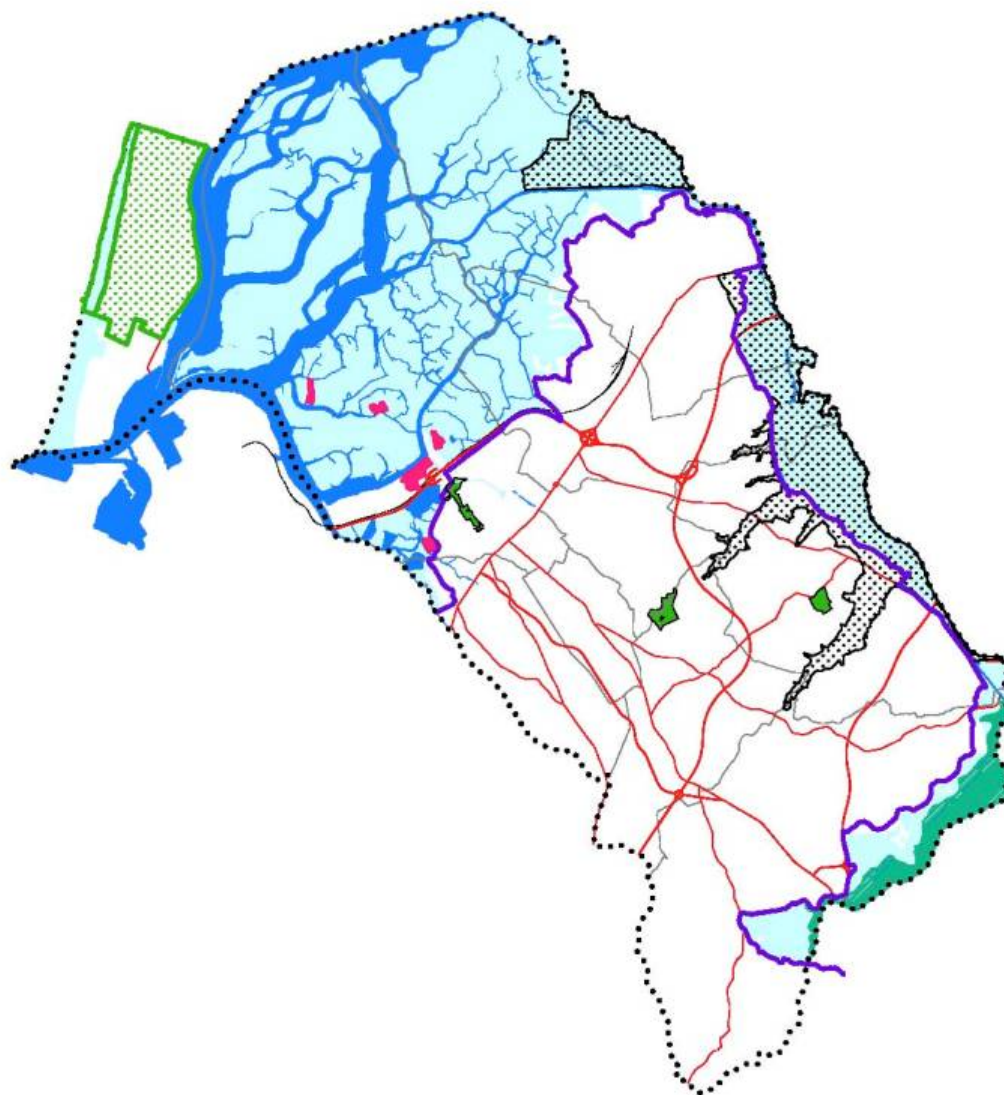


Figura 15 – Elementos de referência do Património natural

"A ria é um enorme pólipó com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira. Todas as águas do Vouga, do Águeda e dos veios que nestes sítios correm para o mar encharcam nas terras baixas, retidas pela duna de quarenta e tantos quilómetros de comprimento, formando uma série de poças, de canais, de lagos e uma vasta bacia salgada. De um lado o mar bate e levanta constantemente a duna, impedindo a água de escoar; do outro é o homem que junta a terra movediça e a regulariza. Vem depois a raiz e ajuda-o a fixar o movimento incessante das areias, transformando o charco numa magnífica estrada, que lhe dá o estrume e o pão, o peixe e a água da rega. Abre canais e valas. Semeia o milho na ria. Povoia a terra alagadiça, e à custa de esforços persistentes, obriga a areia inútil a renovar constantemente a vida.".... Raul Brandão, Os pescadores, 1920

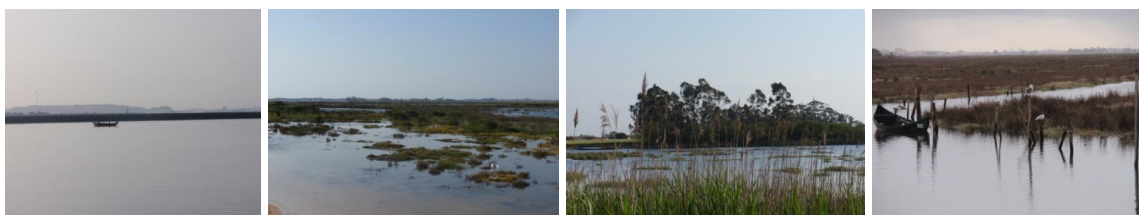
A Ria de Aveiro define-se, assim, num complexo ecossistema estuarino de canais ramificados em esteiros que circundam inúmeras ilhas e ilhotas. É uma laguna resultante do recuo do mar com criação de cordões litorais. A sua ligação ao mar foi variando e só em 1808 se estabilizou a abertura da barra, a sul de S. Jacinto. Desaguam nesta bacia os rios Vouga, Antuã, Boco e Fontão, formando uma extensa área de cerca de onze mil hectares, dos quais seis mil estão permanentemente alagados.

Este enquadramento geográfico, os recursos naturais disponíveis a grande diversidade biológica concorrem para o seu estatuto de zona húmida de relevante importância, que é reforçada pela

classificação como Zona de Proteção Especial (ZPE) – PTZPE0004 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008- Rede Natura 2000) e Sítio de Importância Comunitária (SIC).

A Ria caracteriza-se pela existência de uma grande variedade de biótopos – dunas, águas livres /plano de água, ilhas com vegetação, praias de vasa e lodos, sapais, matas ribeirinhas, campos agrícolas. A ação humana contribuiu para aumentar ainda esta riqueza paisagística - drenou sapais, abriu esteiros e canais permitindo a navegação, criou salinas e moldou os campos agrícolas.

Atualmente, as ameaças a este sistema são o abandono das práticas e o fenómeno das alterações climáticas, com o conseqüente aumento do nível médio do mar, cujo impacto poderá afetar os padrões hidrodinâmicos e, por conseguinte, o seu valor ecológico e biológico.



A política de salvaguarda e conservação de zonas sensíveis, como é o caso do cordão dunar litoral, levou à criação da **mata de S. Jacinto**, em 1888, pelos Serviços Florestais, por forma a fixar as dunas e impedir o avanço do mar. As espécies então plantadas foram o Pinheiro-Bravo, o Samouco e as Acácias, hoje consideradas espécies exóticas invasoras. No seu interior foram abertos charcos destinados a constituir um refúgio para a população de anatídeos (que dão o símbolo à Reserva) e para a fixação de garças.

Devido à riqueza florística e também faunística desta área, em 1979, foi criada a **Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto** estabelecendo três áreas distintas:

- A Reserva Natural Integral, inclui toda a zona de areal, corresponde a 102.5 ha com acesso restrito.
- A Reserva Natural Parcial, com 473.5 ha, de acesso condicionado, é constituída por área florestada.
- A Reserva de Recreio com 90 ha, de livre acesso e desembarque, inclui as duas zonas de praia desde o oceano até às dunas, assim como a zona de mata entre a E.N. 327 e a linha de alta tensão.

Realça-se que a zona de **praia** de S. Jacinto é a única no concelho e comporta um extenso areal, resultado da acreção de areias nos últimos anos, que pelas suas singulares características poderá constituir-se como um espaço de oportunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável e diferenciador.



Os atuais limites da Reserva natural foram definidos através do Decreto Regulamentar n.º24/2004, de 12 de Julho, tendo em vista a criação de uma zona tampão de proteção ao ecossistema dunar e uma adequação à Zona de Proteção Especial (ZEP) da Ria de Aveiro, criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro.

A necessidade de proteção deste espaço natural e dos seus habitats e espécies determinou a publicação de um plano de ordenamento, com objetivos específicos de conservação e valorização do património natural da área protegida, de promoção de ações de sensibilização ambiental e divulgação dos valores naturais, estéticos e científicos dos ecossistemas dunares e zonas húmidas litorais.

O **Rio Vouga** é o principal curso de água a desaguar na Ria de Aveiro, considerado importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras, como por exemplo o sável, e onde se encontra a lampreia -de -riacho, a lontra e a salamandra -lusitânica.

Na zona de Cacia, *“o Vouga, no Murçaínho, tomava o sinuoso caminho do chamado Rio Velho até desaguar na antiga foz, já em terras marinhoas, no chamado Bico da Murtosa.*

Em épocas de grandes cheias (...) o Rio Velho não tinha cava suficiente para dar rápida vazão às grandes enxurradas vindas da serra e dos rios que afluem ao Vouga na última etapa. A Barra, por seu lado, (...) obrigava a encerramentos temporários da Ria, com a natural e consequente retenção de lixos e putrefacção das águas. Esta situação originava, cíclica ou esporadicamente, epidemias que debastavam as populações ribeirinhas(...).

(...)Em 1802 o Príncipe D. João tomou finalmente a decisão de entregar o Projecto da Nova Barra aos engenheiros militares Reinaldo Oudinot e Luis Gomes de Carvalho. A Nova Barra foi finalmente aberta em 1808 (...). (...) Ora se o mal já não era tão gravemente desastroso, ainda assim proporcionava a que muitas enxurradas, pelo seu volume, continuassem a debastar o campo agrícola (...).

Essa situação (...) estará na origem de uma ordem superior, dada em 1813, com o fim de melhorar a navegação (“rectificação e canalização”) dos rios Vouga, Cértima e Águeda. Finalmente nesse ano (...) foram iniciados os trabalhos de abertura do canal que ficou historicamente conhecido por Rio Novo do Príncipe, nome que pretende homenagear o Príncipe D. João. As obras foram orientadas pelo mesmo engenheiro hidráulico que abriu a Barra, e dadas por prontas em Dezembro de 1815, no que se gastou a importância de 12.468\$604 réis.” (Bartolomeu Conde, Rio Novo do Príncipe – causas e benefícios da sua construção em 1815)

O **Rio Novo do Príncipe** tem um comprimento aproximado de cinco quilómetros, no início com uma largura de sessenta e dois metros ao longo de três quilómetros até à foz, na Cale do Espinheiro, vulgarmente conhecida por BOCA DO RIO, aí já com cerca de cento e vinte e dois metros.

A paisagem nesta parte do rio define-se pelos grandes eucaliptos que bordejam as margens dando-lhes alguma estabilidade, que tem sido posta em causa pelos efeitos das marés e erosão dos solos. A última situação mais gravosa foi registada nas cheias de 2014, em que a ponte de Vilarinho foi destruída e arrastada pelas águas.

Genericamente, a vegetação ripícola das margens planas do rio, constitui-se em galerias arbóreo-arbustivas de Freixos, Carvalhos e Ulmeiros que definem a macroestrutura da paisagem e providenciam diferentes habitats para muitas espécies, sendo, por isso, um importante suporte faunístico.



Os terrenos envolventes das margens do rio Vouga são solos aluvionares de grande fertilidade, com a toalha freática próxima da superfície permitindo uma gestão da água de forma racional e eficiente através dos canais de drenagem e rega (valas e diques), constituindo e suportando sistemas agrícolas, onde predominam as culturas temporárias e rotativas, como o milho, o arroz, as pastagens/prados, campos de pousio e algumas pequenas manchas florestais.



A estrutura cadastral é bastante repartida, sendo a dimensão média da propriedade de 0,3 ha, correspondendo a cerca de 3 800 proprietários aquando da elaboração do plano geral do «Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Vouga», em 1975. A área do projeto foi dividida em 10 blocos, tendo-se considerado prioritária a intervenção em, aproximadamente, 3.000 ha - **Projeto do Baixo Vouga Lagunar**.

O objetivo desta intervenção passava por evitar a progressiva degradação dos solos agrícolas de elevada fertilidade devido à ação/intrusão das águas salgadas, e até com algum grau de poluição, presentes na ria de Aveiro, bem como promover o controlo de cheias e intervir nos caminhos e nas redes de drenagem e rega. Tendo em vista assegurar condições para a prática da atividade agrícola em regime extensivo, foram desenvolvidas diversas ações de estruturação agrária, iniciadas em 1987, com a instalação de uma unidade experimental designada por “Polder Piloto”.



Contudo, o emparcelamento das propriedades daqui decorrente, a par do facto de se verificar, nos últimos anos, o abandono da atividade agrícola, resultado da invasão salina pela não conclusão dos diques de defesa, da destruição e envelhecimento das infraestruturas, tais como diques, valas e caminhos, acarretando inacessibilidade às parcelas agrícolas, tornam visível um mosaico cultural cada vez menos diversificado, alterando, assim, o valor distintivo da paisagem desta área: o **Bocage**.



Figura 16- Vista aérea do Baixo Vouga (Fonte: <http://www.bioria.com/>)

O **Bocage** define-se como um agroecossistema, uma estrutura com uma certa complexidade, que não pode ser classificada nem como aberta (pastagem permanente, campo agrícola), nem como fechada (bosque ou bosquete), uma vez que compreende elementos de ambos.

É uma paisagem combinada de pequenas parcelas irregulares de terrenos de cultivo e prados, limitados por sebes vivas, compostas por linhas de arbustos e árvores (Salgueiros, Amieiros, Carvalhos, Sabugueiros) plantadas e geridas pelos agricultores, normalmente associadas a valas do sistema hidráulico e que, para além de desempenharem a função de delimitação da propriedade e fixação dos taludes das valas e caminhos, têm como funcionalidade a proteção do gado e das culturas contra os efeitos dos ventos dominantes nestas parcelas agrícolas.

Toda esta estrutura que abrange a zona central e sul dos campos do Baixo Vouga constitui o garante dos objetivos da Zona de Proteção Especial da Rede Natura 2000, na medida que encerra em si condições ambientais com elevado potencial biológico e que suportam um número significativo de habitats e de biodiversidade local.

Em suma, esta **paisagem natural** não é mais que o resultado das ações humanas que se desenvolveram sobre o território face às oportunidades e condicionalismos naturais presentes, assumindo-se hoje como um valor cultural e de identidade.

Este valor cultural e de biodiversidade é extrapolado à zona da Pateira de Taboeira e é também atribuído à Pateira de Requeixo, habitualmente designada por **Pateira de Fermentelos**.

*“Historicamente, a **Pateira** deve ser considerada como um antigo braço marinho onde desaguavam, independentemente uns dos outros, os rios Cértima, Águeda e Vouga, antes da constituição da Ria de Aveiro. A Pateira ter-se-ia começado a formar em finais do século XV, provavelmente ainda na Idade Média, devido às sucessivas inundações dos rios Cértima e Águeda, e alagamento dos campos ribeirinhos”.*

(C. Laranjeira, Pateira de Fermentelos: Paisagem a proteger)

A **Pateira de Fermentelos** reúne no seu perímetro os concelhos de Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro. É composta por um sistema lacustre dos Rios Águeda e Cértima, alimentado ainda pela ribeira do Pano (a poente, no concelho de Aveiro), considerado uma lagoa de água doce - a “maior lagoa natural da Península Ibérica”, cuja superfície e profundidade são variáveis, de acordo com a estação do ano, mas que, no seu expoente máximo, ultrapassa os 5 Km².



A importância da Pateira para o equilíbrio dos sistemas naturais da zona, enquanto zona húmida, é reconhecida pela sua classificação, em 2013, como sítio Ramsar. Por definição da Convenção Ramsar, as Zonas Húmidas (ZH) são *áreas de sapal, paul, turfeiras ou águas, naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, estáticas ou correntes, doces, salobras ou salgadas, incluindo extensões de água do mar, cuja profundidade na maré baixa não exceda os 6 metros e zonas costeiras e ribeirinhas.*

Em algumas zonas marginais ao longo da Pateira encontram-se diversas espécies arbóreas e arbustivas, como sejam, Salgueiros, Choupos, Amieiros, Freixos, Ulmeiros, entre outras. Aparecem Eucaliptos, predominantemente, no coberto florestal das áreas adjacentes à lagoa, bem como a infestante Acácia que se encontra bastante disseminada na envolvente da lagoa. Na zona húmida, que engloba as designadas águas livres e a vegetação alagada das margens, ocorrem habitats com povoamentos de Caniço, Tabúa e Bunho. Ocorrem ainda comunidades de plantas vasculares com macrófitas flutuantes, enraizadas ou suspensas entre o fundo e a superfície: a Erva-Pinheirinha, os Nenúfares e mesmo o Jacinto-de-água que também está hoje considerado uma infestante e que chegou a ser já combatida de modos diferentes: através da limpeza diária do leito e com o recurso a uma “ceifeira” aquática, pela autarquia de Águeda.

Face à sua elevada riqueza ecológica e paisagística, não deve também ser descurada a sua importante componente social e económica. É neste contexto que o Programa Polis Litoral Ria de Aveiro incluía na proposta de plano estratégico a requalificação e valorização da Pateira de Fermentelos e definia como projetos e obras a desenvolver:

- Desassoreamento de zonas degradadas na Pateira, com o objetivo de revitalizar e recuperar o sistema aquático e possibilitar atividades de recreio e lazer;
- Limpeza de margens, com recurso a meios e processos adequados que não comprometam a sua naturalização e função
- Requalificação do coberto vegetal, com a criação de novas zonas de vegetação e erradicação de espécies infestantes, valorizando a galeria ripícola e a vegetação autóctone;
- Criação de percursos panorâmicos, pedonais e cicláveis com pontos de descanso, parques de merendas e locais de observação de aves. Instalação de equipamentos e mobiliário de apoio à prática de canoagem;
- Construção de estrutura para divulgação e sensibilização ambiental.

A Aveiro estão ancestralmente associadas atividades marítimas: salicultura, pesca e o comércio marítimo, que foram determinantes para o desenvolvimento não só da cidade mas também de toda uma região. O sal foi sempre essencial à vida e com importância económica - era matéria para remuneração dos soldados de César, origem da palavra salário, do latim *salarium*.

O **Salgado de Aveiro**, uma área de cerca de 15 km², é um ecossistema de elevado valor ecológico, uma paisagem interligada à imagem de identidade territorial e cultural.



Figura 17 – Vista aérea do Salgado de Aveiro (Fonte: <http://www.bing.com/maps/>)

A primeira referência conhecida da cidade é do século X, está relacionada com a produção de sal e reporta-se a um documento de doação testamentária de terrenos e salinas (“Suis terras in Alauario et salinas”) pela condessa Mumadona Dias ao mosteiro de Guimarães, datado do ano de 959 (Silva, 1997; Morgado & Filipe, 2009).

No século XII surgem também referências a marinhas em Esgueira e em Cacia (Milenário de Aveiro, vol. I, 1959). O bloqueio da barra, impedindo a entrada de água marinha, foi condicionando a produção de sal, de tal forma que as cerca de 500 marinhas ativas no séc. XIV passassem para 168, em finais do século XVIII. Inerentemente, esta abundância de sal, juntamente com boas condições climatológicas, permitia fazer salga de grande quantidade de pescado, o que justifica a existência, a partir do século XVI, de numerosas naus, navios e caravelas com tráfego destinado à Terra Nova.

Razões ambientais que se prendem com o hidro dinamismo lagunar, que leva à destruição física das motas afetando os canais contíguos e não favorecendo a renovação da água, ligadas a aspetos económicos, traduzem uma crescente degradação e assoreamento desta zona do Salgado, conduzindo à sua reconversão, predominantemente para explorações de aquacultura semi-intensiva, e ao abandono da atividade salífera, implicando já uma grande área votada ao abandono.

Se há 50 anos ainda estavam ativas 270 marinhas, atualmente, a produção com métodos artesanais das cerca de 900 toneladas de sal provêm apenas das 9 que se encontram ativas: Podre, Santiago da Fonte, Pajota, Troncalhada, Senitra, Grã-Caravela, Passã, 18 do Caramonetes e Puxadoiros.

A marinha dos Puxadoiros, cuja primeira referência remonta a 1433, é a última das 8 marinhas que se constituíam na ilha a norte do Esteiro de Sama ou dos Frades, pertencente ao grupo norte do salgado aveirense. Atualmente integra-se num projeto turístico ambientalmente sustentável - **Ilha dos Puxadoiros**, com cerca de 40 ha onde se produz sal, ostras e salicórnia.



Figura 18 – Ilha dos Puxadoiros (Fonte: <http://www.ilha.ilhadospuxadoiros.pt>)



Figura 19 – Salicórnia
<http://www.bioria.com/>

A **Salicórnia** é uma planta halófila utilizada há mais de 500 anos na dieta alimentar do homem, designada por sal-verde por ser substituto do sal. Cresce espontaneamente em ambientes salinos, como os sapais, chegou a ser vista como erva daninha e mesmo praga. Hoje é assumida como fazendo parte da flora da ria de Aveiro e as suas propriedades têm conduzido a um interesse económico e ao seu desenvolvimento comercial, sendo alvo de estudos e investigação.

Das marinhas em atividade, salientam-se duas que são propriedade de parceiros do projeto ECOSAL ATLANTIS:

A **Marinha da Troncalhada**, propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, assume-se como Ecomuseu que procura proporcionar o conhecimento e interpretação do território e tem como valências, para além da produção de sal marinho artesanal, demonstrar a prática da salicultura com fins pedagógicos, culturais e ambientais integrando a rede municipal do Museu da Cidade de Aveiro.



A **Marinha Santiago da Fonte**, com certificado em 2009, foi adquirida pela Universidade de Aveiro em 1993 para desenvolvimento de atividades de investigação e divulgação científica. Visando a certificação da produção de sal por método artesanal, obtida em 2009, foi objeto de

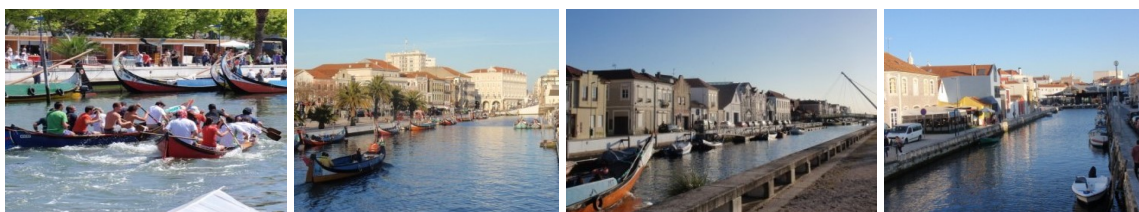
reabilitação do armazém, recuperação dos muros com experimentação de novos materiais e criação da imagem gráfica da marinha.



O futuro da paisagem do Salgado está dependente das expectativas que se possam gerar para essa área, salvaguardando espaços de atividades económicas, limitando ou orientando as mudanças de uso, por forma a evitar a degradação ou o desaparecimento do Salgado, garantindo a qualidade visual desta zona, a preservação do ecossistema e da identidade de Aveiro.

A propósito do conceito de paisagem importa dizer que não existem hoje paisagens naturais: quase todas elas são resultado da humanização do território, do impacto da ocupação humana dos lugares. Estas referências podem ser assim alargadas aos **canais urbanos** - *“Esta longa rua aquática, duma encantadora perspetiva, é a principal artéria da vida da cidade”*. (LUIZ DE MAGALHÃES, A arte e a Natureza).

Os canais estão na génese da cidade e interpenetram-na, existindo uma relação intrínseca dos espaços com as gentes, assumindo-se hoje como fator de desenvolvimento local e de competitividade, nomeadamente a nível turístico.



Os canais urbanos (canal de S. Roque, canal das pirâmides, canal do paraíso, canal central e canal da Fonte Nova), enquanto espaços privilegiados para o recreio, desporto e lazer, assumem-se como elementos fundamentais na valorização e qualificação do ambiente urbano, pese embora alguma entropia causada pela introdução das infraestruturas rodoviária e ferroviária, fracionando a relação direta e de continuidade com a própria ria.

Neste contexto, com o Programa Polis da cidade de Aveiro, a requalificação das envolventes dos canais de S. Roque, da Praça do Peixe, do Cojo e da Fonte Nova, com a criação do Lago da Fonte Nova como seu término, introduziu claras melhorias nestes espaços urbanos, constituindo uma mais-valia significativa para a imagem identitária e patrimonial da cidade.

Tanto a cidade como todo o território concelhio se constroem e identificam pela diversa composição de espaços verdes : parques e jardins, ruas/eixos arborizados, quintas e os demais campos agrícolas.

Ora se “(...) em Portugal, o jardim público está, para cada terra, como a sala de visitas para cada casa portuguesa” [Povo de Aveiro, 24.07.1927: 4], o Passeio Público de Aveiro ou Jardim Municipal que passou, a partir de 1927, a designar-se como **Parque Infante D. Pedro**, representou um marco significativo no desenvolvimento e afirmação da cidade.

Ocupava a área compreendida entre o Jardim e o Antigo Hospital, aproveitando parte da cerca do convento franciscano, integrando e transformando em lago a linha de água que aí atravessa, criando uma grande área arborizada com árvores frondosas (Araucárias, que são as grandes referências deste espaço, Tílias, Acer, Choupos e Magnólia), representando a sua conceção o espírito do passeio público

oitocentista. Foi palco de sessões de cinematógrafo, sessões musicais e festas beneficentes para as quais, pelo facto de ser murado, chegou a exigir-se pagamento da entrada.

O Parque Infante D. Pedro passou a integrar o então designado *Parque da Sustentabilidade* com a aprovação, em 2008, do programa de ação *Parcerias para a Regeneração Urbana* do Programa Operacional Mais Centro. Este *Parque da Cidade* vem possibilitar a intervenção em cerca de 20 ha numa área central e cujo objetivo principal é o de “promover, através da ligação de cinco áreas distintas e numa lógica de intervenção integrada, o aparecimento de um novo espaço cuja imagem e futura identidade se encontra diretamente associada ao conceito da sustentabilidade.”

O Parque é assim caracterizado por uma mancha verde que inicia no Rossio e articulando o espaço central do Alboi, a Baixa de Santo António e o Parque D. Pedro, termina no Parque dos Amores. A estrutura arbórea do **Rossio**, imagem de marca associada à dos canais urbanos, é constituída por algumas espécies adultas de Palmeira das Canárias, de Plátanos (espécies despoluidoras), Choupos, Freixos e Ulmeiro (espécies adequadas para as condições de excesso de humidade existentes). No **Alboi** os “Liriodendro tulipífera” e Tulipeiro (árvore de médio porte, caduca e de floração) são adaptadas às condições urbanas em presença. A **Baixa de Santo António** integra recintos desportivos e caracteriza-se por ser um espaço de vale natural mais aberto que reúne variadas as espécies arbóreas: Plátanos, Ulmeiros, Amoreiras, Pinheiros, Palmeiras das Canárias, Olaias, Casuarinas, Castanheiros da Índia, etc. O Parque Lúdico, que antecede o Parque dos Amores, ainda não está constituído um contínuo arbóreo devido à maturidade insuficiente das árvores.

Paralelamente, garantindo os mesmos efeitos das áreas verdes das praças e parques urbanos, estão as **árvores de alinhamento** nos arruamentos, conformando também uma “massa verde contínua”.

A árvore é, pois, um elemento indispensável no ambiente urbano: atua como regulador do clima, purifica o ar, faz a retenção de poeiras, reduz a poluição sonora, favorece o conforto proporcionando sombras e constitui um fator estético e paisagístico, contribuindo para o embelezamento e afirmação da imagem urbana. Na cidade salientam-se, entre outras, a Rua Ciudad Rodrigo, a Rua Banda Amizade, a Avenida 25 de Abril, a Avenida Araújo e Silva, a Avenida Artur Ravara, a Avenida da Universidade, a Rua Dr. Francisco Vale Guimarães.



Fonte : <https://www.google.pt/maps/@>

Outras referências de **conjuntos arbóreos** podem-se encontrar em Oliveirinha, no espaço da feira, em Eixo, também na área da feira, em Esgueira, na ex-EN109 e na Rua Direita, em Aradas.



Fonte : <https://www.google.pt/maps/@>

Refira-se também a importância de um inventário do **património arbóreo** com interesse municipal, que permita o conhecimento do número, da espécie, porte, estado vegetativo e fitossanitário, das características que lhes conferem valor patrimonial. A Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, aprovou o regime jurídico de classificação de arvoredo de interesse público, aplicável aos povoamentos florestais, bosques ou bosquetes, arboretos, alamedas e jardins de interesse botânico, histórico, paisagístico ou artístico, bem como aos exemplares isolados de espécies vegetais que, pela sua representatividade, raridade, porte, idade, historial, significado cultural ou enquadramento paisagístico, possam ser considerados de relevante interesse público e se recomende a sua cuidadosa conservação. Existe registo de classificação de uma Araucária-de-norfolk. Pelo concelho podem encontrar-se exemplares singulares, dignos de registo e, face aos critérios mencionados, de eventual classificação, dos quais se identificam apenas alguns, referentes às espécies mais representativas.



Parque Infante D.Pedro: Araucária heterophylla (2), Araucária bidwilli, Sequoia, Ginkgo Biloba



Palmeiras (Phoenix canariensis), Jardim do Rossio, Esgueira, S. Bernardo; Araucárias, Sarrazola, Vilar



Eucalipto (Eucalyptos)Eixo; Thuya, Eixo; Magnólia grandiflora, Eixo; Plátanus híbrida, Quintã do Loureiro; Castanheiro (Castanea sativa),Requeixo

Neste contexto, revestem-se também de especial importância os 14 ha da **Quinta de S. Francisco**, em Eixo, em cujo arboreto, plantado a partir de 1902, se contam cerca de 150 espécies de árvores, 100 das quais são Eucaliptos.



“Inicialmente designada de Quinta do Vale do Soão, esta propriedade pertenceu ao escritor e intelectual aveirense Jaime de Magalhães Lima, que a recebeu de herança paterna em 1896. Procurando fazer desta quinta o seu canto de paraíso, obedecendo aos princípios de São Francisco de Assis, de uma vida simples e em comunhão com a Natureza, Magalhães Lima viria a rebaptizá-la de Quinta de São Francisco. Em 1982 esta quinta foi comprada pela Portucel à família de Magalhães Lima, e desde 1997 é propriedade do RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel. (...) Pela riqueza e biodiversidade do seu património florestal, a Quinta de São Francisco também é o «habitat» de múltiplas aves e várias outras espécies animais, como répteis, anfíbios e pequenos mamíferos, como a raposa”. (Susana Torrão, Paulo Oliveira- Os Eucaliptos e as Aves da Quinta de São Francisco).

Também a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro estabeleceu uma parceria com a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) para dinamizar ações tendo como objetivo a valorização dos 17 hectares da **Mata da Moita** como um espaço natural e de interesse ecológico e, simultaneamente, promovê-la como Centro de Educação Ambiental, de investigação, de turismo ecológico, de desporto de natureza, de recreio, através da criação de um apiário pedagógico, uma horta mandala, hortas familiares, da implementação de áreas de lazer destinadas a grupos, trilhos ecológicos e perspetivando a criação de uma incubadora de economia sócio ambiental.





Na riqueza da sua biodiversidade e diversidade de espécies destacam-se vários tipos de fetos e uma floresta mista de Carvalhos, Sobreiros, Choupas, Amieiros, Eucaliptos, Pinheiros, Castanheiros. Quanto à fauna destaca-se a presença de inúmeras espécies de aves: guarda-rios, pica-paus, gaios, melros, águias de asa redonda, milhafres, corujas e pombo torcaz.

Deixa-se ainda uma pequena nota sobre outras duas quintas que constituem referência histórica e territorial : a Quinta da Sr^a Dores, em Verdemilho e a Quinta do Morgado de Vilarinho. Para além da casa principal, torna-as distintas a composição dos seus jardins e terrenos adjacentes de culturas.



Figura 20- Vista aérea da Quinta da Sr^a das Dores
(Fonte : <https://www.google.pt/maps/@>)



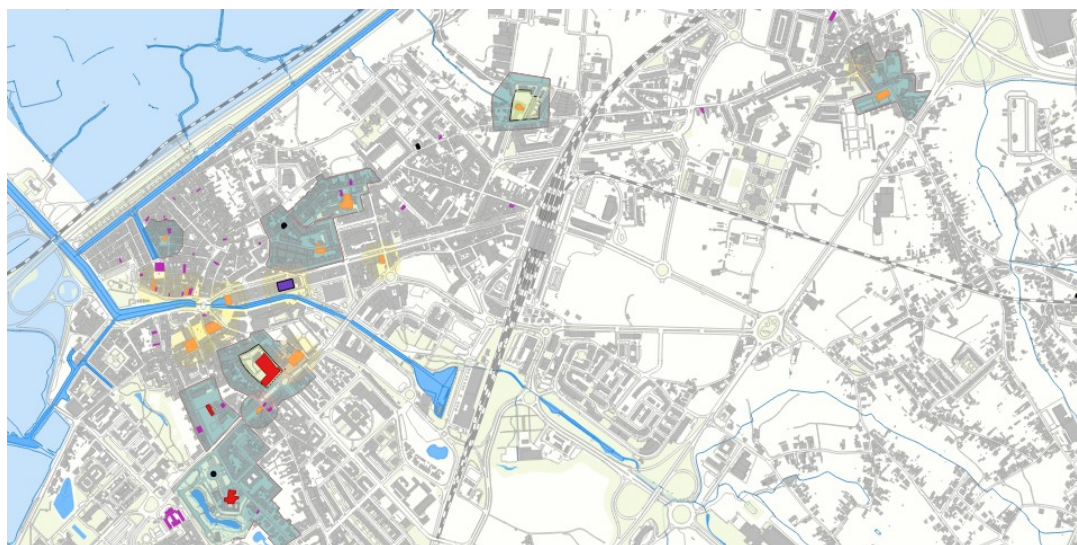
Figura 21 – Quinta de Vilarinho (Fonte : <https://www.google.pt/maps/@>)

3.3.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO

Se o desenvolvimento urbano sustentável passa pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e do ambiente urbano, poder-se-á afirmar que o mesmo se estabelece como transversal à promoção da conceção arquitetónica e urbanística, aliadas à sensibilização e formação dos cidadãos para a cultura arquitetónica, bem como para a preservação do património construído, apostando-se na reabilitação e regeneração como setor estratégico desse mesmo desenvolvimento. Desta feita, a conservação, salvaguarda e valorização do património cultural tem vindo a merecer cada vez mais acuidade por parte da sociedade e das tutelas.

A Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro estabelece as bases da política e do regime da proteção e valorização do património cultural, definindo que a proteção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação. Para efeitos de classificação têm vindo a ser considerados apenas os bens imóveis que tem ainda subjacente uma preocupação centrada na conservação do monumento isolado ou de conjuntos singulares de especial valor histórico-arquitetónico com interesse nacional ou para o município.

No Concelho de Aveiro estão classificados 22 imóveis nas categorias de Monumento Nacional (4), Monumento de Interesse Público (15) e Monumento de Interesse Municipal (3) e que, seguidamente, se identificam e caracterizam sumariamente, com recurso à informação disponível no sítio eletrónico da Direção-Geral do Património Cultural - http://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/.



- Monumento nacional
- Monumento de Interesse Público
- Conjunto de Interesse Público
- Edifício de Interesse Municipal
- Zona de Geral de Protecção
- Zona Especial de Protecção
- Zona non aedificandi
- Edifício Arte Nova

Figura 22 - Distribuição territorial dos imóveis classificados e dos imóveis da Rota Arte Nova

MONUMENTOS NACIONAIS



Conjunto arquitetónico formado pela Igreja do Convento de St.º António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de S. Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho)

Dec. n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º42 de 19/12 ; ZEP- Port n.º359/2014, DR, 2ª Série, n.º 97 de 21/05/2014

Deste conjunto, o edifício mais antigo é a igreja de Santo António e é o que resta do convento do mesmo nome, cuja fundação remonta a 1524. A Capela da Ordem Terceira de São Francisco foi construída em 1677. O último edifício a ser construído foi a Casa do Despacho já na década de 80 do século XVII, de aspeto palaciano que se desenvolve em dois andares. A fachada do conjunto é bastante simples e contrasta com os elementos decorativos interiores – pinturas nos tetos, talha dourada e azulejos na capela-mor datados do séc.XVIII.



Cruzeiro de Nossa Sr.ª da Glória

Decreto de 16/06/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910 ; ZGP (50 m)

Datado de finais do século XV, o cruzeiro é uma obra do gótico final, de estilo flamejante.

Originalmente, foi implantado no largo da Igreja de São Domingos e, atualmente, está exposto na galilé da Sé de Aveiro.

Existe uma réplica em betão que foi colocada no adro do templo.



Igreja das Carmelitas

Decreto de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910 ; ZEP-DG, 2ª Série, n.º 11 de 13/01/1961

O templo, iniciado em 1704, fez parte do mosteiro de São João Evangelista, que pertenceu às carmelitas descalças.

No seu interior sobressai a talha dourada, dos séculos XVII e XVIII e painéis de azulejos do séc. XVIII. As pinturas, de excepcional beleza, ornamentam os tetos da nave e do coro. Para abertura da praça de Marquês de Pombal, em 1904, ocorreu a destruição de parte das dependências conventuais.



Mosteiro de Jesus compreendendo o túmulo de Santa Joana

Decreto de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910; ZEP-DG, 2ª Série, n.º 108 de 6/05/1961 (inclui zona non aedificandi)

O início do templo da Ordem Dominicana feminina foi em 1462. Nele está instalado, desde 1911, o Museu de Aveiro também conhecido por Museu de Stª Joana, pois a filha de D. Afonso V, a Princesa Joana, aqui entrou em 1472 até morrer em 12 de Maio de 1490, dia do feriado municipal. O edifício reflete as diversas épocas das intervenções (manuelina, renascentista, maneirista, barroca), motivadas não apenas pela necessidade de reforma e alargamento dos espaços, mas também pela importância da atualização estética e litúrgica. A igreja, a partir do final do século XVII, foi revestida a talha dourada e azulejos.



Capela de S. Gonçalo (ou Gonçalinho)

Portaria nº 224/2011, DR, 2ª Série, n.º 12 de 18/01/2011; ZEP - DR, 2ª Série, n.º 12 de 18/01/2011

É uma capela dos princípios do séc. XVIII, de planta constituída por dois hexágonos, correspondendo o maior ao templo e o de dimensões mais reduzidas à sacristia anexa. Na sua construção e decoração foi usada pedra de ançã, os retábulos são em madeira, seiscentistas, e a sacristia é revestida por azulejos azuis e brancos, bem como a cúpula.

É local de uma tradição muito querida dos aveirenses – da cobertura do templo são lançadas cavacas para a multidão, como cumprimento de promessas.



Capela do Senhor das Barrocas

Decreto n.º 34 452,DG, I Série n.º 59 de 20/03/1945; ZEP-DG, n.º 60 de 12/03/1959 (inclui zona non aedificandi)

A primeira pedra da atual igreja foi lançada em 1722.

Tal como muitos outros templos da região (São Jacinto, Madre de Deus, Santos Mártires, S.Bartolomeu, São Gonçalo) construídos anteriormente, a igreja apresenta planta centralizada, octogonal e revela uma linguagem barroca erudita e atualizada em relação ao que de melhor se fazia no reinado de D. João V.

O altar-mor é revestido a talha dourada.

Apresenta capela-mor retangular e saliente em relação ao volume da nave. e o seu altar-mor.



Casa do Seixal e Capela da Madre de Deus (conjunto)

Dec. n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12; ZEP-Portaria n.º 740-CT/2012, Dr, 2ª Série, n.º 248 de 24/12/2012

A casa remonta ao século XVII, apresentando no andar nobre janelas de sacada com grades de ferro.

A Capela da Madre de Deus, de planta centralizada (quadrangular no exterior e hexagonal no interior) tem a cobertura é em cúpula com lanternim, sendo forrada exteriormente por azulejos azuis e brancos.



Edifício "Arte Nova" também denominado "Casa Major Pessoa"

Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12; ZGP (50 m)

Construída entre os anos de 1907 e 1909, sob projeto do arqtº Francisco da Silva Rocha, a casa do Major Pessoa destaca-se pela fachada profusamente decorada por elementos de linhas curvas e pela ornamentação de inspiração floral, onde foram empregues diferentes materiais (cantaria, ferro forjado, painéis de esmalte e azulejos).

Após 100 anos, o arqtº Mário Sarabando é autor do projeto de reabilitação e restauro do edifício para funções museológicas, afirmando-lhe a condição de ex-libris da cidade.



Edifício "Arte Nova", R. de João Mendonça (antiga Rua do Cais) N.º 5 a 7

Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56 de 6/3; ZGP (50 m)

Construído no início do século XX, conhecido por Cooperativa Agrícola de Aveiro, poderá ter sido desenhada pelo arqtº Francisco da Silva Rocha.

A fachada é profusamente decorada e repleta de linhas curvas, com painéis de azulejos datados de 1913 e provenientes da Fábrica Fonte Nova.



Edifício da antiga Capitania do Porto de Aveiro – "Casa dos Arcos"

Decreto n.º 67/97, de 31/12, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12; ZGP (50 m)

Originalmente, o edifício era uma moagem que funcionava com moinhos de maré, projetada em 1830 pelo arqtº Joaquim José de Oliveira, por encomenda do fundador da Vista Alegre, José Ferreira Pinto Basto. No final do século XIX, a adaptação a Escola de Desenho Industrial pelo arqtº Augusto da Silva Rocha, confere-lhe um cariz Arte Nova.

A última intervenção para albergar a Assembleia Municipal, da autoria do arqtº Silva Dias, teve inauguração a 25 de Abril de 2004.



Igreja da Misericórdia de Aveiro, incluindo as salas do despacho e anexos
Decreto n.º 735/74 de 21/12; ZGP (50 m)

Remonta a finais do século XVI, apresenta uma estrutura maneirista, com fachada revestida a azulejos datados de 1876.

O interior está também revestido a azulejos. Os retábulos e a capela-mor são em calcário.

A classificação inclui as salas do despacho e anexos. A igreja funcionou como Sé da diocese de Aveiro entre os finais do século XVIII e o primeiro quartel do XIX.



Igreja do Convento do Carmo e seu recheio

Decreto n.º 45 469, DG, I Série, n.º 303 de 27/12/1963; ZEP-Portaria n.º 481/2014, DR, 2ª Série, n.º 118 de 23/06/2014

Nos primeiros anos, os Carmelitas de Aveiro habitaram numas casas na vila. Em Março de 1620, com a parte conventual já edificada, a comunidade instalou-se no Convento do Carmo. As obras seriam concluídas em 1643, quando o templo foi inaugurado. A partir de 1834, com a extinção das Ordens Religiosas, o Convento do Carmo ficou votado ao abandono. Recentemente foi objeto de obras de requalificação.

É um templo maneirista de planta em cruz latina abobadada, com fachada retangular, austera, encimada por frontão triangular. Os retábulos são de talha -séc. XVII e XVIII.

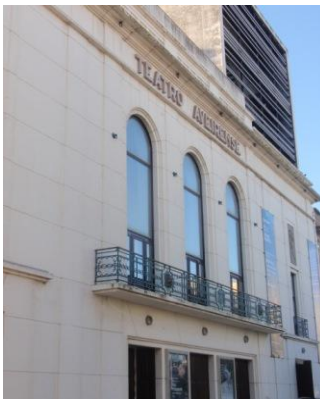


Pelourinho de Esgueira

Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231 de 11/10/1933; ZGP (50 m)

O seu pelourinho, datável do início do século XVIII, deveria substituir um outro, mais antigo. Para além do foral manuelino que se conserva, o pelourinho constituía um dos símbolos de autoridade municipal, e a sua reedificação, ou recente construção, implica um reforço desta ideia de autonomia.

Situado junto à antiga Câmara, o pelourinho de Esgueira constitui um importante exemplar dos modelos de coluna espiralada, da época barroca sem qualquer decoração



Teatro Aveirense

Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, nº 42 de 19/2/2002; ZGP (50 m)

A sua inauguração ocorreu em 1881. É um edifício com fachada modernista da década de 40 do séc. XX, com desenho de Ernesto Korrodi. Em 2003 reabriu após grande intervenção de recuperação e remodelação, da autoria do arqtº João Carreira.



Sé de Aveiro

Decreto n.º 2/96 de 6/3 (rect. n.º 10 E/96 de 31/5/96); ZGP (50 m)

Foi a igreja do Convento de São Domingos, masculino, a primeira instituição conventual implantada dentro do perímetro das muralhas de Aveiro. O edifício do séc. XV foi sofrendo várias alterações e ampliações até à atualidade.

Apresenta planta de cruz latina, com nave única e capelas laterais que comunicam entre si e conservam ainda retábulos dos séc. XVI e XVII.

MONUMENTOS DE INTERESSE PÚBLICO



Igreja de Santo André, Matriz de Esgueira

Portaria n.º 740-BT/2012, DR, 2ª Série, n.º 248 de 24/12/2012; ZEP – Portaria n.º 740-BT/2012, DR, 2ª série, nº248 de 24/12/2012

A data de 1650, patente na porta principal deverá corresponder à conclusão da fase inicial da edificação da igreja. A fachada, de linhas simples, apresenta um nicho maneirista sobre o portal, sendo rematada por um frontão triangular, onde se inscrevem as insígnias papais. Já no século XIX o templo foi alvo de várias intervenções, entre as quais o revestimento cerâmico que cobre a totalidade da fachada.

No interior, existe revestimento azulejar de diferentes épocas e padrões, mas relativamente comuns no contexto da azulejaria do século XVII.



Edifício na Av. Dr. Lourenço Peixinho, 154-156, gaveto com a R. Engº Oudinot, 7-11

Portaria n.º 182/2013, DR, 2ª Série, n.º 67 de 5/04/2013; ZGP (50 m)

O projeto data de 1923 com autoria de Jaime Inácio dos Santos.

A sua localização em gaveto é reforçada pela introdução de um torreão circular com cúpula escamada. Revela, num certo ecletismo, apontamentos neoclássicos, no frontão superior com decoração de inspiração clássica, do mesmo repertório formal dos azulejos policromos que encimam a entrada principal.



Edifício Testa & Amadores

Portaria n.º 228/2013, DR, 2ª Série, n.º 72 de 12/04/2013; ZGP (50 m)

Foi construído para receber um dos mais antigos estabelecimentos comerciais de Aveiro, *Testa & Amadores*, fundado em 1922.

O prédio de gaveto conserva ainda no frontão da fachada/platibanda elevada a inscrição enquadrada por ornatos fitomórficos. Linguagem eclética, com painéis de azulejos de motivos florais, converteu-se numa referência simbólica do movimento Arte Nova em Aveiro.

CONJUNTO DE INTERESSE PÚBLICO



Conjunto arquitetónico constituído pelos imóveis sitos na Av. Dr. António Lourenço Peixinho, 64 a 88
Portaria n.º 97/2014, DR, 2ª Série, n.º30 de 12/02/2014; ZGP (50 m)

Os edifícios da antiga "Casa Paris", "Ourivesaria Matias" e antigo "Café Avenida" denotam uma decoração de cariz geométrico, de linhas retas e sem muitos pormenores decorativos, características próprias da arquitetura Art Déco que se sobrepõem aos poucos elementos curvilíneos da Arte Nova.

Salientam-se as gradarias em ferro forjado, nas janelas de sacada, varandas e as cantarias e aventais dos janelões, com motivos florais.

IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL



Coreto do Parque Municipal D. Pedro V
Edital 92/2008 de 15 de Maio

De planta octogonal, com estrutura em ferro forjado sobre base de granito.

As decorações em ferro combinam elementos vegetais com pequenas arpas estilizadas, ambos de pendor Arte Nova.

A cobertura nervurada é rematada por delicados fragmentos, também em ferro.



Centro Comunitário da Vera Cruz
Edital 117/2004 de 15 de Julho

Construído no início do século XX, segundo um projeto atribuído ao arquiteto Francisco Silva Rocha, é um edifício de 3 pisos e águas fartadas, planta longitudinal, massa simples e cobertura em telhado de 2 águas.

No piso térreo salienta-se o revestimento a azulejo de cor verde escuro e uma janela redonda com moldura em cantaria.

O remate do edifício é com friso de azulejos com flores, intervalado por elementos de pedra imitando tríglifos. No interior não há vestígio de decoração da época.



Casa dos Areais
Edital 91/2008 de 15 de Maio

Este edifício pertencia à quinta do mesmo nome, que dispõe ainda de terrenos no lado oposto do arruamento.

Apresenta dois pisos, uma extensa varanda e patenteia a data de 1929 na fachada principal, a qual está encimada por um painel de azulejos.

Ainda segundo a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, a inventariação é um levantamento sistemático, atualizado e que se pretende tendencialmente exaustivo de todos os bens culturais que se considerem relevantes para a compreensão e construção de uma identidade, que seja, então, entendido como um instrumento de trabalho e de estratégia.

É neste contexto que surge a **Carta do Património**, uma inventariação que vem sendo feita e que compreende um conjunto de áreas temáticas em função dos bens patrimoniais de Aveiro: Edificado, Arte Nova, Património religioso, Património móvel, Património azulejar, zonas de sensibilidade arqueológica, Vestígios, Ria de Aveiro e Arte Pública.

Considera-se que o **Património Edificado** é constituído pelas construções cuja forma, aspeto e importância dependem da sua época, dos estilos arquitetónicos, do local e dos materiais da região, do tipo de construção, da sua finalidade e até das tradições locais., e poderá integrar vários *tipos*, sobretudo o património histórico - testemunhos do passado, com ou sem atividade no presente: mosteiros, sítios arqueológicos, muralhas, ruínas, etc., as casas de habitação, algumas construções de exploração agrícola - celeiros, palheiros, espigueiros, construções temporárias, etc., as construções destinadas às atividades artesanais e industriais - fábricas, moinhos, etc. e construções de utilização coletiva - edifícios que desempenham ou desempenharam um papel ao serviço da coletividade: igrejas e lugares de culto, edifícios municipais, escolas, mercados, fontes, lavadouros, infraestruturas desportivas, clubes, sociedades recreativas, etc.

No século XVII a descrição do Padre Cristóvão de Pinho Queimado, in Memória sobre Aveiro refere:

“Correspondem a estes edifícios com que a vila se enobrece as casas sumptuosas dos particulares, quase todas, dizem os antigos, feitas de pedra que lhes veio do mar, pois não se achavam pedreiras tão perto pela terra: as dos vulgares por branqueadas e vistosas, as dos nobres com frontispício de sacadas (...)”.

Encontram-se ainda diversas descrições noutras referências bibliográficas: *“(...) uma outra das suas lindas casas do fim do século XVIII, de escada exterior com patim alpendrado, como a da Granja, a do Carril, a do Carmo, a do Seixal, a do morgado de Vilarinho(...)”* (Luiz de Magalhães, A Arte e a Natureza) e *“(...) da casa rural, característica da nossa região, e que se distingue imediatamente pelo largo e alto portal de entrada, para a carroça, ficando de um lado a habitação, do outro arrumos e gado, já muito poucos espécimes existem em Aveiro, que foi, durante séculos, farta de quintas e produtos agrícolas. E as habitações dos pescadores e marnotos (da Beira-Mar), de que, felizmente, há exemplares notáveis, particularmente na freguesia da Vera-Cruz, com ruas dignas de serem «tomadas» por interesse concelhio, dada a fragilidades dos materiais de construção, as suas reduzidas dimensões, harmonia das fachadas e equilíbrio existente entre elas, impõem-se por si próprias(...) (Não confundir com os «palheiros» - outro tipo de arquitetura popular, bem característico em vias de desaparecer totalmente)”* (Amaro Neves, Aveiro- silhuetas do tempo que passa, ,1985)

No que concerne aos designados **palheiros/armazéns de sal**, efetivamente, poucos são já os testemunhos desta técnica construtiva, significantes de uma cultura e atividades económicas que se vêm transformando e perdendo.

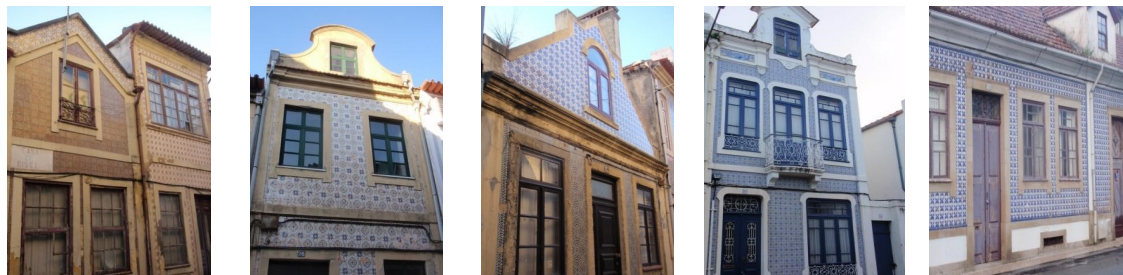


Na cidade e nas zonas rurais subsistem ainda, exemplos marcantes de construção e arquitetura ditas tradicionais.

A existência de terrenos argilosos e a conseqüente presença de várias indústrias de cerâmica em Aveiro está patente nas várias opções de construção e sobretudo de revestimento.

Os edifícios são construídos em adobe, um tijolo de terra /argila, água e palha, moldado por processos artesanais ou semi-industriais, em que as paredes devem ser revestidas para uma maior durabilidade. Por isso, o revestimento azulejar acompanha as diversas épocas e as mudanças de estilos arquitetónicos.

Salientam-se as tipo morfologias dos bairros do Alboi e Beira-Mar em que as casas são térreas ou de dois pisos e sótão, com platibanda recortada, feitas em adobe, revestidas a azulejos, por vezes, com molduras em pedra nas janelas e porta.



Nas zonas mais rurais o azulejo também está presente e marca a diferença entre a casa de habitação e as dependências agrícolas.



O reconhecimento internacional do património de **Arte Nova** em Aveiro é dado pela sua integração na rede internacional de cidades "Réseau Art Nouveau Network", onde se incluem Barcelona, Bruxelas, Budapeste, Glasgow, Helsínquia e Havana.

Registando algumas influências internacionais deste movimento, Aveiro evidencia, contudo, singularidades locais, tirando partido da produção artística de azulejo das fábricas existentes no início do séc. XX – Cojo, Fonte Nova, Aleluia, entre outras.

Os Arquitectos/autores que nesta época se destacam são Francisco Silva Rocha, Ernesto Korrodi e ainda José de Pinho e Jaime Inácio dos Santos.

Desde 2004 tem sido feita maior divulgação destes edifícios com traços Arte Nova e do seu valor cultural e realizado obras de preservação em alguns deles, sendo que, a aquisição pela Câmara Municipal, da Casa Major Pessoa, que culminou na sua recuperação e reabilitação para instalação de um museu nesta temática, têm tradução na valorização estratégica deste património.

De realçar a criação da **Rota Arte Nova**, cuja divulgação é feita também a partir dos meios do Turismo de Portugal – Centro (<http://www.visitcentrodeportugal.com.pt/pt/rota-da-arte-nova-aveiro/>), e que inclui os seguintes edifícios:

1. **Casa do Rossio** (Largo do Rossio, n.º 3-4)

Construído em finais da década de 1920. Distinguem-se as janelas em pedra, de moldura recortada e ondulante, varanda de ferro, tetos estucados e portadas com vidros coloridos.

2. **Casa do Major Pessoa** (Rua Barbosa de Magalhães, n.º 9-11)

Ex-líbris da Arte Nova aveirense, concluído em 1909 está atribuído Ernesto Korrodi e Silva Rocha.

A profusão decorativa (flores, animais e formas curvilíneas estilizadas), quer ao nível das cantarias, quer da azulejaria ou da serralharia artística, faz das suas fachadas um reflexo de ritmo e vivacidade. Alguns dos painéis azulejares são da Fábrica da Fonte Nova, assinados por Licínio Pinto e datados de 1907. No interior realça-se a escadaria de ferro forjado, em espiral.

3. Casa dos Ovos Moles (Rua João Mendonça, n.º 24-25)

Edificada em 1923, projeto atribuído a José de Pinho, destinava-se, inicialmente, a barbearia e consultório médico. No piso superior sobressai a elegância curvilínea das janelas, com os seus varandins de ferro forjado e os apontamentos florais que pontuam toda a fachada.

4. Museu da Cidade (Rua João Mendonça, n.º 11-13)

Data de construção desconhecida. Estrutura imponente em pedra, com uma fachada exuberante dominada pela grande varanda com um mascarão de mulher, que termina numa delicada mansarda. A decoração articula motivos florais de pedra com o ferro trabalhado das guardas de janelas e varandas.

5. Antiga Cooperativa Agrícola (Rua João Mendonça, n.º 5-7)

Os azulejos pintados à mão são oriundos da Fábrica da Fonte Nova datados de 1913, juntam-se na fachada ao ferro e ao lavrado curvilíneo da pedra de Ançã.

6. Pensão Ferro (Rua Tenente Resende, n.º 30)

Foi projetada em 1909 por Silva Rocha para habitação e serralharia. É representativa da simbiose entre o ferro, o vidro, a pedra e o azulejo. Sobressaem os relevos inscrevendo ferramentas próprias desse ofício e com as palavras Honor e Labor.

7. Farmácia ALA (Praça Melo Freitas)

Apresenta arcos abatidos em cantaria, azulejo em cor azul, remate em mansarda. Albergou os Armazéns do Chiado.

8. Monumento à Liberdade (Praça Melo Freitas)

Desenhado por Korrodi, sob a forma de obelisco, foi inaugurado em 1909, por ocasião das comemorações do 1º centenário do nascimento de José Estêvão. O monumento relembra ainda outras personalidades locais que deram a vida pela causa do Liberalismo.

9. Edifício dos lírios (Rua Antónia Rodrigues, n.º 87)

Marcado pelos painéis de azulejo representando lírios sobre fundo amarelo, produzidos na Fábrica da Fonte Nova, em 1912, e assinados por Licínio Pinto.

10. Edifício das Quatro Estações (Rua Manuel Firmino, n.º 47-49)

Construção de 1922. Os quatro painéis evocativos das estações do ano, em cor azul, surgem envoltos em cercaduras policromas. Pelo seu valor intrínseco, a fachada foi preservada e inserida na intervenção contemporânea.

11. Residência de Francisco Silva Rocha (Rua do Carmo, n.º 12-14)

A data de 1904, inscrita sobre a janela da mansarda, coloca-a entre as primeiras edificações desta corrente em Aveiro. As decorações vegetalistas das molduras curvas das varandas e janelas de pedra unem-se às estruturas de ferro, com painéis de azulejos em que as composições de enlaçados e flores predominam.

12. Edifício Pompeu de Figueiredo (Rua do Carmo, n.º 35)

Atribuído a Silva Rocha, destaca-se a associação entre o azulejo verde retangular biselado e as cantarias em calcário que emolduram os vãos e delimitam a fachada.

13. Bar «Arte Nova» – Hotel As Américas (Rua Eng. Von Haff)

Habitação edificada entre 1908 e 1910. Distinguem-se as formas estilizadas e geométricas representando elementos florais, na cantaria, serralharia, azulejo. No interior subsistem uns tetos da época de construção.

14. Edifício Francisco Rebelo dos Santos (Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 146)

Projeto atribuído a Silva Rocha de desenho bastante estilizado: molduras em cantaria, varanda de forma bojuda e azulejos de motivos florais datados de 1911 da Fábrica da Fonte Nova.

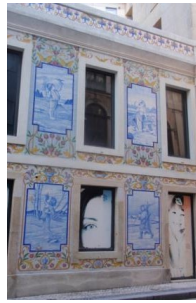
15. Centro Comunitário da Vera Cruz (Rua de Sá, n.º 3-4)

Projeto atribuído a Silva Rocha. Sublinha-se o desenho das cantarias, o azulejo de pastilha em cor verde, e a figura feminina que, em relevo, emerge sobre a janela da mansarda.

- 16. Antiga Capitania do Porto de Aveiro – Assembleia Municipal (R.Viana do Castelo, n.º 37)**
De moinho de maré já conhecido no século XV até à função de Assembleia Municipal que hoje detém, é por todos conhecido como Capitania do Porto de Aveiro. Em 1903 com desenho de Francisco Silva Rocha nele se instalou a Escola de Desenho Industrial. Cerca de 1918, reformulam-se as janelas e é acrescentado um torreão, o varandim e um friso de azulejos, da Fábrica da Fonte Nova. É com estes pormenores que o edifício ganha cariz Arte Nova e que manterá por todo o século XX.
- 17. Sapataria Miguéis (Rua de Coimbra, n.º 1-3)**
Remodelado em 1918, marca pela elegância das molduras das portas e vitrinas de pedra esculpida com grinaldas e mascarões. A fachada voltada à Ponte-Praça assume uma linha muito mais geométrica e estilizada que denuncia já tendências Art Déco.
- 18. Edifício Florentino Vicente Ferreira (Rua José Rabumba, n.º 26-28)**
Exemplo da conhecida parceria entre Silva Rocha e Ernesto Korrodi foi edificada em 1907. Sobressaem o desenho das cantarias de linhas estilizadas, o revestimento a azulejo em cor verde, a serralharia artística.
- 19. Fundação João Jacinto Magalhães – Universidade de Aveiro (R.José Rabumba, n.º 56-58)**
Projeto de Silva Rocha, entre 1908 e 1910, para residência do Dr. Peixinho. Dos materiais que compõem a fachada salienta-se o azulejo, a serralharia rendilhada em ferro, as cantarias em granito e o revestimento das águas furtadas a xisto. No interior: escadaria em ferro com motivos florais; vitrais coloridos; tectos estucados; lambris de madeira com apontamentos em azulejo avulso; loiças sanitárias decoradas e peças de mobiliário, representativos dos ambientes da época e do gosto burguês do início do século XX.
- 20. Edifício da Antiga Garagem (Rua Capitão Sousa Pizarro, n.º 60)**
Desenhada por Ernesto Korrodi, resume-se, atualmente, à fachada do edifício, solta da estrutura moderna como peça autónoma, que vale por si própria, como se de uma escultura se tratasse.
- 21. Coreto do Parque Municipal D. Pedro (Parque Municipal D. Pedro)**
Construído cerca de 1905 segundo desenho atribuído ao Eng. Araújo e Silva, constitui um dos poucos exemplos da Arquitetura do Ferro em Aveiro. O destaque vai para a decoração dos frisos e remates de pilares que suportam a cobertura octogonal.
- 22. Edifício da Casa Amarela (Av. Araújo e Silva, n.º 30)**
De autor desconhecido, distingue-se pelas cantarias.
- 23. Fontanário das Cinco Bicas (Largo das Cinco Bicas)**
Datado da última década do século XIX, formou com outros quatro fontanários a rede de abastecimento de água a Aveiro.
- 24. Tribunal de Menores (Rua Eça de Queirós, n.º 13-15)**
Desenhado por Jaime Inácio dos Santos, em 1918, para residência de João Machado. Associa o granito, aplicado nas cantarias do imóvel e no muro exterior, a serralharia de desenho fluído e o azulejo de padrão foral no friso de remate. No interior salienta-se um teto em estuque alusivo à arte musical.
- 25. Antiga Sapataria Leitão (Gaveto Rua Eça de Queirós, n.º 1-3 e Av. Santa Joana)**
Projetado por Jaime Inácio dos Santos em 1922, tem na decoração azulejos da Empresa de Loiças de Aveiro, datados de 1927. De relevar também as cantarias em granito.
- 26. Testa & Amadores (Gaveto Rua Eça de Queirós, n.º 2 e Av. Santa Joana)**
Demarca-se pela azulejaria de desenho de elementos florais estilizados, que reveste todo o piso térreo e que, formando um friso, remata a fachada.
- 27. Antigo Hospital de Aveiro (Av. Artur Ravara)**
Autoria de Silva Rocha, o antigo hospital foi construído ao longo das duas primeiras décadas do século XX. A sua notoriedade ao nível da Arte Nova inscreve-se em pequenos pormenores decorativos e na aplicação de vitrais.



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5



- 6
- 7
- 9
- 10
- 11



- 12
- 13
- 14
- 15
- 16



- 17
- 18
- 19
- 20
- 21



- 22
- 24
- 25
- 26
- 27

As referências da época do modernismo refletem as intervenções públicas do século XX, no caso dos estabelecimentos de ensino (liceus e escola primária da glória da autoria do arqtº Carlos Loureiro), igualmente, estão patentes em edifícios privados nas avenidas “burguesas”- Dr. Lourenço Peixinho, 25 de Abril, Dr. Mário Sacramento.

As novas técnicas construtivas permitem aumento de cêrceas e a linguagem é caracterizada por um depuramento na composição da fachada e utilização de elementos geométricos na decoração.



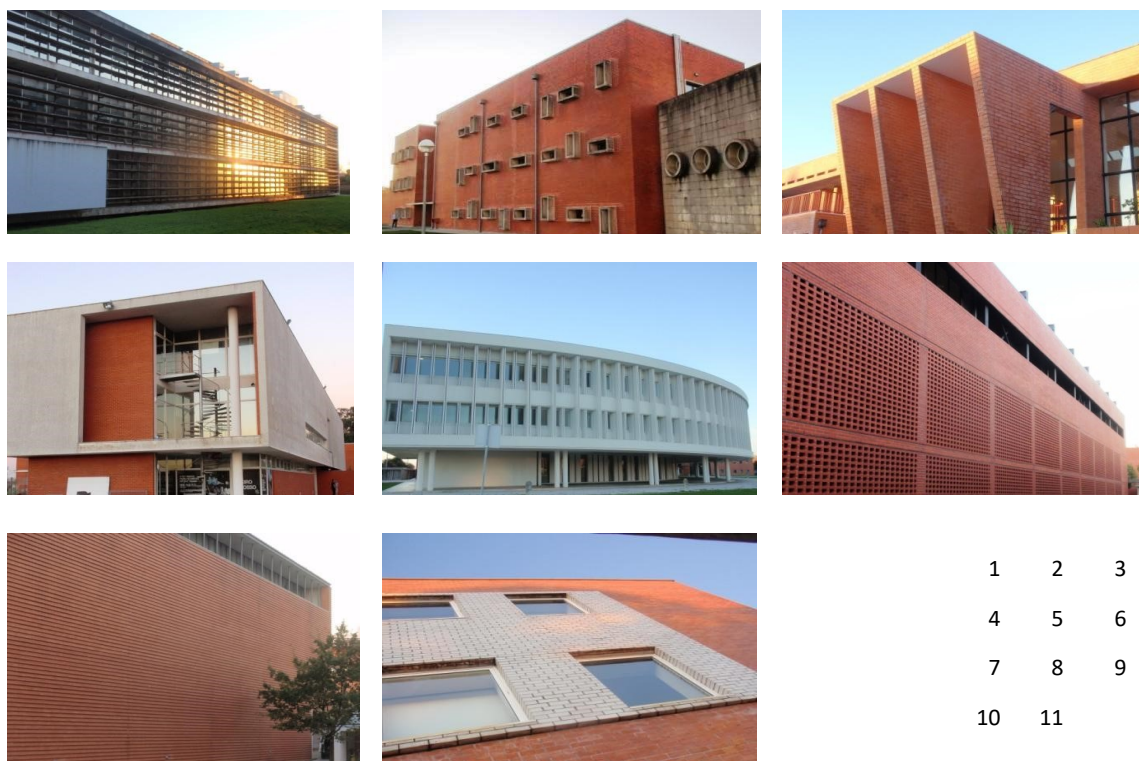
Fonte : <https://www.google.pt/maps/@>

A arquitetura contemporânea adquire significado de excelência no **Campus Universitário**, cujo plano de ordenamento foi coordenado pelo Arqtº Nuno Portas e concretizado pelos edifícios da autoria de arquitetos de diferentes gerações e de renome internacional, que anualmente são visitados por centenas de especialistas nacionais e estrangeiros.

Entre outros, salientam-se: Siza Vieira (Depósito de Água, Biblioteca - foto1, Serviços de Documentação), Gonçalo Byrne e Manuel Aires Mateus (Edifício Central e da Reitoria –foto 2 e Cantina e complexo de refeitórios), Nuno Portas e Joaquim Oliveira (Livraria e sala de exposições–foto 3), Eduardo Souto Moura (Departamento de Geociências – foto 4), Alcino Soutinho (Departamento de Engenharia Cerâmica e do Vidro), Carrilho da Graça (Ponte pedonal sobre o Esteiro de S. Pedro), Krol de Carvalho (Departamento de Comunicação e Arte – foto 5), Lopo Prata (Jardim infantil e creche – foto 6), João Almeida (Pavilhão polidesportivo e Casa do estudante – foto 7), Vitor Figueiredo (Complexo pedagógico – foto 8), Adalberto Dias (Departamento de Engenharia Mecânica e de Engenharia Civil – foto 9,10 e residências), Pedro Ramalho (Departamento de Gestão – foto 11).

“ O aspeto físico da Universidade modificou o semblante da cidade de Aveiro de uma forma equilibrada e segundo uma componente horizontal que é tendência da região (laguna e planície envolvente), privilegiando um material típico do litoral, a argila, o que deu ao Campus o colorido tão característico do tijolo e da tijoleira. (...) Obtém-se assim a harmonia e a qualidade que se reconhece ao Campus(...) Desta forma, estabelece-se um compromisso entre a qualidade das estruturas construídas e a manutenção de uma componente utilitária e funcional conseguida com um intenso apetrechamento científico e tecnológico.” (Rota da Arquitetura I Rota da Luz)





3.3.3 ARQUEOLOGIA

Dentro do conceito global de arqueologia, sublinham-se algumas referências específicas a determinados elementos, com as quais se pretende evidenciar as suas potencialidades como testemunhos históricos da estruturação do território e da ocupação humana.

A toponímia – *designação dos lugares pelos seus nomes*, constitui uma fonte de informação que ajuda a compreender os espaços e as formas de ocupação ao longo do tempo. No concelho de Aveiro os **topónimos** existentes evidenciam características geográficas do terreno, estruturas viárias (pontes e caminhos), práticas e atividades agrícolas, povoamentos. Saliente-se os que apontam para um povoamento pré-histórico, que aludem a construções funerárias e se situam na área mais oriental do concelho: são os casos de Mamoá das Pegas, Mama Rasa - Eixo, Mamoá – Eirol, Moita da Mamoá – Oliveirinha e Mamodeiro na antiga freguesia de Nossa Senhora de Fátima, topónimo que aparece nas inquirições de D. Dinis de 1287 e que também dá nome ao lugar.

A **mamoá de Mamodeiro**, de planta elíptica, é um sítio arqueológico entre os 5 mil e os 6 mil anos de idade, testemunhando a ocupação e estabelecimento de um assentamento humano desde o período Neolítico”. Os trabalhos de prospeção iniciaram-se em 1942 e ocorreram mais três campanhas arqueológicas, em 1992, 1993 e 1994, nas quais foram recolhidos fragmentos de lamelas em sílex, um fragmento de machado polido e alguns fragmentos cerâmicos.

A presença romana é atestada por diversos achados arqueológicos em várias freguesias: nas Agradas e na rua das Quintãs em Aradas, na Rua da Agra em Vilarinho-Cacia, Cabeço e Barreiro nas Quintãs-Oliveirinha. Na freguesia de Eixo, em 1985, foi casualmente descoberto um **forno de produção cerâmica** na Costa das Ribas e anos mais tarde, outro no lugar de Alagoela.

“Os dois fornos, que laboraram há mais de mil e quinhentos anos, situavam-se, nessa altura, à beira de uma linha de água, precisamente na margem sul do estuário oceânico que se alongava até ao Marnel. Tal circunstância proporciona tanto a captação da água necessária para preparar a produção dos materiais, como o escoamento dos produtos fabricados em transporte marítimo ou fluvial”. (João Gonçalves Gaspar,2015)

No início da década de 2000, na intervenção arqueológica efetuada nos locais **Marinha Baixa** e **Torre**, em Cacia, foram encontrados vestígios datados dos séculos IV até ao VI, assentando na hipótese de implantação geográfica na linha de costa junto à foz do rio Vouga. “Em função dos dados disponíveis, é possível traçar uma diacronia de ocupação do sítio definida em duas fases (...) caracterizadas (...) com toda a probabilidade, a uma ocupação continuada da Marinha Baixa enquanto área industrial localizada na periferia do Sítio da Torre.” (Alexandre Sarrazola, Inês M.Silva, POTOR, Relatório final, 2006)

A **Agra do Crasto** é também um sítio arqueológico com grande dimensão territorial e de relevância científica reconhecida, face à possibilidade de identificação de algumas estruturas associadas ao povoado e à natureza dos vestígios identificados (fragmentos de cerâmica de fabrico manual de apreciáveis dimensões) que apontam para a Idade do Bronze.

Há ainda a destacar um vasto espólio arqueológico proveniente do **meio aquático**, onde sobressaem fragmentos de cascos de navios em distintos naufrágios, datados do século XIV e da primeira metade do século XV.

*“A cidade e o concelho revelam testemunhos de um passado relativamente recente, com os indícios de povoamento a remontarem aos finais da Idade Média e, grosso modo, a recuarem aos séculos XVII e XVIII” (Divisão de Museus e Património Histórico). O destaque maior é para os panos das **muralhas**, cuja leitura ainda se infere dos traçados urbanos, mas cujos vestígios são escassos.*



Figura 23- Identificação das muralhas



Figura 24 – Formas de açúcar

<https://uaonline.ua.pt/pub/detail.asp?c=39041>

Também na Baixa de Santo António, numa área contígua à referida muralha medieval e que integrava a cerca do convento de Santo António, são visíveis, em muros, algumas formas de pão de açúcar (Figura 19) que foram usadas como estruturas de enchimento.

Em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico, torna-se importante a inventariação das zonas sensíveis e dos sítios, enquadráveis na Carta do Património, para as quais se revela imprescindível o acompanhamento arqueológico sempre que se registem intervenções e remoções de solos.

Inscrevem-se neste âmbito, desde logo, todas as **igrejas e capelas** construídas em data anterior a 1835, aquando da publicação de legislação que proibiu as inumações nos seus interiores, bem como nas suas imediações: os adros eram utilizados como áreas de enterramentos, sendo que todas as intervenções que impliquem revolvimento de solos deverão ter condicionamentos nos termos da legislação em vigor.

Os **sítios arqueológicos** inventariados e constantes no Património Arqueológico (Endovélico) da DGPC (Direção Geral do Património Cultural), que dispõem de Código Nacional de Sítio, são os seguintes:

Designação	CNS	Tipo de Sítio	Concelho/Freguesia
"Primeiro Navegante" (1946) - Aveiro	23832	Naufregio	Aveiro
"Tuscarora" (1873) - São Jacinto (Aveiro)	23811	Naufregio	Aveiro/São Jacinto
Agra do Crasto	18957	Povoado	Aveiro/Aradas
Aveiro - Convento de Santo António	15469	Convento	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Convento do Carmo	32791	Convento	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Gaveto Av Araújo Silva e Av Santa Joana	33795	Olaria	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Muralhas	15032	Muralha	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Praça Marquês de Pombal	14719	Convento	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Rua Homem de Cristo Filho, n.º 25	31145	Cidade	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Aveiro - Travessa do Rossio n.º 1	36247	Edifício	Aveiro/Glória e Vera Cruz
Barra de Aveiro - Sino e Canhão	22881	Achado(s) Isolado(s)	Aveiro
Eixo	7315	Forno	Aveiro/Eixo e Eirol
Eixo 2	19217	Forno	Aveiro/Eixo e Eirol
Gran Caravela - RAV	28522	Navio	Aveiro
Igreja de Esgueira	10519	Lage Sepulcral	Aveiro/Esgueira
Lota Antiga - Ria de Aveiro	26680	Achado(s) Isolado(s)	Aveiro
Mamodeiro	1454	Mamoia	Requeixo, NSFátima e Nariz
Marinha Baixa	15340	Complexo Industrial	Aveiro/Cacia
Mosteiro de Jesus/Museu de Aveiro Stª Joana	10518	Mosteiro	Glória e Vera Cruz
Requeixo - Aveiro	24276	Casco	Requeixo, NSFátima e Nariz
Ria de Aveiro B - 1	24274	Casco	Aveiro
Ria de Aveiro C / Ria de Aveiro 3	23952	Achado(s) Isolado(s)	Aveiro
Ria de Aveiro D / Ria de Aveiro 4	24307	Casco	Aveiro
Ria de Aveiro H ou Barco da telha	24312	Naufregio	Aveiro
Rio Vouga Sul	14986	Estação de Ar Livre	Aveiro/Eixo e Eirol
Torre	997	Povoado	Aveiro/Cacia
Vale de Videiras 1	2582	Estação de Ar Livre	Aveiro/Eixo e Eirol
Vale de Videiras 2	16884	Estação de Ar Livre	Aveiro/Eixo e Eirol

Quadro 38 - Sítios Arqueológicos
Fonte : <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Na cidade são identificadas duas categorias de **sensibilidade arqueológica**, dando-se realce à designada como elevada. Partindo da delimitação do “centro histórico”, a zona de sensibilidade elevada engloba o espaço interior da muralha tardo-medieval, o eixo da Rua do Gravito-Rua do Carmo-Rua de Sá, a Praça Melo Freitas-Largo da Apresentação, a Avenida Santa Joana, a Baixa de Santo António e a área de Santiago-Agra do Crasto.

Acrescem ainda a estas zonas de sensibilidade os seguintes espaços urbanos: área portuária de Aveiro (antiga Iota, Canal Central, Canal das Pirâmides, Cale da Vela e Cale da cidade), Bairro do Alboi, antigo Bairro das Olarias, áreas de instalações industriais, antigas instalações conventuais e militares, antigos adros de igrejas matrizes, bem como as áreas envolventes dos Sítios conhecidos e com Código Nacional de Sítio e locais onde a toponímia revele indícios arqueológicos (por exemplo: Agrads do Crasto, Cavadas, Cabeço, Arroteias, Monte, Chão do Moinho, Boca do Rio Velho, Fonte Velha, Barreiro, Passadouro, Rasos, Carregal, Raso).

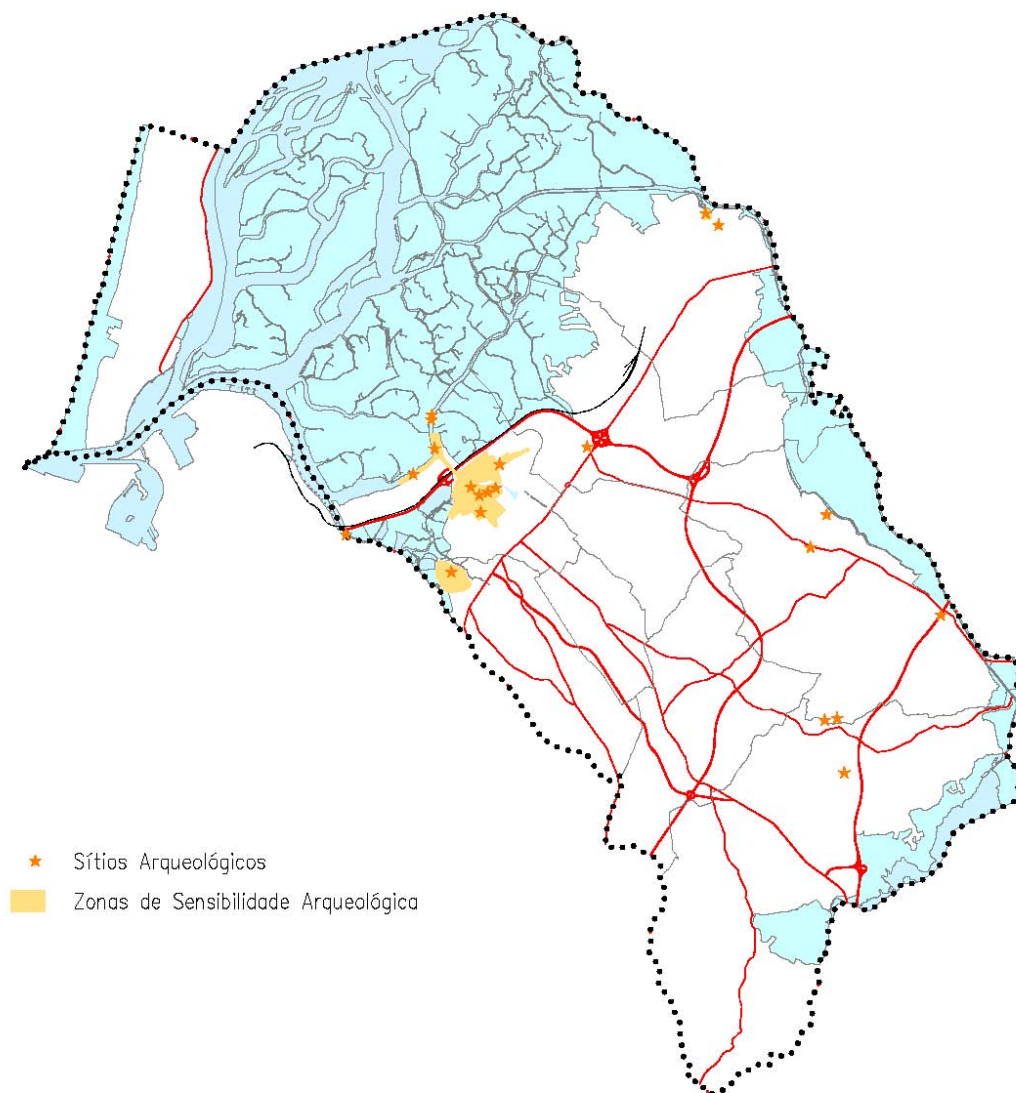


Figura 25 - Distribuição territorial dos sítios arqueológicos e zonas de sensibilidade arqueológica

A **arqueologia industrial** é também uma referência identitária de Aveiro, na produção cerâmica. Inscrevem-se aqui as pequenas unidades de produção manufatureira e as que testemunham uma época de produção nos séculos XIX e XX e que contribuíram para o desenvolvimento urbano, económico e social da região, valorizado nas propostas do plano diretor da cidade (1964) (Figura 22). Em alguns destes edifícios ainda é possível perceber estas funções.

Referencia-se a fábrica Jerónimo Pereira Campos, reabilitada e à qual foi dado uma nova função as novas técnicas de construção e os traços modernistas que deram corpo à nova tipologia de edifícios. Entre outros nomes, identificam-se as Faianças S. Roque, a Fábrica de Louça da Fonte Nova, Fábrica de Louça

Fina do Cojo, Fábrica de Louça dos Santos Mártires, Empresa de Louça e Azulejo, Empresa Olarias Aveirense, Vitória & Irmão, Fábrica da Pinheira, Empresa Cerâmica da Fonte Nova, Empresa Cerâmica Vouga.

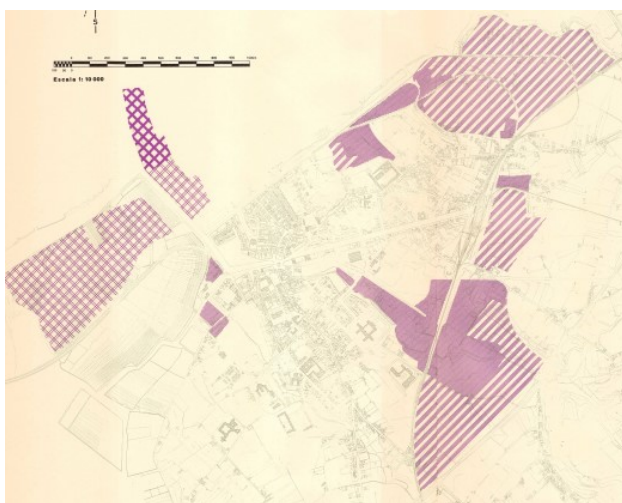


Figura 28 – Conjunto de zonas - Indústria e artesanato



Figura 26 - Fábrica Jerónimo Pereira Campos



Figura 27- Antiga Fábrica Aleluia

4. A OCUPAÇÃO

4.1 A HISTÓRIA

As origens dos povoados no território municipal encontram-se sempre associadas à água, aos rios, à sua navegabilidade, interligando os vales mais interiores ao mar, através da laguna e, conseqüentemente, às inerentes potencialidades económicas desse posicionamento geográfico.

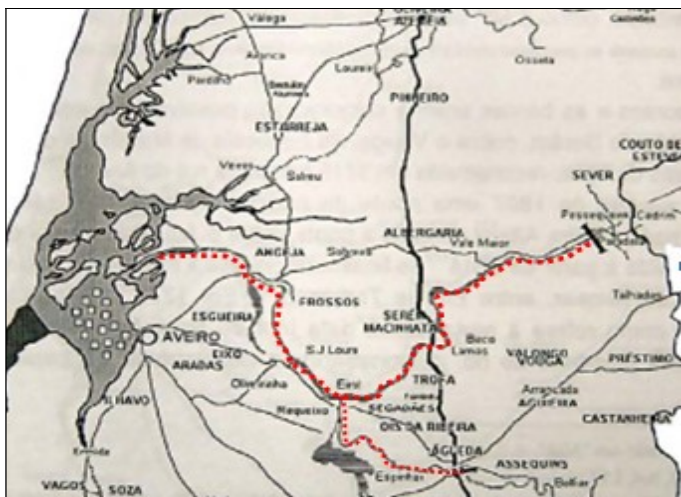


Figura 29 – Navegabilidade do Rio Vouga (Fonte: Viver e morrer no antigo território de Eixo , F.Ferreira, 2005)

Os historiadores defendem, pelos vestígios e achados, que a romanização da bacia do Vouga foi intensa e que haveria trocas comerciais nos povoados existentes, com localização privilegiada face à linha de costa recuada e associada à navegabilidade do sistema lagunar: em Aradas (pelo braço do esteiro de S. Pedro), depois ao longo do rio Vouga, em Cacia, em Eixo, pois navegava-se para além de Almeir (no limite do concelho) até Pessegueiro (Sever do Vouga) e pelo rio Águeda até ao Marnel.

Em termos históricos, na Idade Média e no atual território, podem referenciar-se na proximidade de Aveiro o concelho de **Eixo**, o de **Aradas** e o de **Esgueira**.

EIXO é uma povoação muito antiga e terá tido origem em três lugares: a Sul, o lugar de Arrujo, a Norte, Alagoela e Senhora da Graça e o último, na zona central, onde se encontra a atual Igreja Matriz.

Segundo alguns estudiosos, o topónimo Eixo (Exo), estará associado a uma origem céltica - exe "água", apoiada na presença de substratos pré-romanos na toponímia da zona, como "Arrujo" ou "Balsa", que favoreceriam esta hipótese.

A primeira alusão documental a Eixo é feita num documento datado do ano 1050. Posteriormente, há referências em doações feitas por D. Afonso Henriques, em inquirições para confirmar propriedades, ordenadas por D. Afonso II, nos registos de passagem por Eixo em 1372 aquando da viagem de D. Fernando a caminho de Leça do Bailio para o seu casamento com D. Leonor Teles.

Eixo foi concelho por volta dos séculos XII/XIII, tendo recebido foral novo de D. Manuel, em 1516, e chegou a agregar muitas das atuais freguesias vizinhas.

Foi sede de um almoxarifado, ligado à Casa de Bragança, que aqui possuía uns paços velhos com um celeiro, horta e vessada, que lhes serviam de quintal (...) servindo o celeiro para o recolhimento de foros e rações, (...) uma capela contígua da invocação de S. Jerónimo" (J.G.Gaspar, Eixo na História).

Atualmente, ainda existe um edifício conhecido por essa designação que, pese embora a sua traça original estar alterada, revela ser de construção muito antiga.

Após 1755 (data do grande terramoto), o levantamento que foi efetuado pela paróquia dava conta de cerca de 750 fogos neste território.

Em 1829, "por ameaçar ruína, foi demolida a velha casa dos paços do concelho de eixo, sita no largo do Pelourinho, que tinha um andar sobradado; nela estavam instalados o tribunal, e no rés-do-chão, a cadeia." (J.G. Gaspar, Eixo na História)

Subsistem na sua malha muitos edifícios "sobradados" cuja composição arquitetónica revela a notoriedade dos proprietários e a importância do lugar.



Figura 30- Casas sobradadas (Fonte: João G. Gaspar, Eixo na História)

A importância do lugar, num contexto territorial mais alargado, é dada também pelo facto de, desde Outubro de 1855, "no dia 3 de cada mês" se realizar uma feira de gado vacum e suíno (Leal, 1874). As suas indústrias de cerâmica, de cobre e de latão e a atividade cerâmica foram igualmente marcantes. Existem documentos onde se afirma que um escudeiro da princesa Santa Joana refere no seu testamento, de 1555, o fabrico de telha na Vila de Eixo. Curiosamente, no núcleo central do aglomerado, existe ainda uma fábrica de chicória que vem tendo outras "adaptações" e que importaria preservar sob o ponto de vista da arqueologia industrial.

O concelho é extinto em 1854, por execução do decreto de 31 de dezembro de 1853, mantendo, contudo, a categoria de vila, que em 1989 é novamente oficializada.

ARADAS foi concelho com foral outorgado pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em Agosto de 1181, e em 1836 passa a ser incorporada no concelho de Aveiro.

Segundo a documentação disponível, terá origem a partir dos finais do século XII, e terá sido resultado da junção de duas povoações medievais, a "Arada de Baixo" e a "Arada de Cima": " a villa de Erada de jusana et de susana, na letra da inquirição de Afonso II, datada de 1220, povoados que integraram o pequeno concelho medieval. A "vilam quae vocatur Heerada" foi doada em 1131 ao mosteiro de Santa Cruz de

Coimbra, pelo seu proprietário João Mides. A pequena importância do lugarejo ressalta da carta de foro que o novo senhor concedeu em 1181 aos "*hominibus nostris de Erada*", no qual, em meia dúzia de linhas, se alinhavam os foros a pagar: um oitavo da produção de cereais, vinho, linho, cebolas, alhos e legumes produzidos em terras arroteadas de novo" (Madaíl, 1959: 24).

Era, pois, uma área de terrenos férteis e com boas fontes e que dispunha de acesso fácil à Cale da ria de Aveiro. "*A propriedade das terras (...) criando-se deste modo Morgadios e Quintas de gestão latifundiária, que na maior parte dos casos seriam propriedades de segunda residência deixadas aos cuidados de caseiros e criados. (...) Durante o séc. XVI, XVII e inícios de XVIII, as designações nos emprazamentos ou contratos de compra e venda destas propriedades anteriormente consideradas "vales, matos e pinhais" não arroteados se modificam gradualmente para "quintas e casais", consequência destas benfeitorias que se foram operando e funcionalmente organizando"*. http://diocese-aveiro.pt/paroquiaaradas/?page_id=226

Muitas destas propriedades foram já assimiladas pela evolução dos aglomerados, outras têm ainda forte expressão territorial e mesmo cultural.

Listam-se, assim: a Quinta da Boa Vista, a Quinta da Torre (propriedade do conselheiro Joaquim José de Queirós; atualmente a casa é conhecida por Casa Eça de Queirós, pelo facto de o escritor, seu neto, ali ter vivido entre 1848 e 1855), a Quinta dos Loiros ou Loureiro, a Quinta do Canha (propriedade dos herdeiros

do Visconde de Valdemouro), a Quinta do Forte (Casa construída pelo Dr. Alberto Souto que hoje está adaptada às funções de Arquivo Distrital de Aveiro), a Quinta do Torreão, a Quinta do Ribeiro, a Quinta de São Tomé, a Quinta de Nossa Senhora da Oliveira, a Quinta do Casal (resta a capela integrada na área industrial da Extrusal), a Quinta da Medela (a casa data do século XVII) e, como ex-ibris da Aradas, a **Quinta de Nossa Senhoras das Dores**.

Data de finais do século XVII ou inícios do século XVIII, foi alvo de muitas alterações mas mantém alguns traços mais antigos; nela se realizou até início da década de 1970 uma romaria anual que atraía milhares de pessoas para pagar as promessas feitas a Nossa Senhora e ver o seu afamado fogo de artifício, tanto aéreo como fogo preso, tendo existido, inclusivamente, uma carreira especial de autocarro entre a estação da C.P e a Capela.

Justificando a importância de Aradas, refira-se a feira mensal que desde 1889 até finais da primeira metade do Século XX se realizava no Largo do Outeirinho, junto da Igreja Paroquial.

A produção e comercialização de cerâmica e de moagem de cereais foram crescendo desde o século XVI e marcam ainda este território, pese embora muitas fábricas tenham vindo a encerrar a atividade.

Segundo dados disponíveis no Inquérito Oficial de 1865, o concelho de Aveiro possuía 54 moinhos de água, 2 moinhos de vento, 17 lagares de vinho, 46 tearas, 1 forno de telha e tijolo e 34 olarias. Destas, 26 encontravam-se em Aradas.

Esta é uma zona muito rica em várias qualidades de barro. Na década de 30 do século XX havia, só nas freguesias de Aradas no lugar da Quinta do Picado dezanove olarias em funcionamento e nas décadas de 50 e 60 aparecem as "Faianças da Pinheira" e "Faianças da Capoa". A partir desta altura, as olarias começaram a desaparecer, pois as fábricas absorviam toda a mão-de-obra.

As ligações à Ria de Aveiro que sobressaem são na designada Malhada de S. Pedro e Malhada do Eirô. Na primeira existiu a Igreja de S. Pedro e respetivo cemitério paroquial, até cerca de 1866.

"A Malhada do Eirô foi, durante séculos, importante ponto de desembarque de passageiros, vindos do Norte, que pretendessem dirigir-se por estrada para Coimbra. (...) por volta de 1890, quando a Malhada era ponto de partida e chegada de cerca de 50 barcos da Freguesia de Aradas e mais alguns do Concelho de Ílhavo que andavam diariamente na Ria, na faina do moliço, na altura da inauguração do novo Cais o movimento de mercadorias era ainda intenso. Descarregava-se moliço, junco, balastros, paralelepípedos de granito e madeira para serrar. Carregava-se madeira em obra, telha, tijolos, adobes e produtos agrícolas locais" <http://diocese-aveiro.pt/paroquiaaradas/>

Estas ligações encontram-se mais “esbatidas” e deverão ser potenciadas através das intervenções da Universidade de Aveiro, nomeadamente quanto à qualificação do Esteiro de S. Pedro e promoção dos corredores ecológicos.

As origens de **ESGUEIRA** remontam também no tempo: as referências conhecidas mais antigas (Madaíl, 1959: 12) são Isgueira, em 1057, a villa [...] isgeira, em 1103 e mais tarde, em 1309, numa carta de D. Dinis, aparece já a forma "Esgueira".

A sua localização possibilitou que, até ao século XVII, tivesse um grande desenvolvimento através das atividades marítimas e da exploração de marinhas de sal; de todas elas resultou um concorrido e intenso comércio, ativo durante séculos. Aponta-se para a existência de um porto, pois foram encontrados esqueletos de embarcações de estrutura romana.

Tendo sido uma "vila" importante, foram-lhe concedidos três Forais: o primeiro pelo Conde D. Henrique em 1110, o segundo ampliando o primeiro, pelo Rei D. João IV em 1347 e o terceiro é o foral outorgado por D. Manuel I em 1515, com referências às marinhas de sal, às lezírias, aos maninhos e baldios.

Foi concelho a partir de 1528, com casa da câmara, juiz, vereação e pelourinho e era constituído pelas freguesias de Esgueira, Cacia, Navió e Palhaça.

No reinado de D. João III houve uma remodelação da divisão territorial, criando-se novas comarcas, entre as quais a de Esgueira, em 1533, constituída por 31 vilas, 10 concelhos e 1 couto. Em 1755 foi restaurada a comarca de Esgueira, passando então a ser composta por 27 vilas, 1 concelho e 1 couto. Com a remodelação administrativa de 1836, o concelho foi extinto e incorporado em Aveiro.

“Pertenceu ao Mosteiro de Lorvão, com oráculo a Santo André, presumindo-se que a igreja primitiva se situava fora do perímetro urbano da vila, em terrenos situados atrás da capela do Espírito Santo, e que hoje correspondem à envolvente da ex-EN109. No início do século XVII, com Filipe II, dá-se a sua transferência para o interior da vila no atual local. A data de 1650, patente na porta principal do templo, deverá corresponder à conclusão da fase inicial da sua edificação, pois acredita-se que esta terá sido elevada em época posterior “. (POLICARPO, Processo de Classificação, IPPAR/DRC, 2000).

Entre Aveiro e Esgueira localizava-se **SÁ**, um lugar de dimensão considerável, que pertenceu ao concelho de Ílhavo, pelo foral de D. Dinis em 1296 e que assim perdurou até 1835. Testemunho deste facto são ainda as ruínas de um moinho próximo da rua de Viseu.

Foi em Sá que, ainda no século XIII, se criou a instituição mais antiga de assistência social e apoio a enfermos – Confraria de Santa Maria de Sá, associada ao hospital que se localizava na rua da Vila Nova, com capela invocativa de Nossa Senhora do Hospital.

A referência mais antiga ao topónimo **AVEIRO** "Suis terras in Aluاريو et Salinas" é feita no documento de doação testamentária efetuada pela condessa Mumadona Dias, ao mosteiro de Guimarães, em 26 de Janeiro de 959.

A situação geográfica do território concelhio propiciou, desde muito cedo, a fixação da população, cuja atividade se relacionava com a salinagem, as pescas e o comércio marítimo.

Aponta-se no século XIII, ainda no reinado de D. Afonso, a elevação de Aveiro à categoria de **vila**. O desenvolvimento da povoação foi acontecendo à volta da igreja principal, dita de S. Miguel e situada onde hoje é a Praça da República. Ali se concentravam os mais importantes edifícios públicos – a Casa Municipal, a Albergaria de S. Brás (Hospital de Jesus Rei Salvador), a cadeia e a capela de St^o António dos presos. Em 1835, a Igreja de S. Miguel foi mandada demolir, alegando-se razões de higiene pública, devido ao mau estado de conservação, além de se evocar a necessidade de se proceder ao embelezamento do local.

Foi no início do século XV e após um enorme incêndio na cidade, que o Infante D. Pedro, então donatário de Aveiro, manda erguer as **muralhas** em seu redor, dotando-a de segurança e robustez e conferindo-lhe um estatuto e simbologia de nobreza.



“O recinto muralhado era assás pequeno, porque abrangia simplesmente um dos 4 bairros em que a vila estava dividida”, tinha uma estrutura irregular composta por vários torreões, quatro postigos e oito portas: a da vila (a sul, dando entrada na rua direita), a do Sol (para oriente), a do Campo, a do Cojo (ou cais), a da Ribeira (situada junto à costeira), a do Alboi (mais para sul), a de Rabães e a de Vagos (junto ao convento de St. António).

Já no século XIX, as muralhas foram demolidas, tendo sido utilizada parte das suas pedras na construção dos molhes da barra nova (entre 1805 e 1808). Dentro das muralhas *“Aí ficava a vila comercial, portuária, salífera, lá fora os campos, o modo de vida tradicional e rural”* (Gaspar,1997).

Figura 31 – Traçado das muralhas (planta da Vila de Aveiro, fins séc. XVIII)

Nesta cidade intramuros a estruturação é decorrente da localização das igrejas e dos vários conventos, da importância territorial face à dimensão das suas cercas: o Convento de S. João Evangelista das Carmelitas Descalças, associado à atual praça Marquês de Pombal, o Convento de Jesus e o Mosteiro de Santa Maria da Misericórdia de S. Domingos, entre a porta do Sol e a porta do Campo, a Santa Casa da Misericórdia que se veio a localizar em 1599 na rua Direita, a via mais importante do burgo.



Figura 32 – Planta da cidade – 1781

Fora das muralhas, refira-se o Convento de S. Francisco, junto à ribeira que atravessa a atual Baixa de Santo António até ao cais do Alboi e à via que, da porta de Vagos, saía em direção a Ílhavo e que, no século XIX, serve de base à atual rua Dr. Mário Sacramento.

O **Alboi** é um dos bairros que se desenvolve fora das muralhas, na designada cidade baixa, servido por um cais acostável de grande importância no contexto comercial da cidade e que atraiu e ajudou a fixar uma população de ingleses, holandeses e flamengos.

*“Para a parte boreal se vão estendendo, e levantando as ruas até ao bairro chamado de **Vila Nova**, por se unir com as quintas de alguns dos principais da terra, e chega por grande distância sem interrupção*

alguma à ermida de N. Senhora da Alegria, que suposto fique em Sá”⁶. A partir do século XVI, este núcleo urbano é constituído por uma população dedicada ao comércio e às atividades marítimas, ligadas ao pescado e à exploração do sal, com palheiros para o seu armazenamento e casas de dimensão reduzida, reflexo de um cadastro muito repartido, que se vai estendendo em ruas estreitas até ao canal de S. Roque.

Esta estrutura figura ainda hoje no bairro da **Beira-Mar**. A Vila Nova veio depois agregar a ocupação do eixo de ligação do lugar de Sá a Esgueira – a Rua de Vila Nova (atuais ruas Manuel Firmino, do Gravito e do Carmo), onde mais uma vez as casas senhoriais ou de uma nova burguesia e as ordens religiosas são determinantes na definição e evolução do tecido urbano.

Em oposição geográfica, na designada cidade alta e aproveitando a existência de matéria-prima e também de uma linha de água, surge junto à porta do Sol, o bairro dos Oleiros, que pode ter sido a génese de toda a atividade cerâmica no Cojo.

Ao longo do século XV, a cidade vai-se consolidando, crescendo extramuros e adquirindo notoriedade. D. Duarte, em 1434, concedeu à vila privilégio de realizar uma feira franca anual, mais tarde conhecida por Feira de Março, que chegou até aos nossos dias e se foi deslocizando à medida que a cidade foi crescendo – desde o atual Rossio, passando pela margem do canal do Cojo até ao Parque de Exposições.

Em 1472, a entrada da Infanta D. Joana, filha de Afonso V, no Convento de Jesus, que começou a ser construído em 1461, ajudou na chamada de atenção sobre a vila e teve importantes reflexos no seu desenvolvimento. A 12 de Maio de 1490 recorda-se a efeméride do seu falecimento e é celebrado o feriado municipal.

O primeiro foral conhecido de Aveiro é manuelino e data de 4 de Agosto de 1515. D. José I, em 1759, elevou Aveiro a **cidade**, com a designação de Nova Bragança, que só após a queda do poder do Marquês de Pombal, e já sob mandato da rainha D. Maria I, em 1777, voltou à sua designação original.

Nos finais do século XVI, em 1575, a obstrução da barra impediu as atividades portuárias e comerciais, criando condições de insalubridade, provocadas pela estagnação das águas da laguna, determinando na região uma grande crise social, um acentuado declínio económico e populacional. Contudo, nesta fase de recessão, e em pleno período Filipino, são construídos alguns conventos (Carmo, St^o António) e surge a igreja da Misericórdia.

Posteriormente, em 1787, a barra volta a fechar, voltando a trazer a recessão económica e demográfica – aumento da taxa de mortalidade pela proliferação de doenças, devido às cheias e inundações das zonas mais baixas, perda de fauna e flora, declínio da própria agricultura. Em 1791 ocorre uma nova tentativa de abertura de um canal para escoamento das águas paradas.

Já no início do século XIX, o Coronel Reinaldo Oudinot e o Capitão Luis Gomes de Carvalho elaboram um projeto de abertura e estabilização de uma barra, cujas obras terminaram efetivamente, em 1808. Com a abertura da “nova barra” ressurgem condições para o desenvolvimento económico (comercial e industrial) e para o crescimento demográfico.

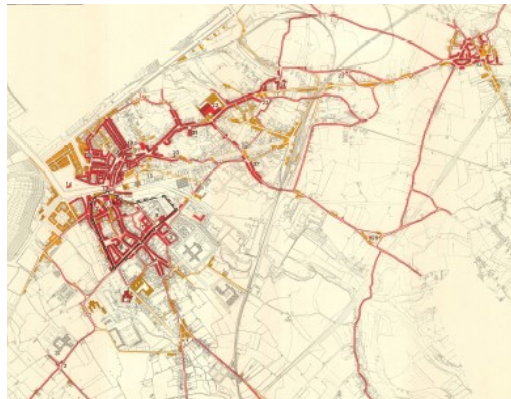


Figura 33 – Planta da cidade (1904)

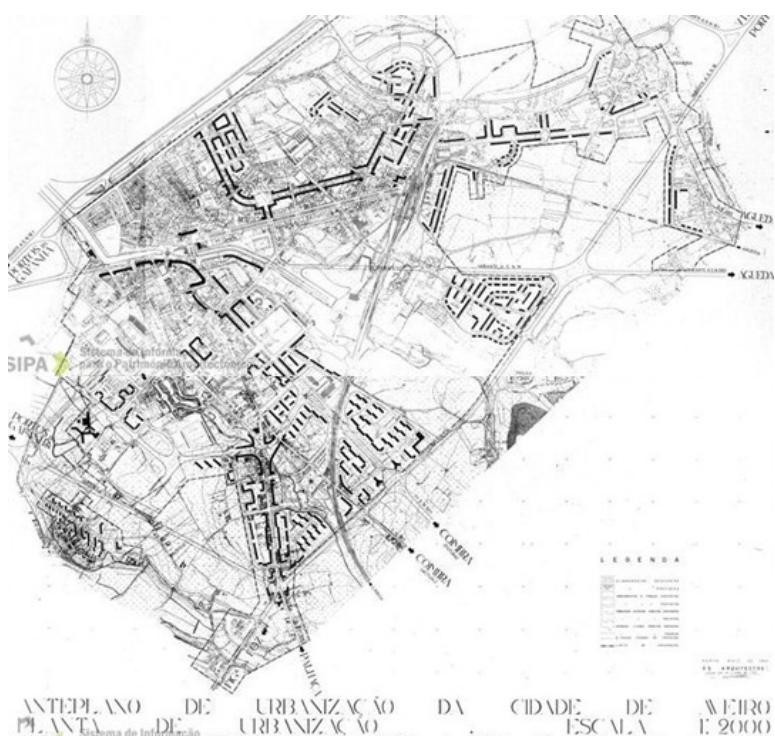
Figura 34 – Desenvolvimento da cidade – expansões sucessivas - séc.XVIII e séc.XIX (Fonte: Plano Diretor da Cidade,1963)

Com a inauguração do caminho-de-ferro, em 1846, a cidade inicia a sua grande transformação ao longo dos séculos XIX e XX. Face à localização da estação, excêntrica relativamente ao centro da cidade, torna-se necessária uma ligação e articulação com este novo equipamento e infraestrutura. Dá-se a abertura da rua da estação (atual rua Almirante Cândido dos Reis) até Sá (Quartel de Sá). Posteriormente, da proposta do sistema de transporte carro Americano resultou a Estrada do Americano, correspondendo à atual Rua Comandante Rocha e Cunha.

Em 1918 é iniciada a abertura da avenida central, mais tarde designada **Avenida Dr. Lourenço Peixinho**, um traçado simbólico, tipo boulevard, amplo com espaço central arborizado, propiciando a localização de habitação burguesa, que ao longo dos tempos veio a dar lugar a edifícios em altura e a uma grande concentração de comércio e serviços.

A partir de meados do século XX, a estruturação e crescimento da cidade começa a ser apoiada em estudos e planos.

O **Ante-plano da Cidade** do Arquiteto Moreira da Silva, nos anos 40-60 do século XX, não traduz ainda uma visão global para a cidade.



Referencia intervenções de novas áreas residenciais locais de implantação de alguns equipamentos, bem como de zonas industriais de expansão.

Daqui resultaram algumas propostas significativas da transformação da cidade, destacando-se a Ponte-Praça, a área educacional ao longo da Avenida 25 de Abril e as áreas destinadas à implantação industrial, junto ao canal do Côjo e a criação de áreas residenciais, junto à Rua Príncipe Perfeito, Av. 25 de Abril, Igreja das Barrocas, Rua Dr. Francisco V. Guimarães e o Bairro Dr. Álvaro Sampaio.

Figura 35 – Anteplano de Urbanização da Cidade

No **Plano Diretor da Cidade** (PDC) 1964, de Robert Auzelle, a visão da cidade já é mais global, apontando uma tendência de crescimento para nascente, devido à construção de equipamentos ligados ao ensino (Liceus), assim como a expansão para sul, ao longo da via Mário Sacramento.



Figura 36 – Plano Diretor da Cidade - zonamento

As áreas residenciais propostas eram essencialmente as zonas adjacentes à Av. Dr. Lourenço Peixinho e a norte até Esgueira e a do atual Bairro do liceu e o Bairro de Santiago. Constatando a existência de duas áreas onde as indústrias se desenvolveram, junto à água - canal do Côjo e canal de S. Roque, era proposta uma extensa área industrial a nascente do caminho-de-ferro.

Das propostas do plano foi concluído o bairro Dr. Álvaro Sampaio, o edifício do Arquiteto Fernando Távora e a ponte da Dobadoura.

Finalmente, do **Plano Geral de Urbanização** (1979), elaborado pela Macroplan, foram concretizadas algumas ligações viárias e desenvolveram-se as áreas residenciais a sul e norte do aglomerado, incluindo a ligação com Esgueira e áreas destinadas à atividade terciária - na Av. Lourenço Peixinho, na Rua direita e Praça Marquês de Pombal.

4.2 O CONCELHO

O **Plano Diretor Municipal** (PDM) é publicado em 1995 e é o primeiro instrumento de gestão territorial que integrou todo o concelho.

Da análise da Estrutura Urbana efetuada neste plano, poder-se-á referir o enquadramento do concelho num modelo rádio - concêntrico, baseado na influência do centro - *a cidade* - onde as principais funções urbanas se concentram, determinando um efeito polarizador decrescente nos territórios envolventes, face à diminuição dos níveis de acessibilidade a esse mesmo centro, por força do carácter radial da rede viária.

Esse modelo define-se por três coroas ou anéis periféricos ao núcleo da cidade, apresentando sucessivamente menores dinâmicas dos fatores de desenvolvimento:



- Na proximidade da cidade, o 1.º anel, onde, simultaneamente, o crescimento demográfico e a densidade são claramente superiores à média do concelho; o tecido urbano é misto e complexo, onde se localiza o comércio diário; As unidades referentes ao setor terciário implantam-se ao longo das principais vias, com destaque para a ex- EN 109;
- Existe depois o 2.º anel, uma zona de transição de características semi-rurais em que, embora a dinâmica demográfica seja ainda elevada, a intensidade de ocupação apresenta níveis bastante mais baixos;
- A sul do concelho estão as freguesias rurais, todas com crescimento e densidade significativamente inferiores aos valores médios.

Figura 37 - Modelo radio-concêntrico -Relatório PDM 95

Neste contexto, o **povoamento**, associado sempre às características morfológicas do território, é tipificado em duas unidades:

- *nucleado*, correspondendo já a malhas urbanas que permitem alguma densificação, pela sua génese/ estruturação intrínseca ou feita em torno de elementos significativos do território - uma praça, um adro de igreja, um cruzamento de vias;
- *linear*, diretamente relacionada com a estrutura da propriedade, determina uma ocupação preferencial ao longo das principais vias/ estradas, tendencialmente ocupando também toda a estrutura de caminhos, mesmo os rurais. O povoamento linear disperso ou descontínuo vai dando lugar a uma ocupação contínua através da densificação dos vazios e à medida que é feita a aproximação dos “núcleos”.

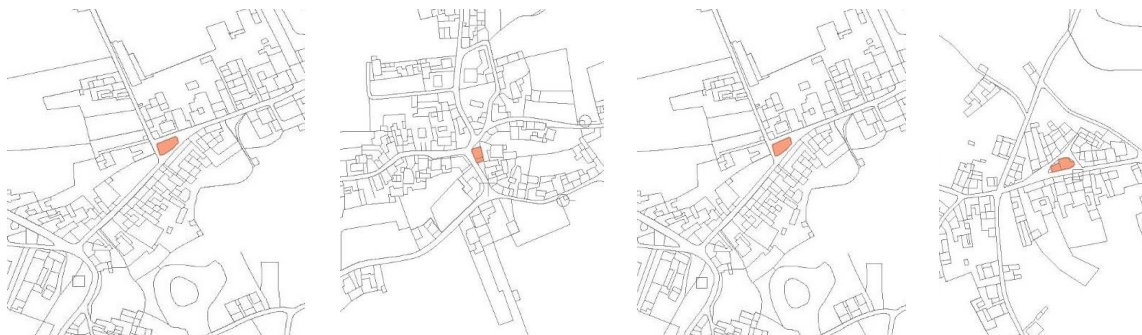


Figura 38 - Povoamento nucleado, Cartografia AMRia - 2000, sem escala

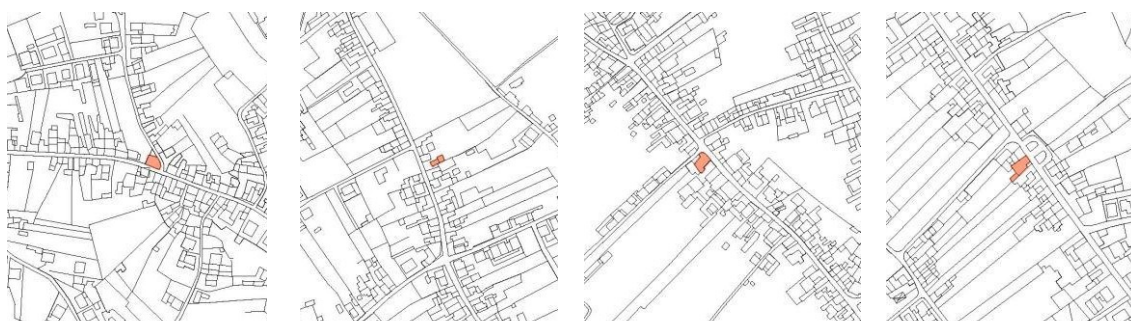


Figura 39 - Povoamentos linear, Cartografia AMRia - 2000, sem escala

Sem pôr em causa a essência deste modelo, o plano sublinhava a recuperação e acentuação das formas de centralidade existente, nas suas diversas hierarquias, promovendo a melhoria da qualidade urbana através da intervenção sistemática nos espaços públicos.

Os espaços urbanos existentes e as novas áreas de expansão passam a ter a sua ocupação regulada por critérios tipo-morfológicos, contribuindo para o reforço da natureza e carácter dos aglomerados ou das suas malhas.

Propunha-se que o sistema urbano fosse sustentado por intervenções intensivas valorizando a estrutura ecológica e as inerentes questões ambientais, relacionadas com as linhas de água e com a própria ria e todas as áreas verdes públicas estruturantes.

Como fator estratégico, para a assunção de Aveiro como polo regional e centro de decisão político e administrativo, considerava-se a melhoria do nível de prestação de serviços da cidade e dos seus equipamentos, bem como o reforço ou criação dessas condições nos centros das freguesias periurbanas do 2.º anel.

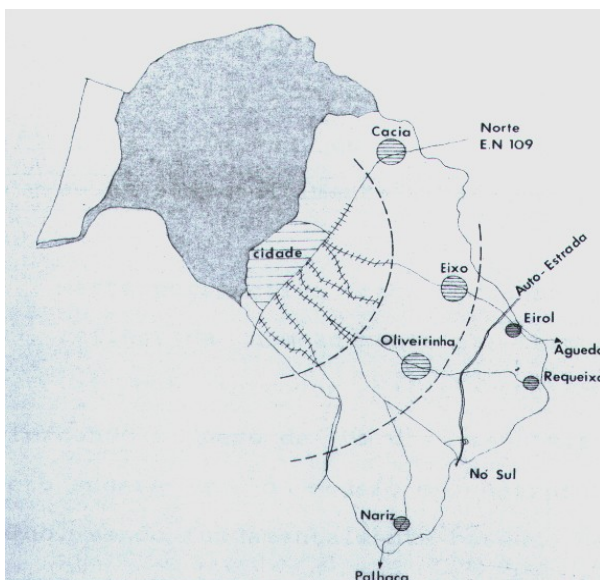


Figura 40 - Estrutura urbana - Relatório PDM 95

Para todo o concelho apontava-se uma estruturação do território apoiada num número significativo de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, para posterior desenvolvimento.

Correspondiam a escalas tão distintas, como sejam os Planos de Urbanização da Cidade e o de S. Jacinto, os planos de pormenor, alguns especificamente de alinhamentos, cérceas e requalificação urbana e os planos de salvaguarda dos centros históricos. Eram também preconizadas outras unidades operativas, fundamentais para a ocupação de áreas temáticas específicas, designadamente, zonas industriais e desportivas.

Pretendia-se, desta forma, aprofundar através de estudos de pormenor o desenvolvimento de um conjunto de ações de requalificação do espaço urbano existente e a criação de novas áreas de expansão.

No decurso da implementação do PDM foram promovidos os procedimentos de execução simultânea dos planos de:

- Urbanização da cidade, que deveria assegurar a articulação entre os vários planos de pormenor existentes ou propostos, integrando os efeitos provocados pela rede viária, bem como assegurar a qualificação dos espaços públicos e dos valores patrimoniais existentes;
- Urbanização de S. Jacinto, que visava a estabilização e valorização das componentes ambientais marcantes deste território excêntrico do concelho.
- Planos de pormenor, programados ou subjacentes a estudos urbanísticos existentes, para áreas estratégicas ou para zonas para as quais importaria assegurar a continuidade dos tecidos e a sua integração formal e funcional.

Neste processo apenas alguns tiveram continuidade e adquiriram eficácia, nomeadamente, o Plano de Pormenor do Centro, o Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, o Plano de Pormenor do Parque – Estádio Mário Duarte e o Plano de Pormenor de Rasos.

Outros foram absorvidos ou revogados pelo Plano de Urbanização da cidade de Aveiro, cuja área inicial foi substancialmente aumentada, justificada pelas dinâmicas populacionais e habitacionais e pelas transformações ao nível das infraestruturas estruturantes e que veio a constituir, assim, um momento determinante na reformulação do modelo de ocupação e de gestão urbanística de uma parte significativa do território municipal, o que se traduziu numa atualização em larga escala dos pressupostos do PDM.

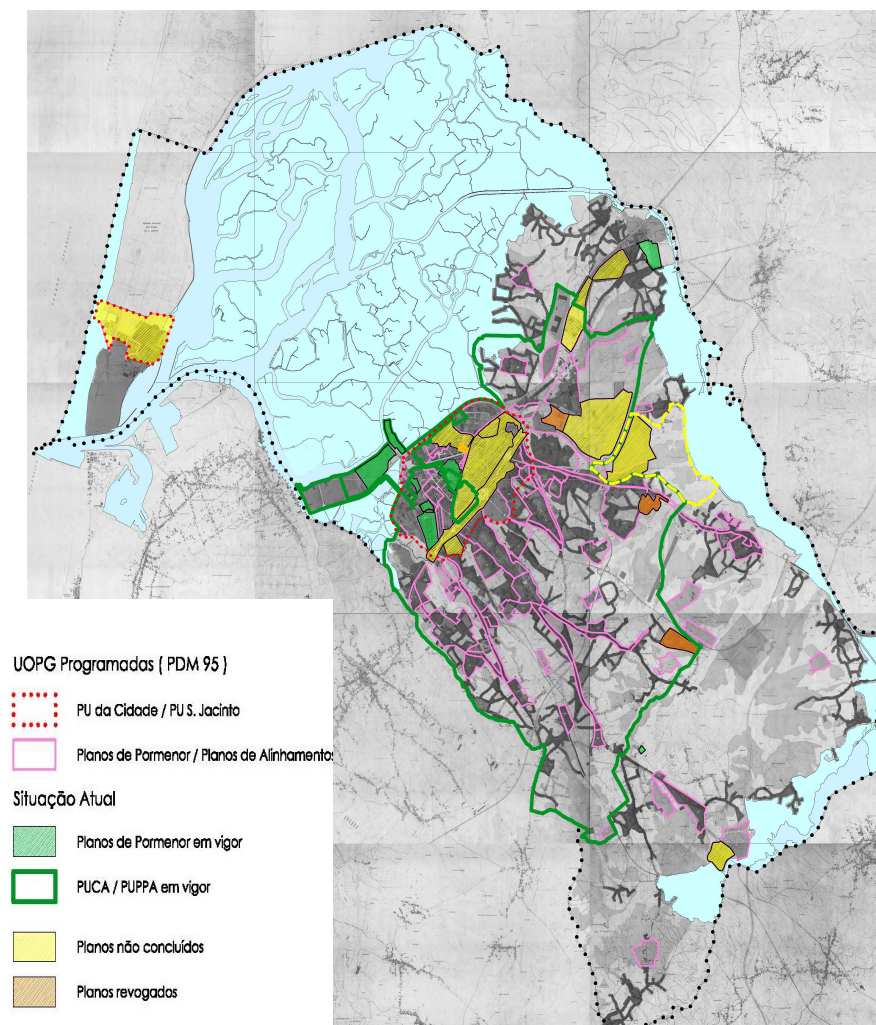


Figura 41 - Situação dos planos territoriais (Cartografia AMRia - 2000)

4.3 A CIDADE

A aproximação à dimensão da cidade é feita, em primeira instância, através dos instrumentos de gestão territorial em vigor mais abrangentes deste território - o **PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PROGRAMA POLIS na CIDADE DE AVEIRO (PUPPA)** (2005) e o **PLANO URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO (PUCA)** (2009), cujas abordagens, objetivos e programação podem ser consideradas como as mais próximas da realidade urbana – A CIDADE EXISTENTE.



Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, foi criado o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. O principal objetivo apontava para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de polos urbanos.

Figura 42 – Plano de Urbanização do Programa Polis-Aveiro

Em Aveiro, o **Programa Polis**, que adotou como instrumento de gestão a figura de Plano de Urbanização, surgiu como uma oportunidade estratégica de valorizar a presença da ria e das marinhas, quer como objeto de conhecimento e divulgação científica, quer como ambiente privilegiado de lazer e prática náutica, qualificando igualmente o carácter urbano dos canais que tornam a cidade distinta e singular. O plano incide não só na infraestruturização geral mas, fundamentalmente, sobre o espaço público, áreas verdes e toda uma rede de espaços de estar e lazer que, dando prioridade ao peão e ao uso da bicicleta, estimulem novas práticas urbanas e atraiam projetos e investimento público, privado ou mesmo parcerias, promovendo áreas edificadas com qualidade.

A área total abrangida pelo plano é, aproximadamente, de 186,5 ha e está estruturado nas seguintes zonas de intervenção:

- A área da **antiga lota** (a reconverter em Estação fluvial), vocacionada para a instalação de empresas, atividades liberais, restauração e lazer, e para a construção de uma unidade hoteleira e centro de convenções e ainda um equipamento de investigação científica. Define-se por um eixo longitudinal central, ao qual se agrega a sequência dos jardins temáticos, em torno dos quais se organizam diversos programas - fórum água-terra (destinado à investigação e divulgação científica relacionadas com o ecossistema da ria), o Ecomuseu da ria em complemento da marinha da Troncalhada e infraestruturas desportivas para a prática de vela, remo, etc.;
- Uma nova **entrada** na cidade, a Poente, onde é valorizada a presença da água, e é proposta uma nova Alameda marginal, cujo perfil transversal desnivelado e arborizado permitiria criar uma área de estacionamento;
- O **Parque Central** da Cidade, que incluía um pavilhão multiusos, promovia a articulação com o Centro Cultural e de Congressos e o Parque de Feiras, redesenhando o nó/cruzamento com a ex-EN109 e definindo, na área nascente, uma frente “aberta” de construção;
- A **área a poente do canal das pirâmides**, com programa associado ao lazer – parque temático (Europa dos Pequenitos), espaço multiusos/pracha de espetáculos, centro português de juventude/pousada de juventude, e às atividades náuticas - estaleiros e clubes náuticos, valorizando os aspetos ambientais, promovendo percursos entre as marinhas.;
- O **Canal de S.Roque** que inclui, no topo nascente, um porto de abrigo, um equipamento de apoio às atividades náuticas e culturais na área da antiga fábrica de sal “Vital”, habitação, serviços e comércio; promove também a acessibilidade entre as duas margens, pela introdução de novas pontes sobre o canal, bem como a articulação com a estrutura viária na envolvente, como seja a ligação à A25, entretanto já concretizada;

- O Canal do Cojo e a área adjacente ao Canal da Fonte Nova que termina no Lago da Fonte Nova, englobando as zonas verdes de lazer, contempladas no PP Centro.

Em concreto, das ações que eram previstas para este território destaca-se:

A reabilitação do sistema de comportas que garante o nível das águas nos canais, garantindo condições de navegabilidade e permanência através do seu apetrechamento com trapiches e moirões.

A reconstrução de muros dos canais urbanos existentes e edificação de novos - Cais da Fonte Nova, o espelho de água do Lago da Fonte Nova associado ao tratamento paisagístico das margens com novas pontes pedonais.

A criação, no Canal de S.Roque, de novas ligações pedonais e viárias e uma grande área de estacionamento

A reabilitação dos mercados tradicionais e das áreas envolventes – mercado do peixe e mercado Manuel Firmino.

Em Agosto de 2010 a Câmara Municipal deliberou a abertura do procedimento de alteração do plano, tendo por fundamento as deficiências da cartografia de base, a inflexibilidade da regulamentação na aplicação dos parâmetros nas operações urbanísticas e, face às grandes mudanças de todas as condições socioeconómicas, a necessidade de ser ponderada a estrutura viária e de ocupação do solo, salientando, a sul, a articulação da cidade com o IP5/A25 como frente urbana ribeirinha por excelência e, a nascente, no parque da cidade, a integração de equipamentos públicos de grande dimensão e a permeabilidade do desenho urbano com a frente da “Avenida EN109”.

O **PLANO URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE AVEIRO** corresponde a 5.015 ha abrangendo a cidade e as áreas incluídas no 2º anel do modelo territorial referido no PDM 95, até à A17. É uma área extensa “marcada por uma significativa heterogeneidade quanto à forma e qualificação urbanas, quanto às tipologias do construído e às pressões de ocupação e mesmo quanto à vivência quotidiana da sua população”, referenciais de análise que orientam a síntese para três territórios diferenciados, para **três cidades – a existente, a invisível ou dos vazios e a nascente**.

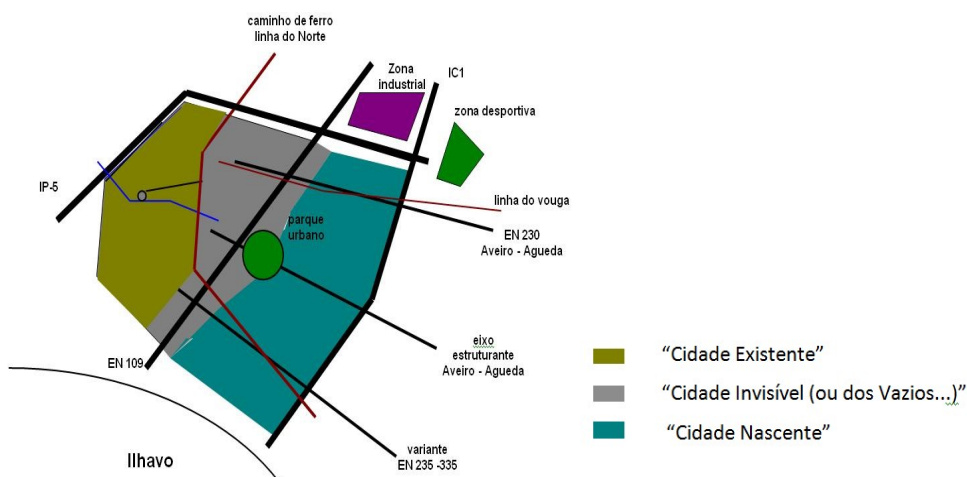


Figura 43 - As Três cidades – PUCA

A “**Cidade Existente**” é no essencial a cidade consolidada, do construído”, onde se identificam “os principais elementos marcantes da imagem de Aveiro: os canais da Ria, os edifícios Arte Nova, a Capitania, (..) a Ponte Praça, (..) o Museu, a Sé, o Centro Cultural e de Congressos ” , bem como todas as áreas que ajudam a perceber a génese e conformação da cidade:

- a área das muralhas (historicamente, considerada tradicional e nobre, onde se localizam as casas senhoriais e os edifícios religiosos – igrejas, conventos, mosteiros);
- o Bairro da Beira-Mar (a primeira expansão fora das muralhas, associada à classe burguesa e à prosperidade comercial e portuária), a Rua do Gravito/ Carmo/ Sá
- a ligação ao centro de Esgueira (antiga sede de concelho, caracterizada por uma estrutura de ruas irregulares).

- a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, Bairro do Liceu, Bairro de Santiago e a Universidade de Aveiro, apesar das suas referências históricas mais recentes.

A “**Cidade Invisível ou dos Vazios**” é constituída por vários espaços com baixa ocupação urbana, “*expectantes quanto ao uso e ao tempo de concretização de novos projetos urbanos*”, “*um significativo “património de oportunidades” de construir uma nova cidade*”, com capacidade intrínseca de articulação coerente e qualificada com a cidade existente e ainda capacidade de garantir a continuidade para toda a área urbana mais exterior. Comporta as áreas de Agrads Norte, Sá Barrocas, a Zona Central, toda a área da Forca Vouga a nascente da nova estação e a envolvente da ex-EN-109, objeto já de alguns estudos e estruturação, que adiante se abordam individualmente.

A cidade dos vazios deverá permitir:

- permeabilizar as barreiras físicas, diluindo-as na malha urbana e na estrutura viária global ;
- apoiar nos canais a definição de percursos, perspetivas e continuação de imagens urbanas;
- eleger traçados (eixos, verdes, canais...) que liguem *as três cidades*.

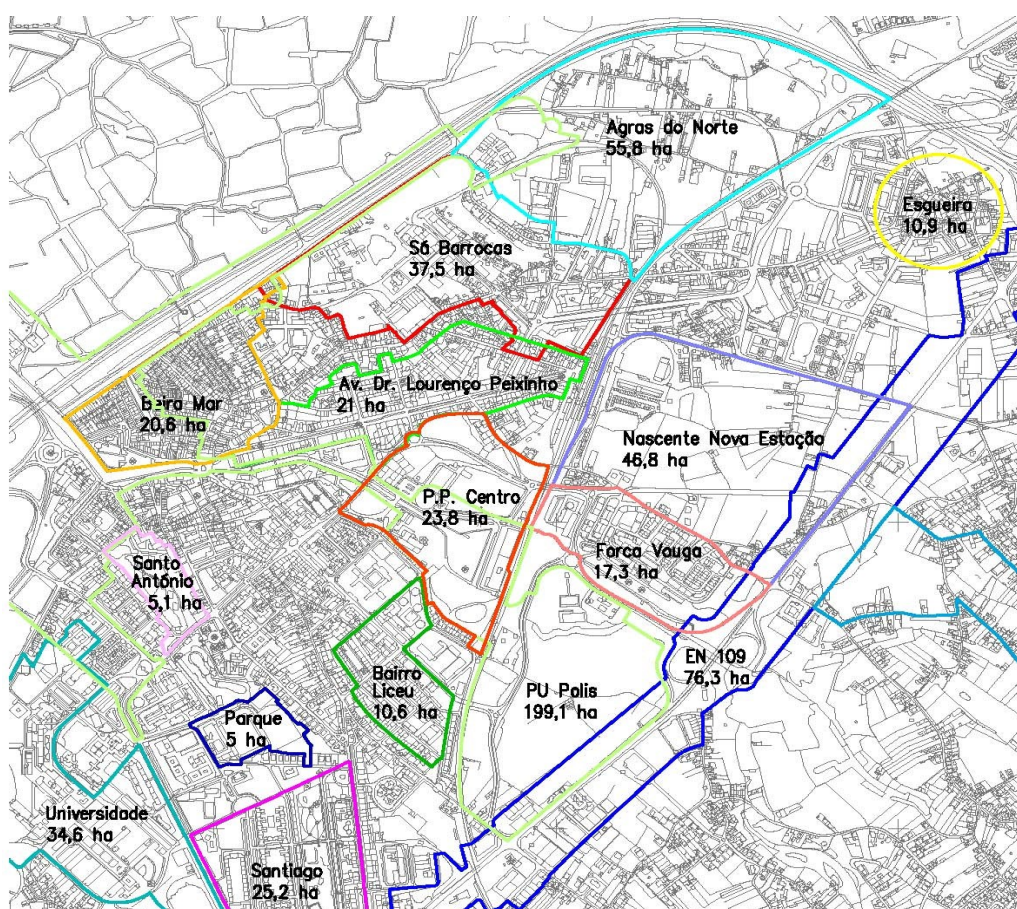


Figura 44 - A cidade dos vazios / os vazios da cidade

O desenho e construção das **malhas urbanas consolidadas**, que convivem com o tecido tradicional, mais antigo da cidade, formando conjuntos em que é visível alguma falta de articulação entre si, traduzem formas distintas de urbanismo, guiado por diversos processos de urbanização, por opções de planeamento e ordenamento de diferentes épocas.

Estes factos, que podem ser considerados históricos, foram indutores de uma viragem acelerada do processo de crescimento da cidade que passou a ser conduzido e apoiado por estudos e planos inicialmente com abordagens territoriais parciais que foram evoluindo para uma ideia global da cidade, ma perspetiva expansionista, que atualmente se tenta inverter e direcionar para uma linha de reabilitação. O Plano Diretor da Cidade (PDC) (R.Auzelle,1963) direciona o crescimento para as áreas a

sul, relacionadas com a Rua Mário Sacramento como uma das principais entradas na cidade e para nascente, como consequência da localização de estabelecimentos de ensino. Esse crescimento deveria acontecer numa lógica de infraestruturação e ordenamento pensando a totalidade do espaço de intervenção.



Figura 45 – Bairro do Liceu

Na década de 70 surge o **BAIRRO DO LICEU**.

Define-se por uma estrutura mais ortogonal, formando quarteirões “longitudinais” com algum espaço de utilização coletiva/ zonas verdes no “eixo” central interior, que vai buscar relações espaciais com os referidos equipamentos escolares mas que pouco resolve a sua intersecção com a malha existente na R. S. Sebastião, S. Martinho e Cinco Bicas. No topo sudeste foi implantado um centro comercial que seria a resposta às necessidades diárias da população “gerada” por estes edifícios exclusivamente habitacionais e que não respondeu eficazmente às perspetivas que lhe foram atribuídas. A inclusão de comércio de proximidade nos topos das bandas junto à Rua de Oita, revelou-se mais geradora de vivência urbana.

Inseridos nesta estrutura, mas com uma ocupação que cria unidades morfológicas divergentes, há que referir um conjunto de três edifícios fronteiros à “escola industrial” que, contudo, se apoia nas vias existentes e um outro grupo com quatro torres, da autoria do Arq. José Carlos Loureiro, fruto já da influência do Movimento moderno, que se posicionam soltas da estrutura viária libertando mais espaço verde na sua base.

Nesta mesma década de 70 e conforme também preconizado no PDC de Robert Auzelle, os campos agrícolas a sul / poente da cidade, como “ zona residencial a criar com espaço livre público, foram objeto do **PLANO INTEGRADO DE AVEIRO - SANTIAGO (PIAS)**, que promovia a habitação social através do Fundo de Fomento da Habitação.

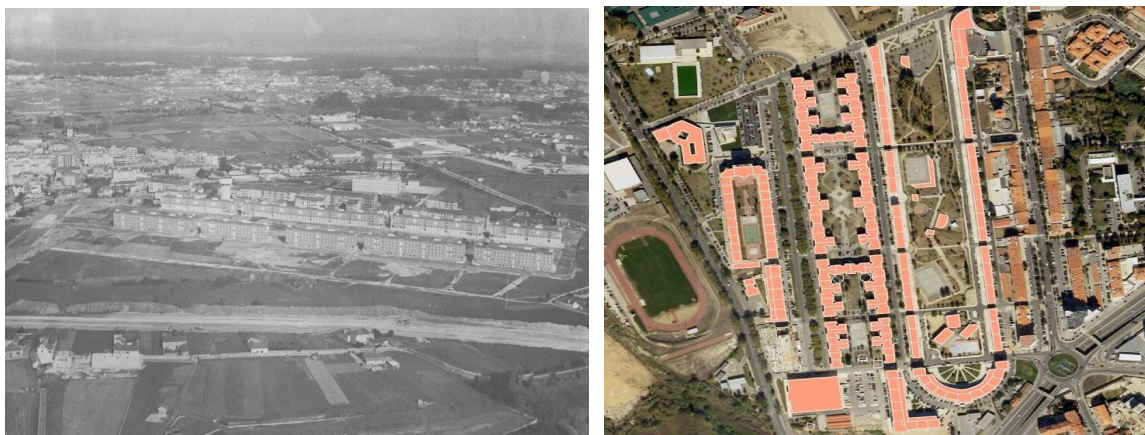


Figura 46 – Bairro de Santiago (PIAS)

O PIAS pondera e tenta integrar as referências urbanas da envolvente, nomeadamente, os equipamentos de grande dimensão – o seminário, o hospital, a escola e o campo de futebol, criando uma malha reticulada que vai buscar paralelismo à R. Mário Sacramento, um eixo importante de entrada na cidade. Ao mesmo tempo que “prolonga” o Parque D. Pedro para o interior dessa estrutura, cria espaço público com setenta metros de largura livre, dotando-o de equipamentos lúdicos e de lazer de apoio local. O plano preconizava ainda a criação de quatro praças que iriam marcar a entrada na cidade, a relação com a envolvente e com a ria. Não chegaram a ser executadas e o próprio desenho sofreu alterações na área poente, face à construção da Avenida da Universidade, e, muito embora tenha sido mantida a métrica inicial, constata-se ao nível do desenho urbano alguma densificação pelo aumento da profundidade das edificações, justificada também pelas alterações socioeconómicas entretanto ocorridas.

A área de intervenção inicial era de 20 ha onde eram previstos 1600 fogos, distribuídos por edifícios com cêrcas entre os 3 e os 5 pisos. As tipo-morfologias arquitetónicas deveriam referenciar-se às linguagens tradicionais da cidade e adotar modelos que pudessem ser repetidos de forma sistemática visando a racionalização e a economia de projeto e da obra.

Nos anos mais recentes, a localização, no topo sul, de serviços, do mercado municipal e do centro comercial das Glicínias vieram alterar um certo contexto de *gueto social* e urbano que o bairro veio adquirindo, concretizando uma maior e efetiva integração, possibilitando ações de requalificação, fundamentalmente, do espaço público.

A **UNIVERSIDADE DE AVEIRO**, criada em 1973, foi buscar uma parte do Plano de Santiago. Partiu do conceito base de *Campus*, ou seja, foi pensado à imagem das universidades inglesas - um espaço alargado (ocupa atualmente uma área de cerca de 92 hectares), onde os edifícios se localizariam de uma forma solta, segundo padrões do Movimento Moderno, sem criar relações com a cidade ou mesmo com as malhas urbanas envolventes.



Figura 47 – Universidade de Aveiro - Campus

O plano inicial foi depois revisto em 1987, preconizando a expansão para sudoeste assegurando a continuidade de percursos exteriores criando um “sistema claustral” desenvolvido ao longo de uma alameda central, constituindo um sistema contido e limitado, sem articulação com referências da cidade alargada ou mesmo das malhas urbanas existentes - o lugar de Santiago, a Av. Artur Ravara e o Bairro de Santiago. A autonomia departamental foi também um princípio orientador para este novo plano, o que se deveria traduzir ao nível simbólico da arquitetura. Numa fase inicial, os arquitetos autores foram escolhidos por nomeação e, posteriormente, por concurso limitado. Hoje, poder-se-á dizer que o campus é um extenso catálogo de referência da arquitetura contemporânea portuguesa dando corpo a uma estrutura consolidada e coerente.

O Esteiro de S. Pedro, uma área ambientalmente sensível e que foi já objeto de um estudo de requalificação por parte da UA, é a “charneira” com o novo polo do Crasto, cuja articulação é feita através de uma longa ponte providenciando acesso pedonal à Associação de Estudantes e à Cantina, já a funcionar nesta zona, estando em construção um conjunto de edifícios para residências universitárias.

À estrutura verde de Santiago é dada continuidade através do Parque D. Pedro, que, nesta frente, se apresenta encaixado nas traseiras das habitações e equipamentos e com reduzida leitura a partir do tecido urbano.

A construção do novo estádio para o EURO2004, determinou a oportunidade e a importância de intervir. Os objetivos do **PLANO DE PORMENOR DO PARQUE (ESTÁDIO MÁRIO DUARTE)** induziam a um maior equilíbrio e diversidade funcional em relação às áreas envolventes ocupadas por grandes equipamentos, através de desenho urbano e de elementos arquitetónicos de modernidade, que impulsionariam maiores e mais qualificadoras dinâmicas e vivência urbanas.

O plano corresponde a uma zona central da cidade com 5,1 ha, marcada atualmente por uma excessiva mono funcionalidade, relacionada com a localização do Hospital, da escola e da própria Universidade.



Um vetor dos objetivos do plano apontava para a salvaguarda dos recursos naturais, promovendo a continuidade do Baixa de St.º António e Parque D. Pedro, prolongando a Alameda das Tílias, enquanto eixo estruturante de percursos, para o contexto edificado proposto. A função principal dos edifícios é a habitacional podendo, contudo, albergar no piso térreo comércio, serviços ou mesmo equipamentos, que possam promover novas e diferenciadas vivências urbanas com qualidade e segurança.

Figura 48 – Planta de Implantação – PP do Parque

A proposta de ocupação consistia na inclusão de duas frentes urbanas descontínuas, formadas por dois conjuntos de quatro edifícios com 5 pisos, que, pela sua implantação perpendicular ao arruamento permitia criar espaços comuns verdes entre eles e, conseqüentemente, maior fluidez espacial e visual. Atualmente, com o Parque da Sustentabilidade, pretende-se que o desenvolvimento desta área seja feito de forma integrada e coerente, promovendo uma interação com o espaço envolvente e contínuo, com adequada articulação e integração com a malha urbana.

O **PLANO DE PORMENOR DA BAIXA DE ST.º ANTÓNIO** atual (2004) corresponde à revisão do plano datado de 1991, cuja área se sobrepõe ao referido Parque da Sustentabilidade. São 2,6 ha dos 5,1 ha deste plano que correspondem a zonas verdes dotadas já de alguns equipamentos desportivos.



O plano corresponde à colmatação de uma frente de rua - a margem poente da Rua Homem Christo Filho, promovendo uma ocupação dinâmica que “acolhe” a zona verde e a enquadra urbanisticamente nessa nova frente, dando também destaque ao remate no topo nascente que fará a articulação com o Parque Infante D. Pedro. No sentido de criar uma certa dualidade com a Praça Marquês de Pombal e, simultaneamente, valorizar as “traseiras” do edifício do Governo Civil, é proposta uma nova praça que privilegia os acessos pedonais entre os diversos espaços a cotas diferenciadas.

Figura 49 – Planta de Implantação – PP Baixa de Stº António

O crescimento da cidade ao longo do século XX, acabou por determinar a desativação das indústrias implantadas adjacentes ao Canal do Cojo, cuja importância no tecido urbano e produtivo era bastante forte. Este processo veio então dar lugar à criação de pequenas ocupações habitacionais e de equipamentos públicos, como foi o caso do Parque de Feiras, que esteve instalado na margem norte do canal.

O prolongamento do canal do Cojo e a abertura do Lago da Fonte Nova numa lógica de criar cidade potenciando novas perspetivas de estruturação urbana apoiada e articulada com os canais urbanos foram o fundamento para o desenvolvimento do **PLANO DE PORMENOR DO CENTRO** (2011), cuja história começa por volta de 1979 com as primeiras ideias estabelecidas no Plano Geral de Urbanização.

Seguindo os princípios do Plano Estratégico da Cidade (1997), a intervenção estratégica para esta área deveria traduzir num modelo de qualidade urbana e ambiental. Assim, foram objetivos especiais do plano:

- Promover a articulação com a estrutura urbana existente, com condições urbanísticas e ambientais de grande qualidade e singularidade para usos habitacionais, unidades hoteleiras e serviços.
- Assumir as tipologias em quarteirão, como peças fundamentais do desenho urbano;
- Valorizar o canal urbano e o lago da Fonte Nova, desenvolvendo o espaço público, qualificando a sua relação com o espaço privado, num sistema articulado de percursos e equipamentos urbanos;
- Preservar e valorizar os valores patrimoniais e geo-arqueológicos - a Capela de S. Tomás de Aquino, a Fábrica Jerónimo Pereira Campos e o barreiro (antigo local de extração de matéria-prima para a laboração da fábrica, rico em informação geológica);



Figura 50 – Vista aérea da área central-Parque de Feiras



Figura 51 – Planta de Implantação – PP Centro

A cêrcea média é de seis pisos mas existem edifícios com maior altura, para marcação de eixos visuais associados a percursos pedonais ou viários.

A proposta define-se por uma ocupação linear junto à Avenida dos Congressos da Oposição Democrática, que se vai abrindo em quarteirões até junto do canal e lago, já numa estrutura mais permeável permitindo maior fruição do espaço verde. O recuo dos alinhamentos das construções junto ao canal vem favorecer o enquadramento perspético do edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, enquanto remate visual de todo o conjunto dos espaços públicos.

A norte deste território, a **AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO** é sinónimo de “modernização” da cidade pela introdução de um eixo viário como solução para o aumento de trânsito, onde se privilegiaram também as questões então em voga de higiene e salubridade das edificações e de qualificação do espaço público, enquanto passeio público/*boulevard*, enquanto espaço de sociabilização para usufruto do peão. Isto foi traduzido no perfil adotado com 30 metros de largura entre fachadas, englobando já duas faixas de rodagem em cada sentido de trânsito, com passeios laterais com 3 metros e uma plataforma central com 8 metros, arborizado com duas filas de árvores.

A génese da Avenida está na localização da estação de caminho-de-ferro e na importância de assegurar a sua ligação e articulação com a cidade existente, compacta e sinuosa.

A ligação foi a oportunidade de transformação urbana como se fazia já noutras cidades. Das várias hipóteses ponderadas, criou-se uma rutura pela imposição de um traçado reto com um quilómetro de extensão.



Figura 52 – Av. Dr. Lourenço Peixinho

Aos palacetes e edifícios, ditos de rendimento, com 2 ou já 3 pisos, datados do início do século XX, foram-se somando ou sobrepondo as linguagens arquitetónicas ao longo das décadas subsequentes e, paralelamente, as cêrceas, apoiadas em estudos ou face à sua inexistência eficaz, foram subindo até aos 6 e 7 pisos.

Desses estudos, refira-se, em primeiro lugar, o Ante-Plano de Urbanização do Arqt. Moreira da Silva, em 1948, que confere já importância maior à Avenida no contexto da cidade, justificando o aumento de cêrcea até aos 4/5 pisos.

Com o Plano Diretor da Cidade, do Arqt Robert Auzelle (1963) e, posteriormente, com os estudos do Arqt Fernando Távora são apontadas soluções globais para o crescimento da cidade e a Avenida é referenciada como um espaço privilegiado de atividades liberais, preconizando-se uma uniformização de cêrceas até aos 7 pisos e recuado, o que vem determinar uma alteração radical do seu carácter, fomentando, a par da especulação imobiliária imparável, a substituição dos imóveis iniciais.

Sucessivamente, o Plano Geral de Urbanização da Macroplan (1981), o PDM (1995), o PUPolis (2004) e recentemente o PUCA (2009), foram “acompanhando” as dinâmicas sociais e económicas que foram determinando as grandes alterações na cidade e, especificamente, nesta unidade territorial - a substituição do uso habitacional e comercial pelos serviços e atividades liberais, a concentração e sobreposição de funções que subvertem o carácter dos edifícios, emblemáticos e referências urbanas e arquitetónicas importantes e o aparecimento do novo conceito de centros comerciais (Oita e o Fórum) em paralelo com a localização, fora dos centros urbanos, das grandes superfícies comerciais.

A abertura do túnel sob a estação do caminho-de-ferro vem alterar o carácter da Avenida. O final de linha deixa de ser a referida estação e a avenida prolonga-se para Esgueira, perspetivando-se a estruturação da “cidade dos vazios”.

Simultaneamente, toda a envolvente alargada cresce e cria novas realidades, pelo que, tem vindo a ser discutida a necessidade de avaliação do papel da Avenida nesta nova malha, não só pela sua posição física mas pela memória tão presente e central que representa para Aveiro, essencial na articulação dos vários espaços que compõe a cidade.

Nesta perspetiva, enquadra-se a designada urbanização de **SÁ-BARROCAS**, nas margens a norte da malha mais consolidada da parte antiga da cidade. Abrange 40,6 ha, numa área onde estiveram implantadas indústrias de grande expressão, quer territorial, quer económica - a FRAPIL e a Saboaria e, na proximidade, a VITASAL, cuja importância era conferida também pelo facto de serem servidas por uma linha de caminho-de-ferro que permitia a colocação do produto final na linha do norte.

O PDM expressava como objetivos principais, para esta unidade operativa, a expansão habitacional com inclusão de equipamentos, comércio e serviços e a adequação da rede viária existente ao novo tecido urbano. A estruturação parte de premissas determinantes a nível viário - a ligação a Esgueira e à cidade pela R. Dr. Luís Gomes de Carvalho até à Av. Dr. Lourenço Peixinho, e quanto a elementos urbanos singulares - o quartel de Sá, a capela do Sr. das Barrocas, a da Sr.^a da Alegria e a da Sr.^a das Febres, o Canal de S. Roque e os conjuntos de armazéns de sal que o acompanham.

Define-se numa malha ortogonal, partindo de um eixo compositivo principal (Av. da Força Aérea), que determina pequenos quarteirões, na sua maioria fechados, com utilização coletiva nos espaços por si confinados, com inclusão de comércio, serviços e equipamentos, dos quais se salienta a escola profissional de Aveiro e o quartel de Sá, com ocupação atual pela GNR.



Figura 53 - Sá Barrocas - Proposta de estruturação - 2007

Dada a ocorrência de uma linha de água entre a capela do Sr. das Barrocas e o canal, é pensado um espaço verde público que virá complementar a grande densificação existente, ao nível de usos e volumetrias - há bastante comércio nos pisos térreos, sendo que os edifícios, maioritariamente, de tipologia multifamiliar têm cérceas entre 4 e 5 pisos, à exceção dos que formam gaveto na avenida e têm oito. Junto ao canal de S. Roque estão apontadas habitações unifamiliares.

Um dos grandes constrangimentos atuais é o dimensionamento do espaço público - passeios e estacionamentos, sendo que estes vêm ocupando as vias de circulação, impedindo a sua fluidez. Através de operações de loteamento promovidas por particulares, o estudo tem vindo a sofrer alterações visando a abertura da massa edificada dos quarteirões, tornando-os conjuntos de edifícios em banda permitindo maiores amplitudes do espaço público e maior permeabilidade visual para a ria.

Se atentarmos agora para o território da cidade que se pode ainda considerar expectante- a cidade dos vazios referida no PUCA, surge desde logo toda a área a nascente da linha do norte.



Figura 54 – Área do PMOT da Força Vouga

Para a unidade operativa designada no PDM 95 como **PMOT da Força Vouga** eram já definidos como objetivos primordiais a equilibrada ocupação de solo, sob o ponto de vista urbanístico e ecológico, possibilitando de forma regulamentar, a expansão da cidade para nascente, integrando novos equipamentos e todos os existentes, bem como fazer o tratamento da área sobrance da faixa quádrupla da CP com vista à ativação de uma nova face da estação de CF, incluindo acessos, circulação e estacionamento.

O estudo elaborado pela empresa TECNOPOR na década de 90, abrangia uma extensa área, desde Esgueira até à Estrada de S. Bernardo, entre a linha do norte e uma área a nascente da ex- EN 109. Não

eram estabelecidas ligações transversais e a única articulação entre esta via de atravessamento e a estrutura de carácter local era feita no topo nascente da Av. Dr. Vale Guimarães, através do nó que chegou a ser executado junto ao atual Parque de Exposições de Aveiro. Contemplava-se uma via no sentido norte-sul na área a nascente da estação de caminho de ferro, da qual ramificavam arruamentos fundamentais no contexto urbano, face às existências (ligação à Av. 25 de Abril e à Estrada de S. Bernardo, à Rua de Viseu e Rua das Cardadeiras) ou às novas propostas (centro coordenador de transportes, Alameda da Forca Vouga). A nascente da ex-EN 109 a estrutura viária assumia as vias existentes articulando-as através de uma via nova “quase “ paralela, que se poderá considerar transposta no estudo da “Av.109”.

As questões de cadastro vieram dificultar a implementação deste mega - estudo ao mesmo tempo que os pressupostos viários regionais também sofreram alterações e era intenção que a estrada passasse a ter um carácter mais urbano e menos de atravessamento.



Alguma facilidade de disponibilização de terrenos na área a norte da atual Av. Dr. Vale Guimarães - **Urbanização da Forca Vouga**, permitiu a ocupação de uma área mais restrita e que poderia ser o motor para a expansão para norte e incentivar a intervenção na *Alameda*. O desenho urbano deste “bairro” revela um certo carácter orgânico mas com estrutura confusa, fechada e com bastantes constrangimentos.

Figura 55 – Bairro da Forca Vouga

A proporção apertada entre as volumetrias do edificado e o perfil dos arruamentos determina uma forte densidade de ocupação, sendo que o espaço público quase se restringe aos arruamentos. Por outro lado, a falta de estacionamento públicos vem criar ainda mais dificuldades e bloqueamentos no uso desses espaços públicos, quer pelo peão quer mesmo pelos automóveis. Tudo isto agravado recentemente com a inclusão de vários serviços de carácter central a somar às áreas de comércio contempladas nos pisos térreos dos edifícios de habitação. A vivência urbana não é apoiada por equipamentos de utilização coletiva.



Na última década, a construção da nova estação de caminho-de-ferro e a abertura do túnel subterrâneo vieram fomentar novas acessibilidades, obrigando a pensar-se o trânsito de veículos ligeiros e o de pesados/transportes públicos. Para toda a **área a nascente da Estação**, foi elaborado um estudo urbanístico que promovia a articulação com a Urbanização da Forca Vouga, com a proposta para a “Av.109” e a área consolidada de Esgueira.

Figura 56 – Proposta de estruturação da área a nascente da Estação - 2009

A ocupação é, fundamentalmente, linear, feita ao longo das principais avenidas, sem que delas seja feito o acesso direto às edificações. Os poucos quarteirões preconizados não encerram completamente os espaços interiores, nos quais se incluem zonas verdes.

A sul das escolas de Esgueira é definida uma área de equipamentos indiferenciados, disseminados numa grande zona verde, que poderia assumir-se como um parque urbano. A localização do centro coordenador de transportes e do parque de viaturas da Moveaveiro foi aqui entendida como “marginal”, muito embora possam levantar questões de funcionamento e integração com os restantes usos.

Na perspetiva da articulação da “cidade dos vazios” com a “cidade nascente” prevista pelo PUCA, a área adjacente à **Ex-EN 109** é tida como charneira entre ambas e, portanto, estruturante para o futuro da cidade, tanto mais que abrange uma área de 76 ha, estreita e ao longo da via, entre o designado “nó de Esgueira/Feira Nova” e o “nó do Eucalipto”.

Pretende-se uma avenida urbana, traduzida num novo perfil, marcando estas duas Portas/entradas na cidade, tendo subjacente a progressiva deslocalização das atividades industriais e de serviços menos qualificados, que se foram implantando ao longo deste eixo viário de ligação norte-sul.

O perfil preconizado considera 90 metros entre os alinhamentos frontais das edificações, incluindo-se nesta dimensão o espaço de circulação “rápida” que deverá conter soluções físicas que induzam à efetiva redução de velocidade face ao atual caráter da via, um sistema de vias paralelas a este canal, consideradas de serviço, garantindo, para além das áreas de estacionamento, maiores e melhores níveis de acessibilidade e segurança, com passeios largos e pistas de ciclistas. Possibilita ainda a criação de faixas contínuas de espaço público ajardinado e arborizado e a reserva de canal para passagem do Metro.

Na sua extensão (3,5 km), o estudo integra unidades territoriais marginantes, bem definidas e consolidadas - Forca Vouga e Av. Mário Sacramento/Glicínias, bem como é assimilado por outros planos - o Plano de Urbanização do Programa Polis enquadra, na área do Parque Central da Cidade, o desenho urbano aqui mais “aberto”, definido por unidades isoladas.

Por outro lado, é também importante a criação de ligações à estrutura urbana próxima e a articulação da futura avenida de ligação ao centro de Santa Joana com as avenidas novas, a nascente da estação, criando uma importante “rótula” neste território, pontuada por edifícios arquitetonicamente “diferenciados”.



O estudo apoia-se numa malha regular, definindo quarteirões habitacionais com 150 m de frente, “rasgados” nas medianas do polígono, permitindo continuidade visual e acessos às áreas verdes no seu interior, ou pelo “negativo” desses módulos, integrando praças e locais de estar e equipamentos singulares e estruturantes, capazes de gerar animação sociocultural - um novo Palácio da Justiça, a Câmara Municipal, sedes de empresas e instituições regionais, equipamentos de saúde e desportivos, um hotel, uma catedral, cineteatro e uma ópera.

Figura 57 – Estudo urbanístico da área da ex-EN 109

No topo norte da cidade, conformada entre a linha do norte e a autoestrada A25, numa plataforma alta sobranceira à Ria, a área das **AGRAS DO NORTE** (55,8 ha), tem sido objeto de vários estudos de estruturação para fundamentar ocupações com habitação unifamiliar e multifamiliar.



Figura 58 – Agras do Norte – Proposta de estruturação - 2009

A sua articulação com as malhas envolventes é fundamentada em dois grandes eixos viários – um no sentido norte-sul fazendo a conexão com a zona da estação e Av. Dr. Lourenço Peixinho e que suporta já algumas ocupações supervenientes a operações de loteamento e o outro, com orientação nascente-poente, a designada avenidas das Agrads, que estabelece a ligação a Esgueira, vencendo a barreira física da linha ferroviária, a continuidade para Sá-Barrocas e ainda completa a conexão viária do 1º nível com a A25.

No essencial, na parte sul do eixo horizontal a tipologia dominante é a habitação multifamiliar, sendo que a ocupação é mais linear ao longo dos arruamentos, criando unidades com duas bandas, por forma a considerar espaços não encerrados, comuns, ajardinados, públicos ou de utilização coletiva entre ambas.

São preconizadas duas áreas de equipamento, sendo uma associada à expansão do estabelecimento de ensino existente. A norte predomina a habitação unifamiliar desenvolvida com base nos arruamentos existentes, mais adaptada ao cadastro, privilegiando um percurso pela crista do talude sobre a autoestrada bem como todas as panorâmicas perpendiculares sobre a ria.

4.4 A CIDADE ALARGADA

Abarca os territórios periurbanos das freguesias de Santa Joana, S. Bernardo e Aradas.

Revela “um povoamento linear resultado de uma harmonia quase perfeita entre o território e a intervenção humana, onde as linhas de água sugeriram o melhor traçado para os arruamentos”, que “foram sendo ocupados marginalmente deixando o vale livre para a prática da agricultura” (...)“É também evidente a ausência de espaço público, o predomínio do mono funcionalismo residencial, a indústria em meio urbano e as ruturas de escala”(PUCA, 2009)

Em **SANTA JOANA** face à tipologia de seu povoamento linear, apoiado nos caminhos/arruamentos, pese embora a localização e a proximidade de vários equipamentos - a igreja, a Junta de Freguesia, o Centro de Saúde, o Centro de Dia, o Infantário e a Creche, não se constituem como fator de criação de centralidade na freguesia de Santa Joana.



A proposta de uma nova avenida (2002), fazendo uma articulação mais evidente entre o “centro cívico” e a “Avenida 109” / “cidade invisível”, visava promover a centralidade e a coesão das intervenções dispersas, disponibilizando espaços para equipamentos desportivos e de lazer, enquadrados numa zona verde integradora associada ao vale fundamentalmente de ocupação agrícola.

Figura 59 – Proposta de traçado e estruturação da área envolvente à Avenida

As atuais dinâmicas urbanas ocorrem nas áreas mais a norte, com acessibilidade mais direta à antiga EN230 (Esgueira - Águeda), um eixo de ligação viária de grande importância e de desenvolvimento urbano, e traduzem-se em ocupações fundamentadas num desenho mais consistente de estudos urbanísticos ou pela criação de algumas malhas determinadas por operações de loteamento.

A Estrada de **S. Bernardo** é uma ligação direta à cidade e a ocupação é feita ao longo das suas margens, num processo de substituição sistemática das habitações unifamiliares em edifícios multifamiliares com comércio nos pisos térreos, determinando uma centralidade linear. A localização da Igreja paroquial, do complexo social a ela associado, do polidesportivo, da Junta de Freguesia e a Academia de Música Santa Cecília e de algum comércio e serviços mais especializados, ajudam à organização da uma nova centralidade e da sua qualificação.



O desenvolvimento do estudo urbanístico tinha por objetivo consolidar as intervenções dispersas, assimilar os equipamentos sociais, desportivos e escolares, através de uma estrutura que promovesse ligações transversais que pudessem contrariar o sentido longitudinal do eixo viário e o transformassem em arruamento, induzindo uma ocupação ordenada e equilibrada, valorizando os espaços públicos e as áreas verdes.

Figura 60 – Estruturação da área central de S. Bernardo

Na restante área da freguesia, a ocupação ocorre ao longo dos arruamentos existentes e de uma forma individualizada, salientando-se, contudo, a zona designada por Patela, onde se registam as maiores dinâmicas, baseadas em somatórios de operações de loteamento destinadas à implantação de habitação unifamiliar contemplando já pequenos espaços de utilização pública - a praça, o jardim com equipamentos lúdicos infantis.

Na proximidade da cidade consolidada, a zona das Glicínias, na freguesia de **ARADAS**, assume-se como uma porta de entrada na cidade, através da Rua Direita (antiga EN 335), apresentando uma dinâmica urbana bastante intensa. A implantação de um centro comercial há cerca de dez anos desencadeou um processo de transformação das tipo-morfologias (das moradias e de um espaço que era fundamentalmente agrícola chegamos hoje a edifícios multifamiliares, cuja cêrcea vai até aos 6 pisos), densificando, assim, as ocupações e introduzindo outros usos, essencialmente, comércio e serviços.



Se por um lado a proposta do **Plano de Pormenor das Glicínias (1999)** (cujo desenvolvimento terminou na fase de discussão pública) tenta articular-se com as ocupações envolventes, por outro, introduz algumas edificações sem coerência de malha ou estrutura, apenas subjacentes a uma necessidade de solução viária para a viabilização do espaço comercial, com os consequentes constrangimentos face às utilizações/usos existentes.

Figura 61 – Plano de Pormenor das Glicínias – não eficaz

O cruzamento na Ex-EN109, conhecido como **Botafogo**, em Verdemilho, tem potencialidades para se assumir como um núcleo urbano importante, sendo o ponto de chegada da **Avenida do Crasto** que ligará o Pólo Sul da Universidade à ex-EN 109 e que, por sua vez, se articula a sul com Ílhavo e para sudeste com o centro de Verdemilho, onde se localizam os equipamentos e serviços principais - a Junta de Freguesia, a Igreja e o cemitério, equipamentos sociais e, na proximidade, a escola EB 2,3 de Aradas.

Toda a área envolvente da escola foi objeto de um estudo urbanístico e tem vindo a ser estruturada, pese embora de forma não programada, através de operações de loteamento para habitação unifamiliar com dois pisos, geminada e em banda, visando criar uma nova e qualificada centralidade.



O **bairro da Capela Nova** com tipologias habitacionais unifamiliares deveria fomentar a articulação com as novas edificações de habitação a custos controlados, a norte, junto à Rua do Sacobão.

A localização das unidades industriais (Extrusal), estando a Fábrica da Pinheira desativada, coloca questões de integração e da sua revitalização. A introdução de equipamentos e novos usos diferenciados – Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro, associados à requalificação ambiental do Vale do Buragal vem reforçar o carácter urbano desta área.

Figura 62 – Bairro da Capela Nova de Aradas



Uma outra área que tem sido objeto de sucessivos estudos mas que revela pouca dinâmica urbana é a do designado **Vale da Barrega - Carril**, que preconiza a implantação da nova capela da Quinta do Picado, que determina eixos visuais e estruturantes das futuras ocupações - habitação unifamiliar e multifamiliar com comércio, junto à praça que “contém” o edifício religioso.

Figura 63 – Estudo Urbanístico da área envolvente à nova capela da Qtª Picado

4.5 TERRITÓRIOS EXCÊNTRICOS

Observando agora as freguesias onde o carácter urbano dá lugar a uma maior ruralidade (as que ainda se encontram no 2º anel mencionado no PDM), Cacia, Eixo e Oliveirinha destacam-se, mas agrupam-se com os lugares de Eiról, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, já no designado 3º anel.

S. Jacinto, pela sua localização geográfica, enquadra um estatuto de “periferia” distinto.

Neste território considerou-se ainda importante enquadrar o designado Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro, pela abrangência territorial e programática.

Na vila de **CACIA**, a localização dos equipamentos de utilização coletiva (equipamentos sociais, recreativos/desportivos e religiosos, entre outros) e a intervenção municipal implementando uma operação de loteamento criaram centralidade e alguma densificação numa área significativa, onde se “impõe”, inclusivamente, uma malha reticulada, que tem vindo a orientar a estruturação das áreas adjacentes. Ao longo da ex-EN16, concentram-se agora ocupações industriais, de armazenagem e serviços, ocupando espaços intersticiais ou substituindo habitações, vêm introduzir dinâmicas urbanas que a “distinguem”.



A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel S.A , agora *The Navigator Company*, tem instalada, há mais de 60 anos, uma das mais importantes e emblemáticas unidades fabris que possui um importante papel socioeconómico ao nível local, regional e nacional, com projeção de relevância reconhecida nos níveis de exportações nacionais.

A recente intenção de investimento e ampliação da unidade determinou a elaboração de um Plano de Pormenor que irá permitir o enquadramento desse projeto.

Figura 64 – Área ocupada por zona industrial e equipamentos

Acompanhando o rio Vouga para montante, compõem a freguesia de Cacia, entre outros, os aglomerados de Vilarinho, Sarrazola e Quintã do Loureiro, que se caracterizam por ocupação à face nos arruamentos, em núcleos bem definidos, conferindo uma distinta morfologia urbana, mais coesa, uniforme e equilibrada, que importará valorizar e manter como fator identitário geográfico, urbanístico e cultural, ao qual se cruza o valor do património edificado, quer seja de arquitetura erudita ou vernacular.



Ligando estes núcleos mais antigos, as edificações ocorrem ao longo das vias passam a ser mais dispersas e isoladas, com tipologias associadas à prática de atividades agrícolas de cariz mais local ou mesmo mais extensivo e a renovação/substituição do edificado é feita de forma dispersa.

Neste enquadramento, em 2012 iniciou-se um trabalho de delimitação de **zonas de identidade cultural/áreas consolidadas** às quais correspondem áreas ou partes do arruamento em que o

alinhamento e cêrcea estão definidos e estabilizados, associadas a centralidades de proximidade, muitas vezes constituídas por edifícios ou conjuntos de edifícios de valor patrimonial.

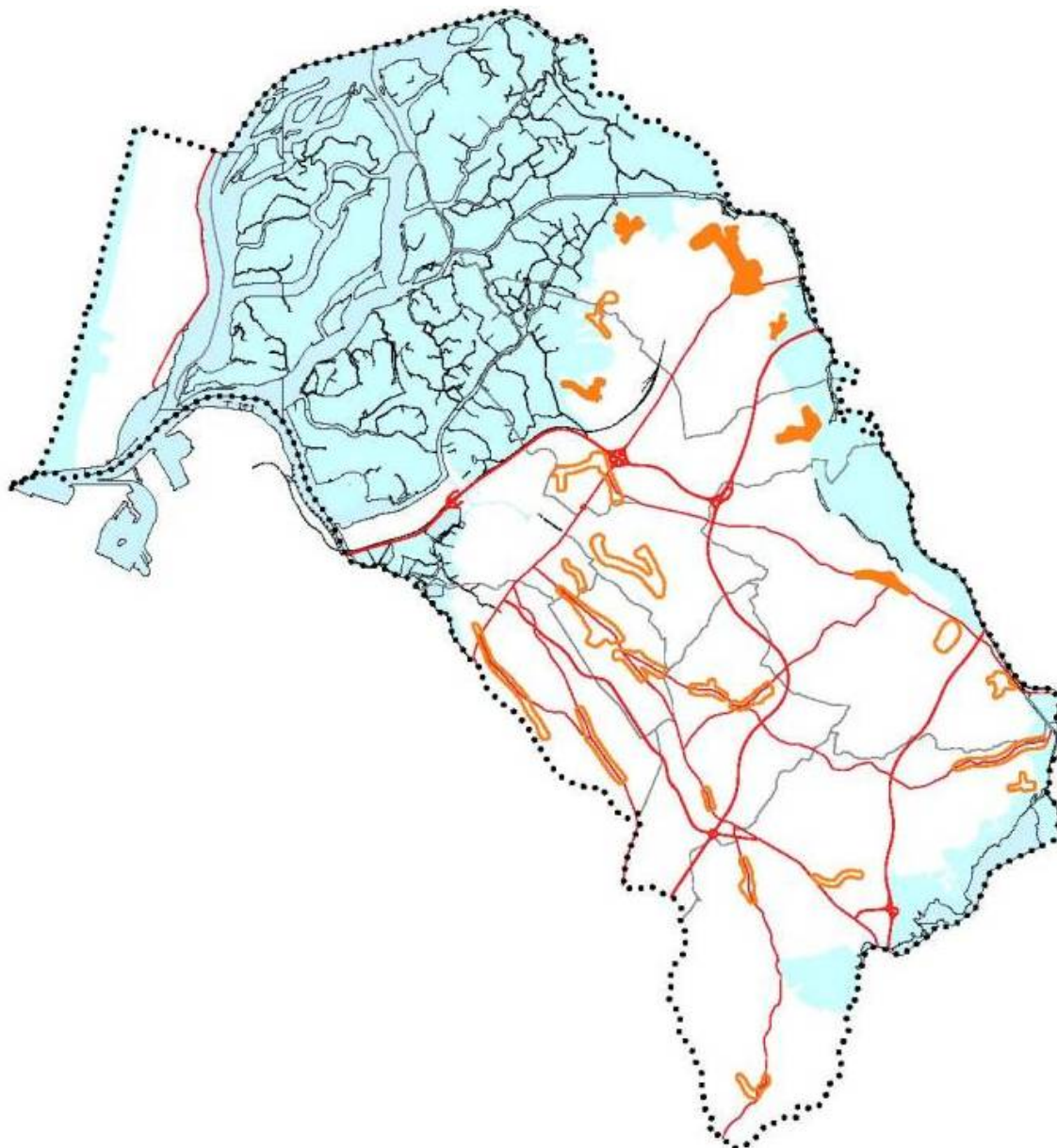


Figura 65 – Áreas consolidadas – zonas de identidade cultural

Na freguesia de Esgueira destacam-se os aglomerados de Mataduços e de Taboeira que mantêm ainda as características de área nuclear de ocupação contínua, repleta de bons exemplos de azulejaria e singularidade arquitetónica.



O lugar de **TABOEIRA**, na freguesia de Esgueira, tem a sua génese e morfologia intrinsecamente ligadas à importância da terra e da água para a população e também à história da **Quinta da Condessa** (1683), que pertenceu a D. Maria Puig Fernandez, de origem aragonesa, reconhecida pela sua generosidade e pela

defesa da democratização do ensino e da qual, após grande incêndio, restam ruínas da capela e do casario e alguns exemplares arbóreos no jardim.

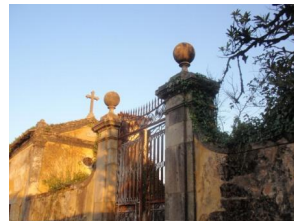


Figura 66 – Vista aérea da Quinta da Condessa
(Fonte: <http://www.bing.com/maps/>)

Os terrenos da Quinta da Condessa inscrevem-se no chamado **Parque Desportivo de Aveiro**.

Os estudos realizados para esta área, que conduziram ao desenvolvimento do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro ainda não concluído, centravam-se, essencialmente, na componente desportiva que, para além do âmbito local e concelhio, faziam o enquadramento de Aveiro no contexto dos projetos de grande relevo e interesse nacional, a par dos principais centros do país, aquando do Campeonato Europeu de futebol EURO2004.

Neste âmbito, o **Estádio Municipal de Aveiro** e todas as infraestruturas viárias executadas de ligação às malhas locais e à A25 e A17 constituem a primeira resposta a um dos objetivos principais do plano que correspondia à localização de equipamentos “âncora”. Tem capacidade acima dos 30.000 lugares e dispõe ainda na sua envolvente de áreas de estacionamento para 3000 viaturas ligeiras e 70 autocarros. Está também equipado com serviços de restauração, auditório, ginásios e espaços comerciais, possibilitando, por todas estas condições, albergar eventos de grande escala.



Localizado a nascente da cidade, o Parque Desportivo ocupa uma área de cerca de 290 hectares, com acessibilidades viárias regionais privilegiadas, garantidas pela A25 e A17 e pelo sistema de transportes urbanos.

A proximidade da Linha do Vouga admitia pensar-se noutra mobilidade que cada vez mais importa incentivar. Para esta linha chegou-se a perspetivar a reconversão em metro ligeiro e, atualmente, tem vindo a ser intervencionada no sentido de aumentar a segurança, através da supressão ou automatização de passagens de nível.

Figura 67 – Plano de Urbanização do Parque desportivo de Aveiro

Pela sua localização, adjacente às margens do rio Eirinha/Pateira de Taboeira, passou a integrar também diversas componentes ambientais e de lazer, bem como vertentes de turismo, cultura e habitação, promovendo a qualidade urbana e ambiental.

Assim, o plano propõe recuperar zonas ambientalmente degradadas, potenciando os aspetos paisagísticos, recuperar/reabilitar a Quinta da Condessa, reordenar, requalificar e consolidar o tecido urbano existente, criar áreas públicas e de lazer e implementar uma rede de mobilidade multimodal, privilegiando internamente os percursos pedonais, equestres e de bicicleta. Da extensa lista de equipamentos e funções que compunham o programa do plano, salientam-se o centro hípico, o campo de golfe, palácio de gelo e centro de desportos radicais, complexos de ténis, piscinas e patinagem, o ludo parque e diversos espaços culturais (ecomuseu e instituto do futuro).

EIXO foi sede de concelho entre o século XII e o século XIX.

Pela sua carga histórica, a sua distinção passa, necessariamente, pela salvaguarda e valorização do património edificado, do qual ainda guarda algumas referências importantes. Este centro histórico preserva a ocupação contínua, densa com uma moda de cêrcea correspondente aos dois pisos – as casas sobradadas.



O atravessamento viário diário, constante e intenso na sua rua principal – a antiga EN 230, de ligação a Águeda, não é hoje um grande “contributo” para essa perspetiva de preservação patrimonial.

As novas ocupações ocorrem de forma isolada e disseminada, muito embora as operações de loteamento com vários lotes marquem e reforcem já algumas áreas da malha existente. A centralidade/urbanidade do aglomerado é-lhe conferida pelo nível de equipamentos que dispõe, destacando-se a EB 2,3.

Figura 68– Estruturação do *Centro de Eixo*

Os lugares de **EIROL**, **REQUEIXO**, **MAMODEIRO** e **NARIZ**, na área mais a sudeste do concelho de carácter mais rural, não têm registado grande pressão urbanística no que se refere à edificação, que tenha suscitado o desenvolvimento de estruturação mais pormenorizada.

Os perímetros definidos no PDM têm vindo a ser ocupados de forma pontual, não sistemática. A nível de equipamentos, as respostas locais são adequadas à população. Os diversos equipamentos religiosos, sociais e desportivos ajudam à definição do centro do aglomerado e às vivências urbanas que importa reforçar.

Confirma-se a relevância da consolidação dos seus núcleos mais antigos, ocupando de forma contínua os arruamentos e desenvolvidos à volta ou a partir do lugar das igrejas, repletos ainda de bons exemplos de arquitetura vernacular.

Na freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz destaca-se a zona industrial de Mamodeiro, que pela sua localização junto das grandes infraestruturas viárias, lhe determina uma procura e importância socioeconómica acrescidas.

As estradas são, pois, determinantes na afirmação dos aglomerados na rede urbana.

A EN 230-1 que atravessa a vila de **OLIVEIRINHA**, liga dois polos importantes na estruturação das atuais ocupações – o mais antigo, composto pelo núcleo da igreja, que agrega também o espaço da feira, e um mais recente, que corresponde à área entre a zona desportiva e o cruzamento com a estrada que liga a S. Bernardo.



Se no primeiro espaço as ocupações de equipamentos e comércio traduzem dinâmicas e vivências diárias, já no segundo a tipologia das ocupações impõe-se sem ajudar à estruturação da malha – o campo de jogos e a piscina, a escola C+S, o centro de saúde, a junta de freguesia e mesmo a fábrica Diatosta.

Figura 69– Estruturação do Centro de Oliveirinha

Contudo, e mais uma vez, a intervenção camarária na implementação de grandes operações de loteamento, foi veículo de estruturação do território: o caso da Urbanização do **Picoto**, que foi plano de pormenor eficaz, mais tarde revogado pelo PUCA, onde se deu início a uma ocupação excêntrica, mais “distante” do centro até pela implantação da A17, e o loteamento junto à **igreja nova das Quintãs**, que vem ajudar a criar malha articulada com as situações existentes e vem dar visibilidade aos equipamentos locais, fomentando urbanidade através da criação de uma área verde pública.



Figura 70 – Plano de Pormenor do Picoto – revogado



Figura 71 – Estudo Urbanístico da Igreja das Quintãs

Em **SÃO JACINTO** “ (...) a região, denominada também como Areias, por ser desolada e imprópria para ser habitada, nunca foi alvo de forte movimento povoador, sabendo-se que no século XVIII apenas contava com dois moradores permanentes. Os que a demandavam eram essencialmente os pescadores. Integrada até meados do século XIX na jurisdição religiosa do pároco de Ovar, a freguesia viu abrirem-se novos

horizontes, em 1856. Foi então transferida, por ordem do Bispo do Porto, para a Paróquia da freguesia da Vera Cruz, na cidade de Aveiro". <http://www.jf-saojacinto.pt>

Em 1953 é elevada a freguesia do concelho de Aveiro.

Os grandes momentos históricos que marcaram o seu desenvolvimento foram a plantação da **Mata de S. Jacinto**, a partir de 1888 e até à década de 1930, que permitiu fixar as dunas e fazer o aproveitamento de terrenos incultos, mais alagados e húmidos, a implantação da **Base Militar** em 1918.

Igualmente, se refere a construção dos **Estaleiros de S. Jacinto** em 1940, num local com uma área aproximada de setenta mil metros quadrados e onde, anteriormente, havia uma fábrica de guano que trabalhava com excesso de peixe capturado pelas artes da xávega.

O seu funcionamento em plena guerra mundial acarretava a falta de materiais, pelo que *“até 1945 se dedicassem exclusivamente à construção metálica e construção de máquinas, sendo o primeiro grande trabalho de engenharia, o ainda existente e sempre belo hangar da Base de S. Jacinto, na altura pertença da aviação naval. Trata-se de um hangar com 60 metros de vão e que teria de suportar nas asnas, dois hidroaviões”*.



Figura 72 – Estaleiros de S.Jacinto (Fonte: www.lugaresesquecidos.com e www.youtube.com)

A situação excêntrica de S. Jacinto relativamente à cidade, a sua localização peninsular entre o oceano Atlântico e a ria e a topografia do território são fatores decisivos para as características urbanas do aglomerado, podendo definir-se como um enclave entre a Área Militar, no topo sul da restinga, e a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, a norte.



Define-se por uma malha reticulada preenchendo o espaço de cruzamento de dois eixos principais - a EN 327 vinda da Torreira, e a Avenida Ria Mar, ligando transversalmente estes dois “polos” ou fronteiras, cuja estruturação e ocupação tem vindo a ser feita por intervenção maioritária da Câmara Municipal através de operações de loteamento (a urbanização de S. Jacinto e o loteamento nos terrenos da antiga seca do bacalhau), disponibilizando no mercado lotes para construção.

Figura 73 – Estruturação de S. Jacinto

Há ainda grandes parcelas privadas que também têm vindo a ser urbanizadas pelos particulares, recorrendo a operações de loteamento com projetos de arquitetura específicos, promovendo a qualidade dos espaços privados e públicos. No núcleo da margem lagunar as tipologias de ocupação e as morfologias

das edificações ganham um carácter próprio - lotes estreitos e profundos, encostos repetidos, coberturas inclinadas acentuadas.

Por ser uma frente de chegada, quer por via terrestre, quer marítima (através de lanchas e do *ferry-boat*) os usos encontrados para além dos habitacionais, são essencialmente comerciais, promovendo uma dinâmica urbana acentuada, que se pretende promover ainda mais com a recente intervenção do Polis Litoral através do reordenamento e qualificação do espaço público da frente de ria.

A proximidade à Reserva Natural (equacionada enquanto mais valia ambiental e de turismo de natureza), a existência de equipamentos desportivos e a inclusão de outros de índole nacional - centro de alto rendimento de surf, a utilização civil do aeródromo de S. Jacinto e a possibilidade de reconversão/regeneração da área dos Estaleiros, são vetores determinantes para a afirmação qualificada deste núcleo urbano do concelho.

CONCLUSÃO

Aveiro é um **território** caracterizado por um **povoamento** linearizado, de matriz rural (relacionada com a estrutura da propriedade agrícola, organizada em função das características morfológicas do território) que tem servido de apoio a um crescimento urbano, que se pode considerar desordenado/ não estruturado/não sistemático.

De facto, o **modelo de estrutura urbana** caracteriza-se pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro. Este processo de crescimento urbano, associado ao fenómeno de terciarização e dispersão da indústria, acompanha a estrutura radial da rede viária, determinante de diferentes níveis de acessibilidade e, conseqüentemente, de urbanidade. A rede viária é, assim, determinante para o facto de, nas áreas mais periféricas e com menor acessibilidade, se encontrarem ainda situações rurais sem grandes transformações, pois estão pouco sujeitas à influência/ atração da cidade.

O processo de crescimento urbano atua de forma diferente sobre as **ocupações** preexistentes, originando um quadro de situações urbanas distintas:

- Aglomerados mais antigos que, embora dependentes da cidade, mantêm alguma identidade e nucleação próprias;
- Contextos periurbanos que, tendo melhor acessibilidade à cidade, são tecidos novos que resultam da urbanização progressiva de espaços rurais;
- Aglomerações rurais com acessibilidade ao centro mais reduzida, e por isso mesmo, pouco sujeitadas a transformações significativas.

Paralelamente, extrapolam-se da abordagem dos planos e demais instrumentos de planeamento e ordenamento novas questões urbanísticas e de **gestão territorial** que assim se podem resumir:

- A cidade de Aveiro ultrapassou claramente os seus limites tradicionais, deixando de poder delimitar-se o espaço da cidade como o espaço das homogeneidades morfológicas e socioeconómicas, mas assumindo-se como uma unidade composta de várias abordagens e momentos urbanos que lhe conferem, apesar de tudo isso, algum carácter de coesão social e territorial;
- As modificações territoriais, entre o urbano e o rural, associam-se a outras modificações conceituais dentro do planeamento urbanístico, resultado dos conceitos de centro e periferias/territórios excêntricos.

Como resultado das formas intensas de mobilidade e da capacidade de atração dos grandes equipamentos urbanos, a cidade de Aveiro dispõe de condições fundamentais para assumir relações de forte intensidade com os seus **territórios adjacentes**, descontínuos espacialmente, resultantes de diversas opções de desenvolvimento algo fragmentadas.

O seu posicionamento geográfico, no qual se distingue a inter-relação com a ria, os canais e todo o contexto natural e paisagístico, incorpora também todo o potencial de agregação e de estruturação territorial e de assunção da identidade cultural e patrimonial.

Em suma, o **território** deverá ser sempre tratado na sua globalidade, implicando o comprometimento da estruturação urbanística da área da cidade de Aveiro com a sua área de expansão, onde se assumem e devem ser estudadas e desenvolvidas **novas formas de urbanidade**, que possibilitem a multacentralidade e a multifuncionalidade desse mesmo território, num sistema urbano coeso, equilibrado na disponibilização de equipamentos e de espaços verdes, garantindo o direito a:

“um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”.

Artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa.